

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

ALESSANDRO ANTONIO RODRIGUES

**OS PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO NA
REVISTA CULTURA POLÍTICA DURANTE O GOVERNO VARGAS**

MARÍLIA - SP

2010

ALESSANDRO ANTONIO RODRIGUES

**OS PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO NA
REVISTA CULTURA POLÍTICA DURANTE O GOVERNO VARGAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Aparecida
F. Tolentino

MARÍLIA – SP

2010

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Rodrigues, Alessandro Antonio.

R696p Os projetos para o desenvolvimento da Nação na Revista Cultura Política durante o governo Vargas / Alessandro Antonio Rodrigues. – Marília, 2010. 154 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

Bibliografia: f. 137-143.

Orientador: Dr. Francisco Luiz Corsi.

1. Ideologia. 2. Política-Brasil. 3. Política-Imprensa. 4. Estado Novo.
I. Autor. II. Título.

CDD 320.981

ALESSANDRO ANTONIO RODRIGUES

**OS PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO NA
REVISTA CULTURA POLÍTICA DURANTE O GOVERNO VARGAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Data da defesa: 06/10/2010.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Francisco Luiz Corsi – UNESP/Marília

Dr. Pedro Geraldo Tosi – UNESP/Franca

Dr. José Marangoni Camargo – UNESP/Marília

Este trabalho é fruto de muito esforço e dedicação. O seu resultado final eu dedico aos meus avós: Leontina e Manuel, pela importante presença em minha vida e para minha esposa e companheira, Jeruza, que sempre acreditou em mim, dando-me forças nos momentos mais difíceis. Amo muito vocês.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os obstáculos enfrentados para alcançar os nossos objetivos e é muito importante expressar o nosso agradecimento a todos aqueles que me apoiaram, orientaram, incentivaram ou apenas estiveram comigo durante os momentos dessa jornada, cuja ajuda foi fundamental para a realização e sucesso deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela minha vida e por tudo que nela existe.

A minha esposa Jeruza, pela paciência, confiança e motivação.

Aos meus pais e aos meus queridos avós, Leontina e Manuel, por tudo que sempre fizeram por mim.

A toda minha família, obrigado.

Ao grande mestre e amigo Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, pelas primeiras orientações fundamentais para pensar o objeto a ser estudado.

Aos preciosos amigos, o meu orientador Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi e a minha co-orientadora Prof^a Dr^a Célia Aparecida Ferreira Tolentino, que estiveram ao meu lado dando-me toda orientação para que fosse possível pensar, pesquisar e desenvolver este trabalho.

À Prof^a. Dr^a. Fátima Cabral, por sua paciência e valiosa contribuição durante a metodologia empregada neste trabalho.

A todos os professores da Graduação, Licenciatura e Pós-graduação pela formação que obtive.

As importantes contribuições da banca de qualificação e defesa do mestrado composta pelos professores: Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha; Dr. José Marangoni Camargo e Dr. Pedro Geraldo Tosi.

E por fim, meus agradecimentos, aos novos amigos: Wagner Spolaor, Maria Dolores Machado, Sônia Faustino e Yoshi (in memoriam), assim como a todos os meus amigos de curso, a todos os funcionários da universidade e, em especial aos da secretaria da Pós-graduação, da Biblioteca, do Xerox e, aos colegas de escada, companheiros de uma jornada que chega ao fim de mais uma etapa.

Muito obrigado a todos vocês...

RESUMO

A Revista *Cultura Política* foi um dos canais de difusão da ideologia de governo que se articulou no Estado Novo. Ela circulou de março de 1941 a outubro de 1945. Era uma revista de estudos brasileiros destinada a explicar as transformações socioeconômicas pelas quais passava o país. Além de relatar minuciosamente as realizações governamentais, ela funcionava como uma central de informações sobre Getúlio Vargas e o Estado Novo. Durante a sua existência, atingiu a marca de 50 publicações com ampla divulgação e vendidas mensalmente nas bancas do Rio de Janeiro e São Paulo. Teve a participação de grandes expoentes da intelectualidade brasileira abrigando as mais diversas correntes de pensamento, tais como: Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Cassiano Ricardo, Francisco Campos, Lourival Fontes, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, entre outros presentes na elaboração dos artigos da Revista, os mais variados temas discutidos por eles e a alta tiragem de seus exemplares, nos chamaram a atenção e serviram de base para o nosso estudo. A partir dos artigos da Revista *Cultura Política*, propomos um estudo dos projetos para o Brasil dos intelectuais autoritários que, em certa medida, eram influentes no pensamento estadonovista. Nossa proposta entende que é possível estabelecer uma análise dos discursos contidos nos artigos destes intelectuais com o propósito de entender como eles viam a Nação e qual era o seu projeto de desenvolvimento para ela, especialmente no tocante aos rumos da economia brasileira e sua inserção no mundo. Estudaremos o pensamento e os artigos dos autores: Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Cassiano Ricardo, Francisco Campos e Lourival Fontes, pois estes autores são considerados os principais autores autoritários e ideólogos do Estado Novo.

Palavras-chave: 1. Ideologia. 2. Política-Brasil. 3. Política-Imprensa. 4. Estado Novo.

ABSTRACT

Political Culture Magazine was one of the diffusion channels of government ideology formed during the “Estado Novo” (the political regime instituted by Getúlio Vargas in Brazil from 1937 to 1945). The magazine was published from March, 1941 through October, 1945. It dealt with Brazilian studies and aimed at explaining the social economical changes in course in Brazil at that time. Besides of reporting the governmental accomplishments in details *Political Culture Magazine* also played the role of a bibliographical information center announcing and reviewing publications about Getúlio Vargas and the “Estado Novo”. During its existence it achieved 50 publications with large diffusion as it was monthly sold at news-stands in Rio de Janeiro and São Paulo. There was a participation of many outstanding intellectuals embracing the most diverse trends of thought such as Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Cassiano Ricardo, Francisco Campos, Lourival Fontes, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, among other articles’ writers. The most varied subjects were discussed there and the high circulation figures called our attention thus constituting the basis of our work. Starting from the *Political Culture* articles our proposal aims at studying the economical debate among the magazine members - the so called authoritarian intellectuals - who conceived projects for Brazil, i.e. the intellectuals who to a certain extent influenced the estadonovista thought and therefore its economical thought. We believe it is possible to comparatively analyze the content of their speeches in order to better understand how they viewed the nation and what was their development project for the country specially concerning the guidelines of the Brazilian economy and its insertion in the world. Among those authors a special attention will be given to Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Cassiano Ricardo, Francisco Campos and Lourival Fontes as the main ideologues supporting the Estado Novo.

Keywords: 1. Ideology. 2. Politics - Brazil. 3. Politics - Press. 4. Estado Novo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO ESTADO NOVO	20
1.1 A Revolução de 1930	20
1.2 O Estado Novo	25
1.3 Estado e Economia: A Política Industrializante de Getúlio Vargas	35
CAPÍTULO 2: IMPRENSA E PROPAGANDA NO ESTADO NOVO.....	44
2.1 A Imprensa nos anos 30-40	44
2.2 O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	49
2.3 Cultura Política: A Revista de Estudos Brasileiros	52
CAPÍTULO 3: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E OS PROJETOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA NA REVISTA CULTURA POLÍTICA	59
3.1 Os Intelectuais e o Estado	59
3.2 Almir de Andrade	68
3.3 Azevedo Amaral	77
3.4 Cassiano Ricardo	89
3.5 Francisco Campos	101
3.6 Lourival Fontes	107
3.7 Oliveira Vianna	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	144

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, principalmente na década de 1930, ocasionou grandes mudanças nas estruturas econômicas, sociais e políticas do país. O Estado paulatinamente assumiu o papel de planejador e executor de políticas que buscaram se afastar dos princípios liberais e modificar o seu modelo de desenvolvimento, o que resultou na aproximação das suas relações com a indústria.

Essa postura governamental teve relação direta com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, conquistada mediante a Revolução de 1930. As alterações na Constituição de 1934 e o golpe do Estado Novo em 1937 deram a ele continuidade no poder. Em particular no Estado Novo (1937 a 1945), o governo se utilizou da imprensa e da propaganda, tornando-as estratégicas para a difusão dos seus projetos, de forma a transmitir a necessidade de se constituir uma unidade nacional que consistia em um dos eixos do seu projeto nacional, e ter como objetivo, entre outros pontos, a conquista do crescimento econômico, a unidade do mercado interno e a modernização do país por meio da industrialização.

A consolidação da unidade nacional exigiria estratégias de convencimento e repressão. Os meios de comunicação foram importantes nesse processo e foram utilizados para propagação desse ideário, dentre estes está a Revista *Cultura Política*, que analisaremos nesta Dissertação. Deste periódico, participaram intelectuais expressivos, alguns conhecidos por sua posição crítica ao Governo Vargas, como Nelson Werneck Sodré e Graciliano Ramos. Outros intelectuais escreveram livros e artigos que por meio deles demonstravam o seu apoio a Getúlio Vargas e ao Estado Novo e, em específico, analisaram a política do governo nos setores econômicos e sociais e apontaram propostas para que o modelo de desenvolvimento fosse alcançado.

Esses intelectuais formaram o pensamento autoritário do Estado Novo e a maioria deles participou com artigos para a Revista *Cultura Política*. É justamente o conteúdo destes escritos o nosso objeto de estudo, mais especificamente, os artigos de Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Cassiano Ricardo, Francisco Campos e Lourival Fontes publicado na referida revista, entre os anos de 1941 a 1945.

Segundo a literatura específica sobre o período, estes intelectuais tiveram participação nos projetos do Estado Novo, de modo que o objetivo desta pesquisa é o de entender como pensavam a Nação e quais eram seus projetos para ela, em especial para os caminhos a serem seguidos pela economia brasileira.

A principal fonte da pesquisa são os artigos da Revista *Cultura Política*, cuja coleção se encontra à disposição para consulta do acervo no site do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC), filiado a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Este site possui também ampla documentação sobre o período¹.

Dentre os autores estudados, nossa pesquisa dedicará especial atenção ao pensamento de Oliveira Vianna, pois, como mostram importantes estudos sobre o pensamento autoritário brasileiro, como os de Jarbas Medeiros, Ricardo Silva, Lúcia Lippi de Oliveira, entre outros, ele teria sido o principal ideólogo deste pensamento²:

A problemática do pensamento autoritário brasileiro foi construída tendo por base o debate ideológico dos anos 20 e 30, com especial atenção voltada para os textos dos ideólogos estadonovistas supramencionados, sobretudo para os de Oliveira Vianna, principal expressão da ideologia autoritária brasileira na primeira metade do século XX³.

O objetivo inicial da Revista *Cultura Política* era justamente o de defender uma imagem favorável do governo. Criada em março de 1941, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que era um órgão destinado a fiscalizar tudo o que era impresso e escrito no Brasil, estava diretamente subordinada a Getúlio Vargas. Entretanto, as diversas correntes de pensamento e a participação de um variado número de autores como Nélson Werneck Sodré e Graciliano Ramos contribuíram para que ela se afastasse de seus objetivos iniciais, de ser apenas um instrumento de convencimento, passando os seus artigos a serem uma das fontes fundamentais na busca de entendimento dos projetos econômicos, sociais e políticos e das tensões em relação à questão nacional presentes no Estado Novo⁴.

Utilizaremos a terminologia “autores autoritários”, para os intelectuais que formam o objeto de nossa pesquisa: Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Cassiano Ricardo, Lourival Fontes e Oliveira Vianna. Consideramos que este termo cabe a esses intelectuais, pois participaram como principais formuladores do projeto ideológico do Estado Novo, porém cada um deles possuía diferentes arcos conceituais e particularidades de

¹ O endereço eletrônico do CPDOC em que se encontram no seu acervo as publicações digitalizadas da Revista *Cultura Política* esta disponível em: <<http://WWW.cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 30 jul. 2010.

² Ver: MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil**, 1930-1945. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978.

SILVA, Ricardo. **A ideologia do estado autoritário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2004.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

³ SILVA, 2004, p. 23.

⁴ OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p. 74- 76.

pensamento que serão analisados no decorrer desta pesquisa. Segue uma breve informação biográfica dos autores aqui estudados.

Almir de Andrade

Almir Bonfim de Andrade nasceu no dia 5 de novembro de 1911, no Rio de Janeiro. Teve como pais Francisco Bonfim de Andrade (capitão-de-mar-e-guerra) e Maria Amália Campos de Andrade. Iniciou seus estudos universitários no ano de 1927, na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Foi integrante do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira e participou da fundação do Centro Acadêmico Jurídico-Universitário (CAJU); grupo literário de grande popularidade no meio estudantil. Estiveram presentes, neste mesmo grupo, personalidades como Francisco de San Tiago Dantas, Vinícius de Moraes, Hélio Vianna, entre outros; que se destacaram em várias áreas como na Literatura, no Magistério e na Política⁵.

Em 1931, depois de se formar em Ciências Jurídicas e Sociais, trabalhou no jornal “A Razão de São Paulo”, dedicando-se também a advocacia comercial e civil até 1935. O interesse por estudos de Psicologia e Filosofia levaram-no a publicar, em 1933, o seu primeiro livro que causou impacto na imprensa: “A verdade contra Freud”, lançado em agosto daquele ano. A partir desta publicação, Almir de Andrade começou a escrever para várias revistas literárias: Boletim de Ariel, Dom Casmurro, Literatura, Lanterna Verde e Revista do Brasil. Lecionou Psicologia e Lógica no curso complementar da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1937.

Depois de ser contratado pelo Colégio Universitário da Universidade do Brasil, em 1938, foi indicado em 1939 para reger a primeira cadeira de Psicologia do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia. A Cátedra de Direito Constitucional na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil foi assumida em 1941, instituição na qual permaneceu lecionando por alguns anos.

Em 1941, fundou a Revista *Cultura Política*. O convite partiu do diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes, foi aceito por Almir de Andrade que permaneceu do início ao fim das publicações da revista (março de 1941 a outubro de 1945), como Diretor do periódico. Em 1943, esteve também à frente do cargo de Diretor da Agência Nacional, que fazia parte do DIP e cumpria a função de organizar e dirigir

⁵BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. (Org.). **Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 226- 227.

a publicidade de todo o país por meio da imprensa. O Estado Novo foi tomado por Almir de Andrade com base em um projeto cultural.

Tornou-se também um dos fundadores da Academia Brasileira de Filosofia em 1989. Faleceu em 23 de agosto de 1991 no Rio de Janeiro. Foi casado com Noemi Alcântara Bonfim de Andrade e tiveram quatro filhos.

Dentre as várias obras publicadas destacam-se: *Crítica aos fundamentos da psicologia contemporânea* (1936); *Aspectos da cultura brasileira* (1939); *Força, cultura e liberdade: origens históricas e tendências atuais da evolução política do Brasil* (1940); *Formação da sociologia brasileira* (1941); *Contribuição à história administrativa do Brasil na República, até o ano de 1945* (1950); *As duas faces do tempo: ensaio crítico sobre os fundamentos da Filosofia dialética* (1971)⁶.

Azevedo Amaral

Antonio José Azevedo do Amaral é natural do Rio de Janeiro. Nascido em 1881, seus pais eram Ângelo Thomas do Amaral (engenheiro ferroviário), e Maria Francisca Álvares de Azevedo Amaral. Conclui em 1903 o curso de Medicina, profissão desempenhada por pouco tempo, pois logo se dedicaria ao jornalismo político⁷.

Durante o tempo que viveu na Inglaterra (1906 a 1916), trabalhou como correspondente internacional dos jornais: *A Notícia*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *O País*. No Estado Novo defendia a intervenção estatal na economia por meio de um Estado forte, autoritário e corporativista na substituição do Estado liberal. Era um crítico das instituições parlamentares monárquicas e de sua economia agro-exportadora que com suas medidas restritivas, assumidas pela Coroa Portuguesa, contribuiu para sufocar a industrialização do país durante o surto da mineração em Minas Gerais no século XVIII.

Seguia a linha de pensamento influenciado pelo darwinismo e pelo evolucionismo, aceitando uma escala evolutiva entre as raças humanas e consequentemente, na superioridade da raça branca e inferioridade da negra. Associava o seu conceito de classes sociais e elites por critério raciais e que as verdadeiras revoluções eram feitas pelas elites brancas. Para ele, o povo composto na sua maioria de mestiços apenas promoveria arruaças. Defendia as revoluções conservadoras e acreditava no valor da autoridade como um instrumento que deveria ser utilizado para a transformação da sociedade brasileira. Era um defensor da

⁶ BELOCH; ABREU, 1984, p. 227.

⁷ Ibid., p. 194.

industrialização e dos investimentos estrangeiros que auxiliavam o desenvolvimento, mas defendia a idéia de que um povo não poderia depender do estrangeiro para o seu desenvolvimento⁸.

Os seus argumentos de reestruturação do Brasil estiveram presentes em sua obra, nas análises dos anos 30 e na defesa do Estado Novo. Azevedo Amaral morre em 9 de novembro de 1942, em pleno período do Estado Novo. Entre outros livros, publicou: *Ensaio Brasileiro* (1930), *A aventura política do Brasil* (1935) e *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938)⁹.

Cassiano Ricardo

Cassiano Ricardo Leite, jornalista, poeta e ensaísta, filho de Francisco Leite Machado e Minervina Ricardo Leite, nasceu em 1895, na cidade de São José dos Campos, no Vale do Paraíba Paulista, no seio de uma família de pequenos agricultores. Aos 16 anos publicou o seu primeiro livro de poesias, *Dentro da noite*. Iniciou o curso de Direito em São Paulo e concluiu no Rio de Janeiro em 1917. As colocações profissionais que tentou em sua cidade natal e em São Paulo não deram o resultado que ele esperava e mudando para o interior do Rio Grande do Sul, advogou por alguns anos, retornando a São Paulo em 1923. Neste retorno, passou a atuar na imprensa como crítico literário¹⁰.

Na década de 1920, foi filiado ao grupo modernista liderado por Plínio Salgado e Menotti Del Picchia, aproximando-se desta proposta sem, contudo, participar oficialmente do Integralismo que seria fundado em 1932. Esteve presente ativamente no grupo “Verde-amarelo” e “Anta”. No jornalismo, Cassiano Ricardo trabalhou como redator no *Correio Paulistano* de 1923 a 1930. Em 1924, fundou a “*Novíssima*”, revista literária dedicada à causa dos modernistas e ao intercâmbio cultural Pan-americano¹¹.

Em 1937 fundou, com Menotti Del Picchia e Mota Filho, a “*Bandeira*”, movimento político que se contrapunha ao Integralismo. Dirigiu o jornal “*O Anhanguera*” que tinha por objetivo a defesa da ideologia da Bandeira e, na posição de idealizador deste projeto, ganhou fama e inimizades, vetando a publicação de artigos assinados por escritores como Mário de

⁸ BELOCH; ABREU, 1984, p. 194- 195.

⁹ Ibid., p. 195.

¹⁰ TRUBULIANO, Carlos Alexandre Barros; MARTINS JÚNIOR, Carlos. Patrimônio histórico do século XXI: a marcha para oeste de Cassiano Ricardo: um itinerário para a nação. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. 11, 2008, Jacarezinho, PR. *Anais...* Jacarezinho, PR: UENP, 2008, p. 4. Disponível em: <WWW.cj.uenp.edu.br/ch/anpuh/textos/002.pdf> Acesso em: 11 jul. 2010.

¹¹ Ibid., p. 5.

Andrade, Ribeiro Couto e Vinicius de Moraes, sob a alegação de que nos textos havia críticas veladas ou declaradas ao Estado Novo e ao presidente Getúlio Vargas.

Publicou, entre outros livros: *Viagem no Tempo e no Espaço* (memórias). (1970); *Marcha para Oeste: A Influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*. (1959); *O Brasil no original*. (1937); *Pequeno Ensaio de Bandeirologia*. (1956). Destacou-se também como autor de vários livros de poesia e, em muitos deles, deixava transparecer algumas opiniões sobre a política brasileira. O seu primeiro livro, *A flauta de Pã* (1917) adota uma posição nacionalista. As obras: *Vamos caçar papagaios* (1926), *Borrões de verde e amarelo* (1927) e *Martim Cererê* (1928), estão entre as mais representativas do Modernismo.

Colaborou diretamente no governo de Getúlio Vargas como diretor responsável pelo jornal “A Manhã” (1941-1945), que era um órgão de propaganda do governo ligado diretamente à Presidência da República. Em 1941 assumiu a chefia do Departamento Político e Cultural da Rádio Nacional que transmitia diariamente crônicas culturais. Cassiano Ricardo apoiou o governo Vargas defendendo em suas obras um governo de caráter nacionalista forte e popular. Faleceu no dia 15 de Janeiro de 1974, no Rio de Janeiro. Foi casado com Jacy Gomide Ricardo e tiveram três filhos¹².

Francisco Campos

Francisco Luís da Silva Campos nasceu no dia 18 de novembro de 1891 em Dorcas do Indaiá (MG). Seus pais eram o magistrado Jacinto Álvares da Silva Campos e Azejúlia de Sousa e Silva. No Instituto de Ciências e Letras de São Paulo estudou por dois anos como interno e na volta à cidade natal cursou francês e português. Em Ouro Preto e Sabará completa o secundário e, em 1910 inicia o curso superior na Faculdade Livre de Direito, em Belo Horizonte.

Formou-se em 1914 e logo em seguida trabalha em Belo Horizonte como advogado. Em 1916, começa a lecionar na Faculdade Livre de Direito em uma ampla seção de disciplinas: Filosofia do Direito, Economia Política, Ciências das Finanças e Direito Romano. Em concurso disputado em 1917, conquista a cadeira de Direito Público Constitucional¹³.

Foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), de 1919 a 1921; deputado federal de 1921 a 1924, sendo reeleito para o período de 1924- 1926. Durante este período, atuou no magistério lecionando Filosofia do Direito e Direito Público,

¹² TRUBULIANO; MARTINS JÚNIOR, 2008, p. 6.

¹³ BELOCH; ABREU, 1984, p. 997.

assumindo a Cátedra de Filosofia do Direito em 1924 e exercendo-a até 1930. Na sua vida política, Francisco Campos operava no sentido do reexame das construções jurídicas em face das condições sociais, políticas e econômicas do país abrindo o caminho da modernização das instituições, mediante as reformas do ensino secundário e superior e, principalmente, modificando, substituindo e dotando o país de um corpo de leis elaborado sob o regime político¹⁴.

A primeira fase da formação do seu pensamento e da sua atuação política é marcada pela conquista profissional como Professor, Deputado estadual, Deputado federal, Secretário do governo de Antonio Carlos, em Minas Gerais e Ministro da Educação e Saúde do Governo Provisório de 1930. Prolonga-se neste cargo até 1932, iniciando este segundo período ocupando interinamente o Ministério da Justiça. De 1932 a 1935 exerce a função de Consultor-geral da República. Durante 1935 a 1937 ocupou o cargo de Secretário da Educação e Cultura do antigo Distrito Federal, de 1937 a 1942, exerceu o cargo de Ministro da Justiça, em que foi o responsável pela Constituição de 1937 que instituiu o Estado Novo no Brasil, e de 1943 a 1955 foi Presidente da Comissão Jurídica Interamericana¹⁵.

Na década de 1960, fez parte da comissão encarregada de elaborar o projeto de novo código civil. Francisco Campos faleceu em Belo Horizonte no dia 1º de novembro de 1968. Foi casado com Lavínia Ferreira da Silva, com quem teve duas filhas.

Escreveu, entre outros livros, A doutrina da população (1916), Introdução crítica à Filosofia do Direito (1918), Opiniões e debates (1921), Pela civilização mineira (1930), Pareceres (1ª e 2ª séries, 1933 e 1936), O Estado nacional (coletânea, 1940), Antecipações à reforma política (coletânea, 1940)¹⁶.

Lourival Fontes

Lourival Fontes é natural de Riachão do Dantas (SE), nascido em 20 de julho de 1899. Seus pais eram Sizínio Martins Fontes e Maria Prima de Carvalho Fontes. Foi expulso por insubordinação, mesmo possuindo bom rendimento escolar, em escolas de Riachão do Dantas, Estância e Aracaju (SE), nessa última cursou o secundário no Ateneu Sergipense. Com 13 anos dedica-se principalmente a leituras de obras dos autores: Proudon, Kropotkin,

¹⁴ BELOCH; ABREU, 1984, p. 998- 999.

¹⁵ MEDEIROS, 1978, p. 10- 18.

¹⁶ BELOCH; ABREU, 1984, p. 1007- 1008.

Gorki, Darwin e Haeckel, ao qual tal conhecimento contribuiu na sua participação em comícios, adquirindo prestígio popular e se considerando materialista e socialista¹⁷.

Trabalhou como jornalista em diversos jornais de Sergipe e Bahia e tornou-se partidário da Aliança Liberal, apoiando o movimento de 1930. Em 1931, fundou e dirigiu, no Rio de Janeiro, as revistas Política e Hierarquia. Esta última, de tendência fascista, contou entre seus colaboradores, com Olbiano de Melo e Plínio Salgado. Neste mesmo ano, foi nomeado oficial de gabinete da Prefeitura do Distrito Federal e, em 1932, diretor da Secretaria da Prefeitura.

A partir de março de 1932, integrou, ao lado de Augusto Frederico Schmidt, San Tiago Dantas, Raimundo Padilha e Antonio Gallotti, entre outras personalidades da época, a seção carioca da Sociedade de Estudos Políticos (SEP). Esta instituição, criada por Plínio Salgado, em São Paulo, no início daquele ano, tinha como objetivo divulgar a literatura fascista produzida no exterior assim como a obra de escritores brasileiros identificados com ideologias autoritárias. Ela constituiu um centro de reflexão do qual nasceria o manifesto integralista de 1932 e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Embora adepto do fascismo e colaborador da SEP, Lourival Fontes não chegou a estabelecer vínculos com Plínio Salgado¹⁸.

Em 1933, foi eleito representante dos usineiros sergipanos junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool e despertou a atenção de Augusto Maynard Gomes (interventor em Sergipe) o qual, em carta a Getúlio Vargas, aconselhou que Lourival Fontes não recebesse essa nomeação alegando o seu distanciamento à lavoura e ao comércio sergipano. Mesmo assim, ele recebeu de Vargas, em 10 de julho de 1934, o convite para dirigir o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), antigo Departamento Oficial de Propaganda (DOP), cargo que ocupou de 1934 a 1937¹⁹.

Lourival Fontes integrou a Comissão Organizadora do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo governo em 14 de junho de 1937. Em viagem à Europa, neste mesmo ano, observou na Itália as técnicas de propaganda utilizadas por Mussolini na difusão da ideologia fascista. Com o golpe de 10 de novembro de 1937, o DPDC foi instalado nas dependências da Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro, passando a se chamar Departamento Nacional de Propaganda (DNP) em 1938 e transformando-se finalmente em 1939 no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), mantendo sempre à frente na direção Lourival Fontes.

¹⁷ BELOCH; ABREU, 1984, p. 2261.

¹⁸ Ibid., p. 2261.

¹⁹ Ibid., p. 2262.

Em 1942 é afastado da direção do DIP, sendo substituído pelo Major Antônio José Coelho dos Reis. Em 1943, tornou-se representante do Brasil no Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho, cargo que exerceu até 1944. Em 1945 foi nomeado Embaixador do Brasil no México, exonerando-se com a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro daquele ano. Em 1954 foi eleito senador por Sergipe, recebendo apoio das coligações: União Democrática Nacional (UDN), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Social Democrático (PSD), do Partido Socialista brasileiro (PSB) e do Partido Social Progressista (PSP), exercendo o seu mandato até o final, 31 de janeiro de 1963²⁰.

Lourival Fontes faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de março de 1967. Foi casado com a Jornalista e Deputada Estadual Adalgisa Néri. Além dos artigos para jornais e revistas, publicou entre outras obras: *O Estado Novo*. (1939), *Homens e multidões*. (1950), *Uma política de preconceitos*. (1957), *Política, petróleo e população* (1958), *Missão ou demissão*. (1961) e *A face final de Vargas: os bilhetes de Getulio*. (1966)²¹.

Oliveira Vianna

Francisco José Oliveira Vianna nasceu no Município de Saquarema, na antiga Província Fluminense do Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1883, em uma fazenda de Rio Seco. Era filho do fazendeiro Francisco José de Oliveira Vianna e de Balbina Rosa de Azevedo Vianna, de uma família de seis irmãos. O pai faleceu quando tinha dois anos de idade²².

A sua educação teve início em casa e aos 10 anos foi matriculado na escola pública local dirigida pelo professor Joaquim de Souza, e logo depois passou a frequentar a escola do professor Felipe Alves de Azeredo, que estava subvencionada pelo governo. Em 1897, transferiu-se para Niterói, cursando, até 1900, o colégio Carlos Alberto e preparando-se para o exame de humanidades a ser prestado no colégio Pedro II, onde ingressou em 1901. Depois cursou a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, tendo se bacharelado em 1906.

Como advogado, associou-se por pouco tempo ao colega Porfírio Soares Neto. A sua formação em Ciências Jurídicas e Sociais o levaram a exercer o magistério e a ocupar a cadeira de História no Colégio Abílio, em Niterói. Depois de fundada a Faculdade de Direito

²⁰ BELOCH; ABREU, 1984, p. 2262- 2264.

²¹ Ibid., p. 2264.

²² SOUZA NETO, Nilton Soares de. Pequena biografia de Oliveira Vianna. **Arquivo Casa de Oliveira Vianna**, Rio de Janeiro, p. 1, 2007. Disponível em: <WWW.museusdoestado.rj.gov.br/cov/pesquisa.htm> Acesso em: 30 jul., 2010.

de Niterói, Oliveira Vianna foi um dos seus primeiros professores, ensinando Prática de Processo Penal. Afasta-se por muitos anos do corpo docente da Faculdade, retornando apenas depois de 1930 para ocupar uma nova cadeira no curso de Direito Social, mais tarde conhecida como Direito do Trabalho.

Os seus primeiros artigos foram publicados em 1907 no jornal *A Ordem*, de Saquarema, e em 1908, em Niterói nas colunas do *Diário Fluminense* e de *A Capital*. Em seguida, por intermédio de seu amigo Alcindo Guanabara, passou a assinar as colunas da *Revista da Semana* e de *A Imprensa*. Convidado por Plínio Barreto e Abner Mourão, colaborou no *Correio Paulistano* e no decorrer dos anos seguintes, até a sua morte, participou como colunista de vários jornais e órgãos da imprensa como o jornal *A Manhã*, enquanto esteve sob a direção de Cassiano Ricardo, do *Jornal do Comércio*, do *Correio da Manhã*, de *O Estado de São Paulo*, da *Revista de Estudos Jurídicos*, entre outros²³.

Depois de ler alguns de seus artigos, Alberto Torres o convida para ser companheiro de escritório no Rio de Janeiro, em 1907. Oliveira Vianna aceitou o convite e passou a frequentar o escritório na Rua da Quitanda todas as tardes, onde Alberto Torres tinha a sua banca. Nessa convivência, Oliveira Vianna começou a escrever a obra que o destacaria como escritor, *Populações Meridionais no Brasil*, que terminou em 1918, e foi publicada em 1920²⁴.

Integrou a Academia Brasileira de Letras e pertenceu, também, como membro correspondente em várias entidades culturais: Instituto Internacional de Antropologia, Sociedade dos Americanistas de Paris, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Academia Portuguesa de História, Instituto de Antropologia e Etnologia do Porto, União Cultural Universal de Sevilha, Academia de Ciências Sociais de Havana, Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil, entre outros.

Destacando-se nas funções públicas que exerceu, foi Diretor do Instituto de Fomento do Rio de Janeiro em 1926, e membro do Conselho do Estado do Rio de Janeiro em 1931. Depois da Revolução de 1930, tornou-se Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre 1932 e 1940, em que pode influir decisivamente na elaboração da nova legislação sindical e trabalhista e é nesta fase que escreveu vários livros que se destacaram: *Problemas de Direito Corporativo* (1938), *Problemas de Direito Sindical* (1943) e a coletânea de ensaios intitulada *Direito do Trabalho e Democracia Social* (1951).

Durante o exercício do cargo de Consultor Jurídico, foi Membro da Comissão Especial para rever a Constituição Federal em 1933 e Membro da Comissão Revisora das Leis

²³ SOUZA NETO, 2007, p. 1- 2.

²⁴ Ibid., p. 2.

do Ministério da Justiça em 1939. Após conflitos com as lideranças empresariais do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente com Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, em 1940, Oliveira Vianna saiu do Ministério do Trabalho. O Presidente Getúlio Vargas, que desfrutava de sua amizade, indicou-o para ser Ministro do Supremo Tribunal, mas Oliveira Vianna não aceitou o convite, alegando razões de idade para dedicar-se naquela altura de sua vida aos estudos de Direito Civil e manifestando vontade de voltar aos seus estudos sociológicos. Vargas tornou a oferecer-lhe outro importante cargo, como Ministro do Tribunal de Contas da União sendo este convite aceito por Oliveira Vianna, já que o novo cargo não lhe traria impedimentos em suas pesquisas²⁵.

Depois de 1940, escreveu o segundo volume de *Populações Meridionais no Brasil, Instituições Políticas Brasileiras* (1949), entre outras obras. Pouco inclinado a manifestações públicas, raramente saiu do Estado do Rio de Janeiro vivendo quase toda a sua vida em sua casa na Alameda São Boaventura, 41, no bairro Fonseca, em Niterói. Morreu em 20 de março de 1951²⁶.

Discutindo o pensamento autoritário na Revista *Cultura Política*

No estudo do pensamento destes autores considerados “ideólogos do Estado Novo” observou-se que a Revolução de 1930 é considerada por eles como a grande Revolução Brasileira e este aspecto é defendido em suas obras e em seus artigos publicados na Revista *Cultura Política*. No primeiro capítulo, retomaremos alguns aspectos desta revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e, completando essa trajetória, como ele se manteve na presidência, assim como os antecedentes que levaram à implantação do Estado Novo.

No final deste primeiro capítulo, discutiremos, em linhas gerais, o desenvolvimento da economia brasileira nos anos 1930 e 1940, e as medidas adotadas por Getúlio Vargas na tentativa de mudança do eixo dinâmico da economia brasileira. É nesse cenário que verificaremos o movimento da economia brasileira frente às crises econômicas e os principais planejamentos no sentido de se alcançar o desenvolvimento.

No segundo, discutiremos a imprensa e sua atuação no controle da informação por meio de um importante órgão criado pelo Estado Novo: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Esta instituição tinha por objetivo controlar os mecanismos de imprensa no

²⁵ SOUZA NETO, 2007, p. 2- 3.

²⁶ Ibid., p. 3.

Brasil. Cabe ressaltar que a Revista *Cultura Política*, tratada neste capítulo, foi uma criação do DIP.

No terceiro capítulo trataremos da relação estabelecida entre os intelectuais e o Estado, assim como da atuação de Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Cassiano Ricardo, Francisco Campos, Lourival Fontes e Oliveira Vianna no Estado Novo, como defendiam por meio de suas obras e nos artigos escritos para a Revista *Cultura Política* o Estado Novo e a liderança de Getúlio Vargas. Finalizando, neste capítulo trataremos dos projetos que esses autores tinham para a economia brasileira e para o Brasil expressos nas suas obras e nos artigos, onde ganha especial destaque à questão da unidade nacional, que para ser alcançado necessitaria de um Estado forte.

CAPÍTULO 1: DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO ESTADO NOVO

1.1 A REVOLUÇÃO DE 1930

A Constituição de 1891 favorecia a descentralização do poder e a autonomia dos Estados. São Paulo e Minas Gerais estavam em posição privilegiada, por serem os dois Estados mais importantes economicamente e de maior influência junto ao governo federal. Ao longo da maior parte da Primeira República, os presidentes paulistas e mineiros se sucederam em uma determinada alternância de poder. Segundo Celso Furtado, o governo federal mantinha a defesa dos interesses econômicos, principalmente dos proprietários rurais, fazendeiros de café, criadores de gado e plantadores de cacau. Essa estrutura gerou uma série de fissuras no interior das classes dominantes no período em pauta. Um dos epicentros desse processo foi às divergências em torno da política de defesa do café²⁷.

Para Boris Fausto, a denominada política dos governadores sofreu grande oposição em relação aos Estados menos favorecidos economicamente. A sucessão do poder por parte de Minas Gerais e São Paulo, fruto da política do café-com-leite gerava o favorecimento da economia desses dois Estados. A política dos Estados liderada pelas oligarquias e apoiadas nos partidos republicanos estaduais favorecia um sistema eleitoral composto por grandes falhas, dentre as quais a votação. O voto por não ser secreto obrigava os eleitores a votarem no candidato determinado pelo coronel para não sofrer represália²⁸.

Na década de 1930, o setor industrial, que vinha se desenvolvendo desde o último quartel do século XIX, passou por um processo de relativa diversificação. As informações levantadas no recenseamento de 1920 comprova a existência de 13.336 estabelecimentos industriais no Brasil com um capital 1.815.156:011\$000 contos de réis, empregando 275.512 operários com uma produção no valor de 2.989.176:281\$000 contos de réis. As atividades que predominam são os setores têxteis e alimentares, notando que os ramos básicos de infraestrutura industrial (siderurgia, mecânica pesada) não representam contingente considerável.

Roberto Simonsen, importante industrial paulista, discursando em 1928 no Centro das Indústrias de São Paulo apresentou o valor da produção agrícola anual: 8.000.000 de contos de réis. O valor da produção industrial era de 4.000.000 contos de réis. O valor da importação era de 3.200.000 contos de réis e o da exportação 3.860.000 contos de réis. Na

²⁷ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1985, p. 178- 180.

²⁸ FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 89- 91.

importação 1.800.000 contos de réis correspondem aos artigos manufaturados, 700.000 contos de réis às matérias-primas e 700.000 contos de réis a artigos de alimentação. Neste panorama, o Brasil com uma população de 37 milhões de habitantes, o consumo per capita é de aproximadamente 300\$000 contos de réis anuais, sendo mínima a capacidade de consumo brasileiro e neste índice a produção industrial entra em cerca de 90\$000 contos de réis²⁹.

No final da década, em janeiro de 1929, havia no Distrito Federal um total de 1.937 fábricas, empregando 93.525 operários, com um capital de 641.661:000\$. Os ramos têxteis e de alimentação continuavam a predominar, abrangendo aproximadamente 61% do capital empregado. No mesmo ano, São Paulo contava com 6.923 fábricas, empregando 148.376 operários, com um capital de 1.101.823:959\$060. Os ramos têxteis e de alimentação representavam cerca de 60% do valor da produção³⁰.

O setor que pode ser definido como burguês industrial, de grande empresa, representa uma faixa restrita numericamente, porém esta pequena burguesia industrial é significativa e capaz de expressar seus interesses na esfera política. Desta maneira, as principais associações indústrias de São Paulo lançaram um manifesto em 30 de julho de 1929, no Correio Paulistano apoiando a candidatura de Júlio Prestes-Vital Soares.

O setor industrial apoia Júlio Prestes, o que denota não haver grandes conflitos entre os setores industrial e agrícola.

Formada para disputar as eleições de 1930, a Aliança Liberal tentava eleger para a presidência da República Getúlio Vargas. Para isso, segundo Dulce Pandolfi, a Aliança Liberal teve de fazer várias alianças políticas, entre elas; com ex-presidentes de oligarquias dissidentes: Venceslau Brás (1914-1918), Epitácio Pessoa (1919-1922) e Artur Bernardes (1922-1926); de ex-governadores e governadores estaduais: Antonio Carlos (Minas Gerais), João Pessoa (Paraíba), Olegário Maciel (Minas Gerais); de tenentes do exército, que fizeram parte da liderança do grupo rebelde tenentista: Juarez Távora, Miguel Costa, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias. Esse grupo formado por jovens tenentes no início dos anos 1920 tentaram por meio das armas derrubar o regime em vigência na época, desde 1889, no Brasil. A Aliança Liberal, entre outras medidas, buscava a reforma no sistema político; a adoção do voto secreto; as reformas sociais; a diversificação da economia; a diminuição das disparidades regionais³¹.

²⁹ FAUSTO, 1970, p. 19- 21.

³⁰ Ibid., p. 23.

³¹ PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Ferreira. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 16. V. 2.

Terminada as eleições, Getúlio Vargas e os grupos aliancistas não aceitaram a derrota das eleições nas urnas. O assassinato de João Pessoa, em Recife, no dia 26 de julho deste mesmo ano, recolocou na ordem do dia a perspectiva revolucionária. A Revolução de 1930 foi organizada para iniciar-se simultaneamente em várias regiões do Brasil. Marcado para o dia 3 de outubro, às 17h30min, o movimento entrou em ação. Em 12 dias, foi tomado o controle de sete Estados.

No Estado de São Paulo, as tropas do governo prepararam-se para resistir às tropas aliancistas, que avançaram do Paraná e preparavam-se para atacar Itararé prevendo que ocorresse naquela cidade a mais violenta batalha da revolução, o que não chegou a ocorrer, pela adesão do alto comando do Exército e a deposição do presidente Washington Luís no Rio de Janeiro em 24 de outubro de 1930³².

Após a deposição de Washington Luís, uma Junta Militar, constituída pelos generais Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e pelo almirante José Isaías de Noronha, assumiu o poder. Getúlio Vargas, no dia 3 de novembro de 1930, recebeu o poder da Junta Governista iniciando um novo período na história brasileira³³. No governo Provisório foi fechado o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e Municipais. São depostos os governadores estaduais e revogada a Constituição de 1891. Getúlio Vargas passa a governar por meio de decretos- lei.

A luta pela hegemonia entre os diversos grupos que compõe a Aliança Liberal se acentua com divergências quanto à duração e ao formato do governo Provisório. Para os Tenentes, o processo revolucionário não havia desmantelado o poder oligárquico enraizados na sociedade brasileira e eleições, visando à volta de um regime democrático apenas traria de volta o jogo político da República Velha. Eles eram favoráveis ao Estado forte, apartidário, centralizador, nacionalista e reformista. Queriam que medidas fossem tomadas na promoção de reformas sociais, exploração estatal do petróleo, instalação de uma siderúrgica nacional, nacionalização das minas e dos demais recursos naturais³⁴.

As oligarquias dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, entre outros, representantes mais fortes da federação, defendiam propostas liberais e federativas limitando o poder da União e determinando maior autonomia para os Estados. Os Estados do Norte e do Nordeste estavam mais próximos das propostas tenentistas e reivindicavam um Estado mais

³²CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo**. São Paulo: DESA, 1965, p. 93-96.

³³DULLES, John W. F. **Getúlio Vargas**: biografia política. Rio de Janeiro: Renes, 1967, p. 80-86.

³⁴PANDOLFI, 2003, p. 17.

intervencionista e centralizador, pois foram os Estados que mais sofreram as consequências da Constituição de 1891³⁵.

O maior equilíbrio do poder dos Estados do Centro- sul equilibraria a participação dos outros Estados em nível nacional. Inspirado nas propostas tenentistas, as primeiras medidas do governo Provisório de Getúlio Vargas seguiam um processo de militarização das interventorias. Segundo Dulce Pandolfi, coube a Juarez Távora supervisioná-las do Acre a Bahia. Neste processo muitos interventores não tinham ligação com as forças políticas locais e as crises trazidas pela falta de sintonia provocavam a substituição do interventor³⁶.

Para Octávio Ianni, a Revolução de 1930 representou uma ruptura política, econômica, social e cultural na vida brasileira frente a um Estado oligárquico vigente nas décadas anteriores e que se desestruturou internamente e não conteve as tensões liberadas pela crise política e econômica dentro e fora do país causada a partir da crise de 1929. Os efeitos provocados por ela, dentro do sistema político e econômico brasileiro, produziram uma consciência dos problemas brasileiros e fizeram com que as classes sociais, inclusive a própria burguesia associada à cafeicultura, tomassem consciência das limitações financeiras derivadas de uma economia voltada para o mercado externo³⁷.

Para o autor Boris Fausto, a Revolução de 1930 é divisora de águas no Brasil. Podemos assistir claramente, durante o período, a remodelação da economia brasileira às mudanças econômicas no mundo. É o início da consolidação de uma fase econômica baseada na indústria, trazendo consigo a ascensão de um novo grupo social que viria determinar, futuramente, os rumos econômicos do Brasil, a burguesia industrial:

A Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no sistema capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressa a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário³⁸.

Segundo o autor, a influência das elites industriais paulistanas era restrita à época, pois estas não possuíam tamanha força e coesão capaz de promover um arranjo revolucionário que visasse desbancar a burguesia agrária. De acordo com o autor, os militares ao longo dos

³⁵ PANDOLFI, 2003, p. 17.

³⁶ Ibid., p. 18.

³⁷ IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1971, p. 18-19.

³⁸ FAUSTO, 1970, p. 112.

anos 1920 formaram uma corrente de caráter progressista no Exército de jovens oficiais que visavam num desejo nacionalista de resgatar o país da República Velha e das estruturas oligárquicas. Esse movimento tenentista para cumprir seu objetivo tentou várias alianças. Uma delas com a pequena-burguesia da época (especialmente no movimento revolucionário de São Paulo, em 1924), que não vingou, mas trouxe à tona algumas proximidades de interesses entre as classes, como a defesa do voto secreto, das liberdades individuais e do nacionalismo³⁹.

Ao mesmo tempo em que valoriza o papel dos militares no processo, Fausto observa a atuação da burguesia industrial na revolução e a ampliação paulatina de sua influência no poder. A Revolução de 1930 não se caracterizou pela alteração das relações de produção na esfera econômica, nem mesmo pela substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política, essas não se alteraram. O colapso da hegemonia da burguesia cafeeira não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade.

Nos anos posteriores à adoção do novo regime, a burguesia industrial não possuía autonomia frente aos interesses tradicionais em geral e nem a burguesia cafeeira conseguia se re-estruturar politicamente, pela derrota de 1932 em São Paulo e à depressão econômica que se arrastava por vários anos. Aqueles que controlam o governo já não representavam de modo direto os grupos sociais que exerciam sua hegemonia sobre os setores da economia e da sociedade, estabelecendo o que Boris Fausto declara Estado de Compromisso:

A possibilidade de concretização do Estado de compromisso é dada porém pela inexistência de oposições radicais no interior das classes dominantes e, em seu âmbito, não se incluem tôdas as forças sociais. O acôrdo se dá entre as várias frações da burguesia; as classes médias – ou pelo menos parte delas – assumem maior pêso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo entretanto uma posição subordinada. À margem do compromisso básico fica a classe operária, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão política apreciável⁴⁰.

A ausência de predomínio entre uma fração de classe e outra gera uma situação em que o Estado se torna o intermediador. À margem do compromisso básico fica a legislação trabalhista e a classe operária. A Revolução de 1930 foi o fim da hegemonia cafeeira, mas sem a sua substituição por outra classe média ou industrial. O enfraquecimento da burguesia agrária possui seus enlaces na própria forma de inserção do Brasil no sistema capitalista

³⁹ FAUSTO, 1970, p. 57- 69.

⁴⁰ Ibid., p. 104- 105.

internacional observado no complemento entre os dois setores, mesmo com suas respectivas diferenças.

No próximo item será possível observar como a perda do comando político associada à nova forma de governar possibilitará o desenvolvimento industrial por meio de maior autonomia do Estado em relação ao conjunto da sociedade. O peso dos diversos setores econômicos e sociais será medido na formação de um novo sistema de governo, originando um Estado que, diferentemente da República Velha, vai buscar sua legitimidade nas classes médias e populares.

1.2 O ESTADO NOVO

Desde o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a conjuntura internacional fortalecia, na Europa, tendências políticas de direita e de esquerda contrárias ao modelo dos ideais burgueses, liberalismo e democracia, nascidos no século XVIII. A tendência de direita buscava mediante um regime nacionalista e ditatorial uma saída para a crise do capitalismo. A de esquerda, a superação do capitalismo por meio da tomada de poder pela classe operária e pela transformação da sociedade. Essas tendências políticas em disputa, durante o período entre guerras, tiveram seus reflexos no Brasil, principalmente, com a formação da Ação Integralista Brasileira (AIB), e da Aliança Nacional Libertadora (ANL) ⁴¹.

Segundo Marcos Chor Maio, estas duas frentes eram bem diferentes daqueles até então existentes, pois tinham um programa político bem delineado e haviam superado os antagonismos regionais, substituindo-os pelos de classe. Portanto, não eram agrupamentos políticos de defesa de um Estado ou outro, de uma região ou outra, mas defendiam claramente os pontos de vista de uma classe:

[...] O ambiente de indefinições que compreendeu o intervalo entre a crise de hegemonia das oligarquias da República Velha e o fechamento político que culmina no Estado Novo favoreceu o surgimento de projetos radicais e mobilizantes que tentaram galvanizar a sociedade com a idéia de mudança. As principais propostas deste tipo foram a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira (AIB) ⁴².

⁴¹MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Ferreira. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 41. V. 2.

⁴²Ibid., p. 41.

O Integralismo surgiu no bojo dos acontecimentos europeus e era tributário do fascismo italiano. Doutrinariamente, essa ideologia preconizava o governo ditatorial ultranacionalista com base na hegemonia de um único partido, a Ação Integralista Brasileira (AIB), e obediente a um único chefe: Plínio Salgado. Os fundamentos doutrinários da AIB são encontrados no Manifesto à Nação Brasileira (1932), de autoria de Plínio Salgado, ex-integrante do Partido Republicano Paulista (PRP). Nele, o autor faz a defesa da "Pátria, Deus, Família". De forma parecida com o modelo europeu, a AIB utilizava-se do confronto com os comunistas para elevar a tensão emocional de seus partidários vistos por todas as partes e mantendo aos comunistas permanente vigilância⁴³.

Entre 1932 e 1935, aumentam as agitações dos grupos de esquerda. Os integralistas formaram, como na Itália, frentes paramilitares que agiam com violência para dissolver essas manifestações. As ascensões dos totalitarismos de direita levaram a formação de frentes antifascistas lideradas pelos partidos comunistas em vários países. A III Internacional Comunista (Komintern), preconizava a tática de luta contra estes grupos aglutinando todos aqueles que eram contrários ao fascismo.

Para Dulles, a formação de frentes anti-integralistas resultou na criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935, no Rio de Janeiro, e tinha como objetivos principais: a suspensão definitiva dos pagamentos das dívidas imperialistas do Brasil; nacionalização imediata das empresas imperialistas; proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores; entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que a cultivavam; constituição de um governo popular. Hercúlio Cascardo recebeu o cargo de Presidente da ANL e Luís Carlos Prestes, que rompera com o tenentismo para converter-se ao marxismo, foi eleito Presidente de honra. A ANL crescia promovendo reuniões e manifestações em todo o país contra o governo Vargas⁴⁴.

Ainda, segundo Dulles, a ANL despertava o receio das camadas dirigentes. O Presidente Getúlio Vargas, por intermédio da intervenção policial, determinou a invasão das sedes da ANL e mandou prender seus líderes. Impedida de atuar na legalidade, ela executou na clandestinidade a tentativa de tomada do poder político no Brasil. Por causa da intensa repressão policial, acabou-se optando pelo método insurrecional. A rebelião eclodiu em 23 de novembro de 1935 em Natal-RN, onde o batalhão em levante uniu-se a populares,

⁴³ MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003, p. 42- 58.

⁴⁴ DULLES, 1967, p. 156- 157.

organizando o Comitê Popular Revolucionário⁴⁵. A repressão foi imediata por meio da Polícia Militar e de fortes contingentes armados enviados pelos fazendeiros. Quatro dias depois, a insurreição foi reprimida.

No dia 26 de novembro de 1935, também foram contidas guarnições militares sob domínio comunista em Recife e Olinda. O mesmo aconteceu no Rio de Janeiro no dia 27 de novembro. Destacaram-se como representantes das forças repressoras, Eduardo Gomes (sobrevivente dos 18 do Forte, 1922) e Eurico Gaspar Dutra. Para combater os levantes comunistas, Getúlio Vargas decretou estado de sítio em novembro, que se prolongou até o ano seguinte. Era o pretexto de que necessitava para conduzir o país à ditadura. Vargas sabia de antemão dos planos insurrecionais do PCB por meio de elementos da polícia infiltrados no partido e utilizando o argumento da ameaça comunista, preparou o golpe de 1937⁴⁶.

Quando se iniciou, em 1936, a campanha para a sucessão presidencial, a oligarquia paulista lançou o seu candidato, Armando de Sales Oliveira; os getulistas defendiam a candidatura de José Américo de Almeida. Porém, nem um nem outro estavam nos planos de Getúlio Vargas, pois ele pretendia continuar no poder. E tinha fortes argumentos para isso: contava com o apoio do General Góis Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, e do General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra.

O Congresso Nacional sentindo as manobras golpistas de Getúlio Vargas impediu-o de renovar o estado de sítio. Para forçar essa decisão, Vargas simulou o Plano Cohen. Tratava-se de um plano supostamente comunista que visava ao assassinato de personalidades importantes, a fim de tomar o poder. Segundo tal versão, o documento fora descoberto e entregue a Góis Monteiro pelo Capitão Olímpio Mourão Filho, membro da AIB⁴⁷. O nome Plano Cohen foi dado por Góis Monteiro, responsável pela divulgação alarmista por toda a imprensa⁴⁸.

Diante da ameaça de insurreição comunista, o governo pediu o estado de guerra e o Congresso concedeu. Criaram-se, assim, as condições para o golpe. Getúlio Vargas conseguiu o apoio do governador de Minas Gerais, Benedito Valadares e, no Nordeste, a missão Negrão de Lima conseguiu a adesão de vários Estados. No dia 9 de novembro de 1937, Armando de Sales Oliveira apelou para as Forças Armadas, pedindo a manutenção da legalidade.

⁴⁵ Sobre estas questões ver: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionário de 35: sonho e realidade**. São Paulo. Companhia das Letras, 1992, p. 186- 202.

⁴⁶ DULLES, 1967, p. 158- 163.

⁴⁷ Ibid., p. 173.

⁴⁸ O documento Plano Cohen apareceu com destaque nos jornais e na imprensa brasileira no dia 30 de setembro de 1937. Seu verdadeiro autor não foi como parecia ser, certo “Cohen”, ou algum integrante de cúpula do movimento comunista-internacional, mas um capitão do Estado Maior, Olímpio Mourão Filho. Cf. CAMARGO, Aspásia. et al. **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989, p. 214.

Inutilmente, pois o Ministro da Justiça Francisco Campos já tinha sido encarregado de redigir a nova constituição. No dia seguinte, usando como pretexto a necessidade de colocar fim às agitações, Getúlio Vargas anunciou a constituição e decretou o fechamento do Congresso. Os partidos políticos foram dissolvidos. Era o início do Estado Novo⁴⁹.

A Constituição de 10 de novembro de 1937 teve como autor Francisco Campos e caracterizou-se pelo predomínio do poder Executivo. O Presidente passou a ter completo controle sobre os Estados, podendo a qualquer momento nomear interventores. Instituiu-se, ainda, o estado de emergência, que permitia ao Presidente da República suspender as imunidades parlamentares, prender, exilar e invadir domicílios. Para completar, instaurou-se a censura para os meios de comunicação: jornais, revistas, rádio e cinema.

O mandato presidencial foi dilatado para seis anos. O poder Legislativo foi composto pelo Presidente da República, pelo Conselho Nacional (que substituiu o Senado) e pelo Parlamento Nacional (Câmara dos Deputados)⁵⁰.

A nova Constituição criou o Conselho da Economia Nacional, composto pelos representantes da produção indicados por associações profissionais e sindicatos reconhecidos por lei. Ele tinha a função de assessoria técnica, visando obter a colaboração das classes, a racionalização da economia e a promoção do desenvolvimento técnico. Tudo isso significava que o Estado iria intervir e dirigir a economia nacional.

No plano administrativo, a reorganização do serviço público foi um ponto importante para a consolidação do governo de Getúlio Vargas a partir da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Segundo Lauerhass, Getúlio Vargas queria formar uma equipe de tecnocratas capacitados e nacionalistas que movimentassem a máquina burocrática, retirando os elementos que ligados a ela por nepotismo, clientelismo ou outros interesses que não representavam os objetivos nacionalistas⁵¹.

Para garantir o funcionamento do novo regime, foram criados vários instrumentos de controle e repressão. Inicialmente, destacou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado do controle ideológico. Para tanto, exercia a censura total dos meios de comunicação, imprensa, rádio e cinema, por meio dos quais, na sociedade, o medo do perigo comunista sustentava o clima de insegurança que justificara o novo regime. Além disso, trabalhava na propaganda do Presidente Getúlio Vargas, formando dele uma imagem sempre

⁴⁹ PANDOLFI, 2003, p. 34- 35.

⁵⁰ CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1976b, p. 156- 161.

⁵¹ LAUERHASS JUNIOR, Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 144.

favorável. Naturalmente, a intolerância pela diversificação da informação era a base do novo regime. E qualquer oposição ideológica era duramente reprimida⁵².

Ao mesmo tempo em que a repressão ideológica alargou seus horizontes mediante a oficialização, avultou o papel da Polícia Secreta, chefiada por Filinto Müller. Tal como nos regimes totalitários europeus, a Polícia Secreta especializou-se em práticas violentas reprimindo com torturas e assassinatos os indivíduos considerados nocivos à ordem pública.

[...] Francisco Campos, Ministro da Justiça de Vargas e autor da Constituição de 1937, declarou que a entrada das massas na política moderna colocava problemas de tal magnitude que os Estados liberais eram forçados a retirar os principais assuntos do domínio da discussão legal. A consequência lógica desse processo dialético, argumentava, era o uso da repressão contra os que discordavam, e, finalmente, “a transformação da democracia, de regime relativista ou liberal, em Estado integral ou totalitário”⁵³.

A preocupação do novo regime, segundo Erickson, era a de neutralizar e anular a influência política do operariado diminuindo a sua função autônoma e fazendo os trabalhadores estarem ligados aos sindicatos oficiais. O princípio dessa política trabalhista consistia na negação da luta de classes e na afirmação da colaboração entre elas, não reconhecendo as diferenças de interesses entre patrões e empregados e se colocando acima das suas contradições, em suposto interesse pela Nação. Por isso, pela Constituição de 1937, as greves foram proibidas, por serem recursos considerados nocivos ao trabalho e incompatíveis com os interesses nacionais⁵⁴.

A Consolidação das leis trabalhistas foi promulgada em 1º de maio de 1943, pelo Presidente Getúlio Vargas, e representou o resumo de coordenações e sistematizações de uma legislação social que vinha sendo criada desde 1930. Ela previa as linhas estruturais básicas da organização sindical e regulou suas atividades econômicas e políticas. A autonomia sindical foi controlada com a instituição do Imposto Sindical cobrado anualmente de todos os trabalhadores e equivalente a um dia de trabalho. Esse imposto foi destinado a remunerar as pessoas envolvidas no aparato burocrático sindical, assim como a sua manutenção. Recolhido pelo Ministério do Trabalho, este fazia a redistribuição entre os sindicatos que se tornaram entidades dependentes do Estado e facilmente manipuláveis por ele⁵⁵.

⁵² CARONE, 1976b, p. 169- 172.

⁵³ ERICKSON, Kenneth. Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 38.

⁵⁴ Ibid., p. 53.

⁵⁵ Ibid., p. 58- 60.

Na economia, a crise do modelo agrário-exportador voltado para a produção de bens primários: café, borracha, açúcar, algodão e cacau foi colocada em cheque pela Grande Depressão. A direção do desenvolvimento econômico começou então a mudar, com a crescente diversificação no que se refere à produção tanto de alimentos quanto de manufaturas.

Vargas teve êxito ao usar a estabilidade política propiciada pelo Estado Novo para transformar a estrutura produtiva e moldar sua evolução econômica. A criação de novos instrumentos de política econômica não só acelerou a expansão da necessária infra-estrutura, como também reduziu a base tradicional de poder da oligarquia proprietária de terras⁵⁶.

A queima do café foi a demonstração mais evidente da inadequação do modelo agrário-exportador brasileiro ao mercado internacional capitalista. A crise do início dos anos 1930 ao colocar em cheque o modelo agrário exportador abriu espaço para uma diversificação da economia centrada na industrialização⁵⁷.

Nesse contexto, o desenvolvimento industrial e a diversificação da economia eram rumos a serem seguidos. A industrialização no Brasil começou sem apoio decidido do Estado, sem uma clara política voltada para ela. Na era Vargas, principalmente no Estado Novo, esse esforço aparece nas realizações que efetivamente foram tomando forma.

De um lado, a crise de 1929 tinha tornado evidente a vulnerabilidade da economia brasileira. De outro, a partir de 1933, a indústria passou a apresentar vigoroso crescimento, o que deve ter influenciado as medidas governamentais, ainda mais por colocar a necessidade de ampliação da infra-estrutura, da oferta de bens intermediários e de capital, necessidades que a indústria nacional não tinha condições de satisfazer. O Estado seria obrigado, mais cedo ou mais tarde, a responder a essas demandas de alguma forma, sob pena de estancar o processo de crescimento. Índícios sugerem que o discurso e a política econômica do governo acompanharam essas mudanças na economia⁵⁸.

A inovação mais importante consistiu em um novo tipo de interferência do Estado na economia, organizando, centralizando e intensificando os processos econômicos já existentes: na agricultura, estimulando a diversificação da produção e sustentando os preços do café; na indústria, concedendo facilidades de créditos a juros baixos mediante o Banco do Brasil. Investindo na instalação de novas indústrias estatais, o Estado assumia o papel de investidor.

⁵⁶ LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a era Vargas. Tradução de Anna Olga de Barros Bento. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 98.

⁵⁷ FURTADO, 1985, p. 197. Esses pontos serão rediscutidos no próximo item.

⁵⁸ CORSI, Francisco Luiz. **Estado novo:** política externa e projeto nacional. São Paulo: Ed. UNESP; FAPESP, 2000, p. 57- 58.

Esses investimentos foram na maioria canalizados para a indústria pesada, setor pouco atraente para os investidores particulares, pois a remuneração do capital se faz em longo prazo. Tais investimentos resultaram na instauração das condições infraestruturais para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) teve efeitos favoráveis para a industrialização em curso no Brasil, pois ampliou o mercado interno. Como consequência, os industriais, sobretudo do Rio de Janeiro e de São Paulo puderam ampliar a produção de seus produtos. O Estado encarregou-se de criar a infraestrutura necessária por meio de apoio norte-americano e Getúlio Vargas obteve o empréstimo desejado para construir a Usina de Volta Redonda-RJ. Os meios de transporte para alimentar a usina foram viabilizados, incrementando-se o transporte marítimo para trazer o carvão da região Sul (Santa Catarina), e equipou-se a estrada de ferro Central do Brasil para transportar o minério extraído em Minas Gerais⁵⁹.

[...] Durante os acontecimentos que se seguiram a Pearl Harbor, ele manteve a pressão sobre os Estados Unidos e obteve, em março de 1942, recursos do Export-Import Bank, em Washington, para a criação da Companhia Vale do Rio Doce, a exploração de minério de ferro e, em última instância, a geração de energia hidroelétrica. Também foram concedidos 20 milhões de dólares para uma siderúrgica brasileira em Volta Redonda, cidade industrial inteiramente planejada, símbolo da meta de independência econômica almejada por Vargas⁶⁰.

De acordo com o mesmo sentido nacionalista que presidiu a formação da indústria pesada no Brasil, o Estado interveio na formação do Conselho Nacional do Petróleo (1938), a fim de controlar o refinamento e a distribuição do combustível, essencial para assegurar o desenvolvimento dos transportes. O Estado funcionou, efetivamente, como o mais poderoso instrumento de promoção da acumulação de capitais, colocando o Brasil nos trilhos da industrialização. À medida que se criavam as condições para o deslanche da industrialização, inevitavelmente criaram-se também condições para a ampliação do debate em torno da forma do desenvolvimento⁶¹.

Embora o Estado Novo estivesse identificado com os regimes totalitários europeus e tentando demonstrar neutralidade em relação aos conflitos que eclodiram em 1939, entre os Estados liberais e o nazi-fascismo, começou a apresentar forte realinhamento com os Estados

⁵⁹ CARONE, 1976b, p. 78- 81.

⁶⁰ LEVINE, 2001, p. 100.

⁶¹ Esses pontos serão aprofundados no próximo tópico sobre a economia nas décadas de 30-40.

Unidos. A inclinação a favor das potências aliadas deu-se a partir do sucesso das negociações de empréstimos para o Brasil entre 1939- 1941.

Durante a II Conferência de Consulta dos Chanceleres no Rio de Janeiro, em meados de janeiro de 1942, a aliança política entre Brasil e Estados Unidos foi efetivada e desta forma tornou-se inevitável o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo. A participação direta do Brasil no conflito mundial aconteceu depois de repetidos ataques aos navios brasileiros por parte da força submarina alemã. Esses fatos resultaram em manifestações populares exigindo a entrada do Brasil na guerra. Em 22 de agosto de 1942, Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, declarou oficialmente guerra contra a Itália e a Alemanha⁶².

A participação do Brasil limitou-se, de início, ao fornecimento de matérias-primas estratégicas e ao auxílio no policiamento do Atlântico Sul. Somente em 1944 foi enviado à Itália um contingente de soldados, que formaram a Força Expedicionária Brasileira (FEB). O triunfo das forças democráticas do mundo contra a barbárie fascista pôs o Estado Novo em posição extremamente incômoda.

Ao final da guerra, a ditadura de Vargas já não tinha lugar, pois havia sido ultrapassada pelos acontecimentos. A repercussão da Segunda Guerra entrelaçou-se à crise política interna, formando uma complexa rede de contradições que resultou na criação de conjunturas favoráveis ao desmantelamento do Estado Novo. Nessa conjuntura, surgiu o Manifesto dos Mineiros (24 de outubro de 1943), assinado por Mário Brandt, Afonso Arinos de Mello Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Pedro Aleixo entre outros⁶³.

Este manifesto criticava a ilusória tranquilidade e a paz superficial que se obteve pelo banimento das atividades cívicas, que podiam parecer propícias aos negócios e ao comércio, ao ganho e à própria prosperidade, mas não foram benéficas ao revigoramento dos povos. Este documento reconhecia que o Brasil estava em fase de progresso material e tinha mobilizado muitas das suas riquezas naturais, aproveitando inteligentemente as realizações do passado e as eventualidades favoráveis do presente. O manifesto exigia a participação política dos agentes do progresso econômico, isto é, um desenvolvimento político correspondente e compatível com a prosperidade material. A descompressão da vida política promoveu a formação de agremiações partidárias que exprimiam em contestações⁶⁴.

Por meio do governo Vargas, dois partidos foram criados no início de 1945 e apoiaram a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra: o Partido Social Democrático (PSD)

⁶² DULLES, 1967, p. 248-249.

⁶³ CARONE, 1976b, p. 303- 305. Ver também: DULLES, 1967, p. 268- 269.

⁶⁴ Ibid., p. 305- 308.

e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Estes partidos tornaram-se fortes nos Estados mais pobres. O PTB mobilizava a burocracia sindical ligada ao trabalhismo de forma que o governo procurava organizar, sob forma partidária, pólos com base no prestígio de Vargas junto às camadas populares urbanas, que passaram a representar um conjunto significativo de votos.

[...] O PTB foi organizado pelo ministério do Trabalho e era dominado por pelegos fiéis a Vargas, se não ao Estado Novo. Procurava atrair todos os trabalhadores, empregados ou não, e chegar aos brasileiros comuns até então excluídos do processo político⁶⁵.

A União Democrática Nacional (UDN),⁶⁶ formada em 1945 contra o governo Vargas reunia entre seus membros: antigos liberais constitucionais: Armando Sales, Júlio de Mesquita Filho; proprietários de jornais como Assis Chateaubriand e Paulo Bittencourt, e a burguesia comercial urbana ligada aos interesses exportadores e importadores. Contava, também, com a adesão das classes médias urbanas assustadas com a retomada do processo inflacionário acentuado a partir de 1942. A ideologia da UDN era politicamente liberal. No plano econômico manifestava a vontade de liquidação do protecionismo, identificado como a causa principal do aumento dos preços. Isso conquistava a simpatia das camadas médias cujas perspectivas econômicas orientavam-se pelo ponto de vista do consumidor.

[...] A União Democrática Nacional (UDN), de oposição, formou-se em torno de uma coalizão anti-Vargas de constitucionalistas pró-democracia que não tinham mais o controle da máquina política dos estados e de membros afluentes da população urbana. Os aliados, hostis ao Estado Novo, deram apoio aos inimigos de Vargas⁶⁷.

Diante das pressões crescentes da opinião pública, Getúlio Vargas decretou anistia aos presos políticos e ao líder comunista Luís Carlos Prestes. Ele voltou a atuar politicamente organizando, no dia 23 de maio de 1945, uma gigantesca manifestação popular no Rio de Janeiro. Nessa manifestação, o Partido Comunista, legalizado neste mesmo mês, expressou seu apoio ao governo de Getúlio Vargas. Apesar de estranha, tal atitude do PCB estava de acordo com sua linha política, baseada na aliança com os Estados Unidos em que o apoio ao

⁶⁵ LEVINE, 2001, p. 109.

⁶⁶ DULLES, 1967, p. 280- 283. Sobre esse assunto ver também: CARONE, 1976 b, p. 172- 193.

⁶⁷ LEVINE, 2001, p. 109.

governo Vargas expressava a diretriz, fixada pela União Soviética, de formação de uma frente popular nos países que lutavam contra o Eixo⁶⁸.

No primeiro semestre de 1945, a campanha eleitoral absorvera as energias políticas. A partir do semestre seguinte, a tônica recaiu sobre a questão da Constituinte, que deveria reunir-se somente depois da eleição presidencial, marcada para 02 de dezembro daquele ano. Neste momento expandiu a pregação do "queremismo", orientada pelos trabalhistas e apoiada pelos comunistas. O movimento queremista representou a justificativa que Getúlio Vargas necessitava para continuar no poder. E isso despertou na UDN uma desconfiança extrema a qualquer ação de Vargas. A situação tornou-se mais clara a partir de agosto de 1945, quando a manobra evidenciou-se para o grito de "Constituinte com Getúlio"⁶⁹.

Isso veio inquietar a oposição udenista, pois a Constituinte antes das eleições presidenciais significaria a preservação do poder nas mãos de Vargas. Um grande comício pró-getulista, marcado para o dia 27, foi proibido pelo Chefe de polícia do Distrito Federal. Getúlio Vargas reagiu, substituindo-o pelo seu irmão, Benjamim Vargas. Contudo, essa manobra política encontrou forte resistência em Góis Monteiro. Dois dias depois, em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi obrigado a abandonar o poder, transmitindo-o ao Judiciário. Terminou aí o Estado Novo.

“[...] Nada especificamente, senão todo o processo político rescendendo a continuísmo, conduziu aos 29 de outubro. Getúlio, mais que o Estado Novo, estava saindo do poder”⁷⁰.

Com a deposição de Vargas, a UDN aparentemente tinha saído vitoriosa. Visto mais de perto, o golpe desencadeado por ela limitou-se à mera conspiração, sem o concurso popular mobilizante, de modo que a derrubada de Vargas não teve, como se esperava, a devida repercussão política e popular. Ao contrário, fez com que Getúlio Vargas parecesse frente à opinião pública uma vítima. O seu prestígio não diminuiu e, inversamente ao que se poderia supor o movimento queremista não fora motivado apenas por forças oficiais, mas também pelas populares. Surpreendentemente, a popularidade de Getúlio Vargas, mostrou-se bem acima das expectativas criadas nas eleições presidenciais que levaram o General Dutra ao poder⁷¹.

⁶⁸ CARONE, 1976b, p. 241- 242.

⁶⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 311- 314.

⁷⁰ Ibid., p. 314.

⁷¹ Ibid., p. 314- 315.

A economia brasileira nas décadas de 1930 e 1940 são os focos do próximo item. Nesse sentido verificaremos o seu movimento e as principais ações e alianças feitas pelo governo Getúlio Vargas na obtenção de recursos para a modernização das suas bases estruturais, criando condições para que a industrialização seguisse como uma forma de desenvolvimento econômico.

1.3 ESTADO E ECONOMIA: A POLITICA INDUSTRIALIZANTE DE GETÚLIO VARGAS

A década de 1930 foi um período de grandes transformações na economia brasileira.

Com a grande depressão originada, a partir do *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, o sistema capitalista mundial passou a sofrer forte crise que indicava, de certa forma, a sua estagnação; algo bem diferente do sistema socialista que desde a Revolução Russa permitia que a União Soviética atravessasse ilesa a crise, o que determinou grande avanço no seu processo de industrialização a partir de seus planos quinquenais.

A crise capitalista não atingiu da mesma maneira todos os países. O Japão, por exemplo, evitou que a sua economia sofresse maiores impactos assegurando o controle sobre os mercados da Ásia, por meio de uma política comercial e militar agressiva na região⁷². Segundo Francisco Corsi, muitos países, que sofreram os efeitos da crise internacional, passaram a adotar medidas protecionistas para a defesa de suas economias:

[...] A difícil situação econômica enfrentada por um grande número de países incentivou, ao longo da década de 1930; as desvalorizações competitivas de moedas, os controles de câmbio e de importações, as restrições à livre circulação de capitais e de mão-de-obra, o comércio bilateral e um forte protecionismo em detrimento do livre comércio⁷³.

Getúlio Vargas, assumindo o governo Provisório em 1930, implementou uma política de proteção do café, não o deixando à própria sorte, pois entendia que ao protegê-lo conteria o agravamento da crise interna e geraria algum tipo de incremento da atividade econômica no Brasil. Entre 1930 e 1934, foram retirados do mercado mais de 50 milhões de sacas de café, dentre as quais cerca de 35 milhões foram queimadas⁷⁴.

⁷² CORSI, 2000, p. 29- 30.

⁷³ Ibid., p. 27- 28.

⁷⁴ Ibid., p. 38- 39.

[...] A precária situação da economia cafeeira, que vivia em regime de destruição de um terço do que produzia com um baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que nele ainda se formavam. E não apenas os lucros líquidos, pois os gastos de manutenção e reposição foram praticamente suprimidos⁷⁵.

Para Celso Furtado, configurou-se uma situação praticamente nova na economia brasileira, tornando o mercado interno o centro motor da economia. O capitalismo brasileiro que se desenvolveu com a economia cafeeira só poderia avançar mais necessariamente com a integração do seu mercado nacional e, para tanto, não poderia mais o Estado permitir que prevalecessem os interesses regionais como estava ocorrendo desde a Proclamação da República. Era necessário resolver a questão da integração do mercado nacional com o desenvolvimento prioritário da indústria, sendo uma opção válida para o Brasil não estagnar⁷⁶.

Os anos 1930 foram de incertezas e desafios no cenário nacional e internacional. O setor industrial, que no período 1929-1931, passava por forte queda econômica passou a um rápido crescimento industrial em 1933-1936, impulsionado por vários fatores. A crise das contas externas associada às políticas de defesa do café e de controle do câmbio, somadas à expansão do gasto público e do crédito possibilitaram o avanço do processo de industrialização via substituição de importações. Também contribuíram para esse processo as políticas governamentais voltadas para atender às demandas setoriais dos empresários industriais, assim como a criação de infraestruturas para o setor industrial e o esforço do empresário industrial que investia no projeto de desenvolvimento baseado na indústria⁷⁷.

Em um primeiro momento, o governo de Getúlio Vargas tentava combater a crise baseando-se no equilíbrio das contas públicas, do câmbio e das bases monetárias. Mas no segundo momento, com o seu agravamento, o Estado é obrigado a atuar cada vez mais na economia, principalmente na proteção do setor cafeeiro ampliando o crédito interno e não, como antes de 1930, com financiamento externo. Nesse processo acontece uma inversão no eixo da economia passando da agricultura para indústria, em que o Estado vai diminuir o predomínio do modelo agroexportador e apoiar o desenvolvimento industrial.

É bem verdade que o setor ligado ao mercado interno não podia aumentar sua capacidade, particularmente no campo industrial, sem importar equipamentos, e que estes se tinham feito mais caros com a depreciação do

⁷⁵ FURTADO, 1985, p. 197.

⁷⁶ Ibid., p. 197- 198.

⁷⁷ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 247-248. V. 2.

valor externo da moeda. Entretanto, o fator mais importante na primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. Bastaria citar como exemplo a indústria têxtil, cuja produção aumentou substancialmente nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida. Esse aproveitamento mais intensivo da capacidade instalada possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado, criando os fundos necessários, dentro da própria indústria, para sua expansão subsequente. Outro fator que se deve ter em conta é a possibilidade que se apresentou de adquirir a preços muito baixos, no exterior, equipamentos de segunda mão. Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamente atingidos pela crise industrial⁷⁸.

O avanço do desenvolvimento econômico enfrentava a inexistência de um amplo mercado interno e de uma indústria sólida de máquinas e equipamentos. Essas carências tolhiam a autonomia da economia brasileira. Para Celso Furtado, havia também grande carência de infraestrutura em setores estratégicos da economia brasileira, como energia e transporte. A saída é o Estado intervir por meio de amplo planejamento e promover a industrialização do país⁷⁹.

A questão do desenvolvimento econômico calcado na industrialização não dependia apenas da intervenção do Estado na economia, mas necessitava de financiamentos. O Estado, ao sustentar o setor cafeeiro, manteve uma política de expansão do crédito e paralelamente de aumento do déficit público. Essas medidas criaram as condições favoráveis ao desenvolvimento industrial até 1939.

A industrialização se desenvolveu dando ênfase na produção de bens não-duráveis. Os principais ramos da indústria brasileira naquele período foram os de alimentação, vestuário, tecidos, calçados, chapéus, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, equipamentos simples, bens de uso caseiro, bebidas. São Paulo e Rio de Janeiro assumiram a dianteira deste processo. As medidas tomadas pelo governo Vargas incentivava a modernização da economia brasileira. Cabe destacar a legislação trabalhista que passou a reger as relações entre o trabalho e o capital na criação de novos órgãos que tinham o objetivo de fomentar e regulamentar setores específicos da economia.

Outras políticas de desenvolvimento industrial desse período repercutiram favoravelmente: a regulamentação do trabalho, através da introdução da legislação trabalhista, da regulamentação sindical e das leis previdenciárias e a organização corporativa da indústria, que abriu espaços no interior do Congresso e do Executivo para os industriais, que passaram a participar de

⁷⁸ FURTADO, 1985, p. 198- 199.

⁷⁹ Ibid., p. 197- 198.

comissões e a colaborar no processo decisório. A consolidação de uma geração de industriais, tendo a frente Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, e sua aproximação com Vargas propiciou a formação de uma aliança profunda com o regime, que iria perdurar até 1945⁸⁰.

O petróleo, a siderurgia e a energia elétrica eram importantes discussões tratadas pelo governo Vargas, sendo elementos-chave “para o salto de desenvolvimento industrial”. Trabalhar com eles representava o envolvimento com a diplomacia econômica dos países. Segundo Maria Antonieta Leopoldi, esses pontos eram muito controvertidos na elite política e econômica brasileira, sendo necessária a formação de um consenso na sociedade e na base política do Estado para convertê-las em políticas públicas efetivas⁸¹.

Se por um lado as ações do governo na economia assumiriam forte dose de antiliberalismo, por outro lado, principalmente na década de 1930 e 1940, este intervencionismo estatal procurava justificar-se perante a sociedade pela busca de eficiência. A criação de novas instituições possibilitaria o planejamento econômico, a adoção de “critérios científicos” na tomada de decisões e no aperfeiçoamento das técnicas gerenciais. Tratava-se de pensar um Estado centralizado em órgãos nacionais, com objetivos acima das questões eleitorais e partidárias, sempre que possível livre das influências dos líderes locais e, sobretudo, preocupados com a organização do governo de forma a garantir o cumprimento das metas de desenvolvimento do país. Para Erickson, este processo de mudança só foi possível politicamente com forte autoritarismo⁸².

De 1930 a 1945, o governo federal levou a cabo uma política voltada para o desenvolvimento da indústria, por meio, entre outros pontos, da criação de inúmeros conselhos, comissões e institutos de regulação e fomento da economia. Também fez uma reforma educacional que daria incentivo ao desenvolvimento de cursos técnicos a fim de formar mão-de-obra especializada para atuar nos setores industriais. A lista, a seguir, ilustra a abrangência da ação estatal da economia em prol do desenvolvimento calcado na indústria⁸³.

[...] 1930: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 1931: Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia. 1932: Ministério da Educação e Saúde Pública. 1933: Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool. 1934: Conselho Federal do Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Instituto de Biologia Animal. 1937: Conselho Brasileiro de Geografia, Conselho Técnico de Economia e Finanças. 1938: Conselho Nacional do Petróleo, Departamento Administrativo do Serviço

⁸⁰ LEOPOLDI, 2003, p. 249.

⁸¹ Ibid., p. 252.

⁸² ERICKSON, 1979, p. 38- 40.

⁸³ IANNI, 1971, p. 22- 23.

Público (DASP), Instituto Nacional do Mate, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1939: Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa. 1940: Comissão de Defesa da Economia Nacional, Instituto Nacional do Sal, Fábrica Nacional de Motores. 1941: Companhia Siderúrgica Nacional, Instituto Nacional do Pinho. 1942: Missão Cooke, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). 1943: Coordenação da Mobilização Econômica, Companhia Nacional de Álcalis, Fundação Brasil Central, Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Consolidação das Leis do Trabalho, Serviço Social da Indústria (SESI), Planos de Obras e Equipamentos, I Congresso Brasileiro de Economia. 1944: Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Serviço de Expansão do Trigo. 1945: Conferência de Teresópolis, Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), Decreto- Lei Nº 7.666, sobre atos contrários à ordem moral e econômica⁸⁴.

Segundo Sônia Draibe, nos anos 1930, os aparelhos regulatórios específicos criados pelo Estado serviram de sustentação aos setores agroexportadores e de outros setores econômicos, a partir de políticas nacionais. Nesse sentido, foram criadas novas entidades administrativas visando incentivar a acumulação capitalista industrial. Implantada uma política de constituição de um Estado nacional e capitalista, as mudanças objetivavam a transformação dos diversos interesses sociais em interesses nacionais por meio da estrutura da máquina burocrática e administrativa que se forma entre o aparelho econômico e o processo de industrialização. A presença específica do Estado na economia por meio de um aparelho econômico centralizado estabelece suporte a políticas econômicas de caráter nacional e assume a natureza capitalista que a estrutura material do Estado vai adquirindo e definindo o movimento da sua estrutura organizacional⁸⁵.

A tentativa de uma modernização e racionalização administrativa ocasionou os trabalhos do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), criado em 1938. Esse novo órgão teve a função de controlar a carreira do funcionalismo público e organizar as estruturas administrativas, assim como de ser responsável pelo recrutamento mediante concurso público; por centralizar as compras da administração federal; pela elaboração e controle orçamentário do Estado Novo por meio de assessoria direta com a Presidência da República. Subordinados às suas ações foram criados os Departamentos Estaduais do Serviço Público, que junto com os interventores e o Ministério da Justiça constituíam a expressão local do Executivo Federal.

O Estado assume importante função, em 1937, com relação ao crédito voltado para o financiamento da atividade econômica com a criação da Carteira de Crédito Agrícola do

⁸⁴ IANNI, 1971, p. 23- 24.

⁸⁵ DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfose**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930- 1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 83.

Banco do Brasil. Este órgão concedia empréstimos a juros baixos para aquisição de máquinas e equipamentos, não deixando de ser um embrião de uma nova relação entre o Estado e o empresário nacional, institucionalizando o crédito em uma carteira específica teoricamente seletiva por critérios técnicos, diferente da forma pessoal com que se concedia crédito até então⁸⁶.

Embora essa iniciativa fosse importante, ela não resolvia o problema da constituição de um consistente esquema interno de financiamento de acumulação de capital. Além disso, o problema do financiamento vinculava-se também à obtenção de crédito externo, pois o avanço da industrialização depende fundamentalmente de importação de máquinas, equipamentos e tecnologia. Em um contexto de baixo desempenho do setor exportador e de crescente disputa inter imperialista, a questão do financiamento externo passava por alianças e alinhamentos políticos e ideológicos com as potências em luta, o que articulava a política externa com o encaminhamento do desenvolvimento. A crise econômica mundial e o acirramento dos conflitos internacionais fizeram com que os Estados Unidos e a Alemanha disputassem alianças com os países da América Latina.

A América Latina, nesse contexto, foi alvo de acirrada disputa entre os EUA e a Alemanha. A Grã-Bretanha, em declínio, perdeu espaço na região. Essa disputa era desigual, dado o enorme peso da economia, os laços históricos e a proximidade geográfica dos EUA⁸⁷.

O governo brasileiro era pressionado pelos Estados Unidos a evitar a parceria econômica com a Alemanha. Dentre os vários fatores que atrelavam o Brasil aos Estados Unidos, estava o fato deste país ser o maior comprador do café brasileiro. A expressão do peso econômico e político dos EUA foi o acordo comercial firmado em 1935, em que o Brasil concedia concessões tarifárias aos produtos norte-americanos, enquanto os Estados Unidos mantinham tarifas nos mesmos patamares para as principais exportações brasileiras. As concessões brasileiras incluíam uma intensa lista de produtos, especialmente bens de consumo durável, enquanto as concessões norte-americanas além do café e outros produtos tinha a redução da metade dos impostos de exportação sobre a mamona, castanhas do Pará e minério de manganês⁸⁸.

Os EUA haviam delineado como área de segurança, o Pacífico, o Caribe e a América Central. Os conflitos originados com a guerra colocaram o Brasil dentro desta área de

⁸⁶ DRAIBE, 1985, p. 85- 89.

⁸⁷ CORSI, 2000, p. 51.

⁸⁸ ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889- 1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 86.

segurança, principalmente o Nordeste brasileiro. Para os países da América Latina, o comércio com a Alemanha contrabalançaria a queda verificada no comércio com os EUA e a Grã-Bretanha e abriria possibilidades de reverter o quadro de crise comercial. Entretanto, os objetivos do Presidente americano, Franklin Roosevelt, em relação à América Latina era o de tentar o alinhamento destes países e evitar a aproximação com os países do eixo⁸⁹.

O Ministro das Relações Exteriores do governo Vargas, Osvaldo Aranha e o seu Assessor, o empresário Valentim Bouças, temiam que as economias que não se industrializassem apenas teriam papel de colônias frente às economias fortes, de países desenvolvidos como EUA e Japão.

[...] A preocupação de Bouças era clara: a independência nacional dependia da capacidade do país de desenvolver suas indústrias. O contexto mundial caracterizado por um forte nacionalismo não deixaria outra alternativa. Essas avaliações da situação mundial, muito provavelmente, levaram o governo Vargas a repensar a sua política externa e a sua política de desenvolvimento. Observava-se uma preocupação cada vez maior com a industrialização⁹⁰.

Segundo Francisco Corsi, o Brasil estaria em uma encruzilhada. A Alemanha estava disposta a ceder armas e bens de capital por produtos primários brasileiros e essa aliança traria a possibilidade de um desenvolvimento mais autônomo. Entretanto, seguir este caminho traria represálias dos americanos e abalaria as próprias bases do Estado Novo, pois não haveria consenso nas classes dominantes e nas forças armadas em relação às alianças externas do Brasil. O poder dos EUA, em relação à economia brasileira, era muito expressivo, pois em 1934, 84% das vendas para os americanos eram correspondentes ao café, o que representava 60% das exportações brasileiras, mesmo assim, o Brasil firmou acordo bilateral de comércio, em 1935, com a Alemanha, renovando-o sucessivas vezes até 1939.

A Alemanha tornou-se o segundo parceiro comercial do Brasil, o que abriu a possibilidade de uma política externa mais independente. Entretanto, a guerra estreitou a margem de manobra do governo brasileiro, fechando os espaços para a política externa mais independente que vinha sendo adotada desde meados da década de 1930. O governo Vargas ante as incertezas do quadro internacional decorrentes do início da guerra e o enorme peso econômico e político dos Estados Unidos acabou paulatinamente alinhando-se aos norte-americanos⁹¹.

⁸⁹ CORSI, 2000, p. 52.

⁹⁰ Ibid., p. 54- 55.

⁹¹ CORSI, 2000, p. 56- 70. Sobre esta questão ver também: MOURA, G. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira (1935- 1942)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Nesse contexto, a questão siderúrgica tornou-se um dos temas centrais para o desenvolvimento industrial e para a política de aliança com os EUA.

O tema foi amplamente debatido no Conselho Federal de Comércio Exterior, no Conselho Técnico de Economia e Finanças e no Conselho de Segurança Nacional em reuniões realizadas em 1938 e 1939. O governo aumentou os contatos com empresas americanas e europeias para buscar o apoio da construção de uma empresa siderúrgica no país. Também buscou delinear uma posição mais clara do Estado no que se refere à relação com a economia⁹².

A guerra mundial, em 1939 também mostrou a necessidade de se produzir minério de boa qualidade para a indústria nacional, sobretudo manganês. Neste sentido, era necessário construir um complexo capaz de explorar e exportar minérios. As pequenas siderurgias do setor privado existentes no Brasil nos anos 1920 e que em 1930 produzia 100 mil toneladas de ferro-gusa por ano, mesmo sendo de baixa qualidade, destacavam-se na produção de lingotes e laminados de aço, chegando à produção de 185 mil toneladas nos anos 1940.

Os militares pressionavam o governo para a necessidade de construção de uma grande usina siderúrgica estatal capaz de sustentar um processo acelerado de industrialização e de suprir a falta de aço para a construção civil, indústria naval, ferrovias e usinas metalúrgicas que tinham demandas por aços ainda não produzidos no país⁹³.

A resolução do problema siderúrgico se deu no bojo do processo de alinhamento do Brasil aos EUA, iniciado em 1939 com a visita de Osvaldo Aranha a Washington e que culminou com a entrada do Brasil na guerra, em agosto de 1942, ao lado dos aliados. Nesse processo, que não foi linear, um dos pontos centrais consistiu no condicionamento do apoio brasileiro aos norte-americanos ao fornecimento de armas e créditos para importação de máquinas e equipamentos essenciais para o desenvolvimento da economia brasileira.

Depois do fracasso de atrair a U. S. Steel para construir uma grande siderurgia no Brasil e dos acenos de Vargas à Alemanha, quando os alemães estavam às portas de Paris, foi criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico na qual ficou encarregada de fazer os estudos necessários à criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O governo americano assumiu o compromisso de financiar o projeto de implantação da Grande Siderúrgica no Brasil. Também assumiu o compromisso de repassar a tecnologia necessária à

⁹² CORSI, 2000, p. 71- 72.

⁹³ LEOPOLDI, 2003, p. 256- 258. Algumas empresas siderúrgicas de pequeno porte já funcionavam no Brasil, como o Grupo Dedini em São Paulo (fundição de aço para maquinário agrícola, 1920), a empresa Aços Paulista (1919) e a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (Sabará, MG, 1921), que em 1935 se expande para a Monlevade (MG).

execução da obra. O Brasil em contrapartida despenderia com 25 milhões, valor que o governo brasileiro retiraria a partir de várias fontes entre os quais: os depósitos de poupança das Caixas Econômicas do Rio de Janeiro e São Paulo; as reservas dos institutos de aposentadorias; e de ações do Tesouro e de empresários. Esses acordos foram acelerados a partir do ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, que colocaram os Estados Unidos na Guerra.

O Brasil obteve mais crédito para a re-estruturação da estrada de ferro Vitória- Minas e para a constituição da Companhia Vale do Rio Doce totalizando 45 milhões de dólares.

A CSN, que em 1945 tinha 80% da sua obra concluída, entrou em funcionamento em 1946 e representou um momento relevante para a indústria de base no Brasil, foi o símbolo mais importante do projeto nacional de desenvolvimento de Vargas, que envolveu alianças entre o Estado, a burguesia e setores militares. Este projeto, apenas esboçar em suas linhas gerais no Estado Novo, não excluía a participação do capital estrangeiro. Pelo contrário, o considerava fundamental para o desenvolvimento. A imprensa saudou esta iniciativa como um marco do desenvolvimento e da consolidação da Nação⁹⁴.

No próximo item discutiremos o papel da imprensa e da propaganda no governo Getúlio Vargas, assim como os mecanismos de controle da informação a que estavam subordinados. Neste sentido e diferentemente do que pareça ser, veremos que essa relação esteve configurada por uma situação de disputas e conflitos.

⁹⁴ CORSI, 2000, p. 151- 164.

CAPÍTULO 2: IMPRENSA E PROPAGANDA NO ESTADO NOVO

2.1 A IMPRENSA NOS ANOS 30- 40

A propaganda e os meios de comunicação expandiram-se fortemente no Brasil a partir do início do século XX. O desenvolvimento da imprensa está vinculado diretamente ao do capitalismo e da sua relação com o Estado que paralelamente buscou controlar esses meios de comunicação pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), presente no Rio de Janeiro e do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), em São Paulo. Eles são exemplos de órgãos que foram criados para fechar e confiscar vários jornais de ordem nacional e internacional de militâncias políticas, perseguindo, assassinando e levando a prisão líderes e integrantes⁹⁵.

Por outro lado a propaganda política utilizada pelo governo e transmitida por meio do rádio, do cinema, da imprensa escrita, das instituições educacionais cooptaram indivíduos nos mais variados setores da sociedade.

Para Maria Helena Rolim Capelato:

A propaganda política constitui, pois, um elemento preponderante da política de massas que se desenvolveu no período de entre guerras a partir das críticas ao sistema liberal considerado incapaz de solucionar os problemas sociais. Nestes anos vivenciou-se, de forma genérica, uma crise do liberalismo⁹⁶.

Nos países latinos americanos, a união política das massas causava preocupação para os governos que temiam que a Revolução Russa, vitoriosa em 1917, se espalhasse aos outros países por meio de conflitos gerados a partir dos movimentos sociais e políticos, mobilizados

⁹⁵ Segundo a documentação arquivada pela polícia política, a repressão aos jornais militantes se processou, na primeira fase (1808 a 1924) sob a responsabilidade da polícia do Rio de Janeiro. Com o decreto nº. 1641 de 7 de janeiro de 1907, promulgando a lei de expulsão, o Estado reprimiu as forças militantes estrangeiras. Em seguida, no decreto nº. 4247 de 6 de janeiro de 1921, aumentou a repressão atingindo editores, tipógrafos e jornalistas envolvidos com o anarquismo e o movimento operário. Na segunda fase (1924-1983) com a lei nº. 2.034 de 30 de novembro de 1924 reorganizando a polícia política de São Paulo e a subordinando ao Gabinete de Investigações e Capturas. O DEOPS concentrou-se nos periódicos revolucionários de esquerda, tendo maior atuação em 1930-1945 nas ditaduras do governo de Getúlio Vargas e em 1964-1978 na ditadura Militar. Os jornais eram classificados pela polícia política segundo a sua orientação ideológica em: anarquista, anarco-sindicalista, comunista, socialista, sionista, antifascista, fascista, nazista e integralista. Era classificado também segundo seu idioma: lituano, russo, espanhol, japonês, ucraniano etc.; e segundo sua etnia: negra, judaica, nipônica, etc. Cf. CARNEIRO, Maria Tucci; KOSSOY, Boris. (Org.). **A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003, p. 21.

⁹⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papirus, 1998, p. 39.

entre outras formas pelas informações publicadas pela imprensa operária. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, as frentes anticomunistas no Brasil queriam evitar a influência da ideologia comunista entre as massas de trabalhadores⁹⁷:

Desordem, anarquia, destruição e caos eram o retrato da situação no ex-Império dos Czares, segundo as imagens transmitidas pelos jornais aos leitores brasileiros. No decorrer dos anos e décadas seguintes, a ênfase em pintar com tintas fortes um quadro tenebroso do que seria a realidade soviética foi uma constante, trabalho empreendido primeiramente pelos periódicos, mas logo em seguida secundado por uma florescente literatura anticomunista. A caracterização do comunismo soviético como uma experiência perversa constitui-se num dos principais elementos do imaginário anticomunista, argumento central nos esforços de dificultar o proselitismo das idéias comunistas no Brasil⁹⁸.

O combate à influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e aos ideais comunistas, de tornar a revolução socialista mundial, tornou-se o objetivo principal dos países capitalistas. No Brasil, essas manifestações tiveram início na imprensa conservadora.

Desde a Primeira Guerra Mundial, a política de substituição de importações favorecia o crescimento econômico, porém trazia novos elementos ao cenário brasileiro, como a organização de greves operárias. Os operários organizavam-se em associações que deram origem às primeiras organizações sindicais, influenciadas pelos imigrantes de outros países. A acentuação das imigrações no final do século XIX possibilitou o surgimento de periódicos socialistas e anarquistas, vítimas da censura, começam a fazer parte das leituras de trabalhadores alfabetizados⁹⁹.

Para Maria Luiza Tucci Carneiro, apesar da circulação de vários títulos, a difusão das publicações como importante canal de comunicação da sociedade, inicialmente, estava vetada aos problemas de alfabetização. Se levarmos em conta os números de operários semialfabetizados e estrangeiros, a imprensa foi se utilizando de vários elementos como fonte de divulgação de suas notícias. As figuras expressas por caricaturistas, por exemplo,

⁹⁷ O termo anticomunismo é definido por Rodrigo Patto Sá Motta como um conjunto de grupos políticos com projetos diversos que nos momentos de conflitos agudos se unem para combater o inimigo comum, o comunismo, que é entendido como a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002, p. 15.

⁹⁸ Ibid., p. 5- 6.

⁹⁹ BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o Jornal Integralista Acção (1936-1938)**. 2007. 274f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, 2007, p. 44- 45.

transmitiam ao homem do povo os objetivos dos seus discursos. Os fantasmas coletivos eram artifícios de propaganda política utilizada tanto pela direita quanto pela esquerda¹⁰⁰.

Nesse contexto, o movimento anarco-sindicalista refletia a formação de um operariado constituído em grande parte pela imigração e que residia, na sua maioria, em centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, o que facilitava a ocorrência de agitações sociais. A imprensa operária contava com mais de 150 jornais na capital e no interior de São Paulo, destacando: A Terra Livre do anarquista Edgard Leuenroth, e A Plebe. Com poucos recursos e na maioria das vezes trabalhando na clandestinamente, a imprensa operária produziu muito de seus artigos pelos próprios trabalhadores das fábricas e dos campos. Ela atuou em várias partes do Brasil, desde os principais centros urbanos até as pequenas cidades do interior¹⁰¹.

A organização das greves simbolizou, segundo Barbosa, as reivindicações operárias que, mesmo não obtendo aumento salarial e tendo suas propostas rejeitadas, ampliaram o movimento recrutando trabalhadores e organizando manifestações sociais, como as violentas greves ocorridas no Rio de Janeiro em 1918 e 1920¹⁰². Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, neste cenário, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), organizado em 1922, desenvolveu-se agremiando membros, o que refletiu em intensas disputas entre os anarquistas e o PCB, pois ambos lutavam pelo controle do movimento sindical. Porém, mesmo estando em conflito com outros grupos de esquerda (trabalhistas, socialistas, esquerda católica), a esquerda no Brasil, segundo o mesmo autor, tendeu mais “para a cooperação com os comunistas”¹⁰³.

Em 1930, o PCB alcança grande desenvolvimento, entre outros fatos pela adesão ao partido do líder tenentista, Luís Carlos Prestes, e pela formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). O combate ao perigo comunista ganhou maior foco e atenção nas publicações da imprensa conservadora, quando se configurou em insurreição em 1935, pois a partir desse momento, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, o comunismo no Brasil deixava de ser um perigo eminente para transformar-se em realidade¹⁰⁴.

A imprensa escrita, representada principalmente pelos jornais, se configurou como canal de informação e meio de comunicação. Os jornais comerciais adquiriram o formato de grandes empresas e os primeiros a se inovarem mais rapidamente foram os conservadores. As revistas impressas em cores e diagramação sofisticada reuniam ilustrações que, por meio de

¹⁰⁰ CARNEIRO; KOSSOY, 2003, p. 41.

¹⁰¹ BARBOSA, 2007, p. 45- 46. A relação de alguns destes jornais nacionais e estrangeiros estão expostos em: CARNEIRO; KOSSOY, 2003, p. 62- 262.

¹⁰² BARBOSA, 2007, p. 46- 47.

¹⁰³ MOTTA, 2002, p. 17.

¹⁰⁴ Ibid., p. XXI.

uma variedade de temas, entre os quais esportes e movimentos culturais, tentavam atrair uma gama variada de leitores. O Jornal “O Estado de São Paulo” é um exemplo de jornal com linha editorial liberal e que representava os interesses dos cafeicultores, surgindo com perfil e organização da moderna imprensa¹⁰⁵.

Além da introdução de uma série de inovações técnicas e mercadológicas (aquisição de rotativas, novos modelos de composição, contratos com agências internacionais de notícias, expansão da rede de sucursais no interior do Estado e do país, etc.) que tornam O Estado de São Paulo um órgão de relevo na grande imprensa da época, o grupo Mesquita resolve lançar em 1915 uma edição noturna (o Estadinho) e publicar a Revista do Brasil (“mensário de alta cultura”), contratando inúmeros escritores consagrados e outros jovens promissores que teriam destacada participação no estado-maior intelectual dos grupos dirigentes paulistas¹⁰⁶.

A grande imprensa, com máquinas modernas e sofisticadas, com equipe de fotógrafos, redatores, jornalistas, com estrutura física definida estava sob o controle do Estado e expressava de modo geral os interesses das classes dominantes.

O crescimento da imprensa no Brasil favoreceu o desenvolvimento da literatura antiliberal e a convergência ideológica anticomunista evidenciada em periódicos cujos dirigentes e colaboradores eram simpatizantes ou engajados em movimentos de extrema direita. A propaganda política por meio da imprensa e dos aparelhos ideológicos do estado serviu como ferramenta nas disputas pelo poder das classes e pelos intelectuais no período. Eles foram mecanismos de manutenção da ordem no momento da expansão da imprensa nacional e dos meios de comunicação popularizados progressivamente como consequência do processo de expansão capitalista mundial.

Os meios de comunicação desempenharam papel importante na sociedade de massas, considerada como um desdobramento da modernização capitalista. Esta sociedade é influenciada por modelos de comportamento generalizados resultantes da produção em larga escala e da distribuição e consumo de bens e serviços, tornando igualmente parte da vida política, mediante padrões de participação na vida cultural¹⁰⁷.

A difusão e o alcance da imprensa e das novas técnicas de propaganda política por meio do jornal de grande circulação, do rádio e do cinema, marcaram a conjuntura política nacional e internacional a partir das primeiras décadas do século XX, inaugurando novos

¹⁰⁵ BARBOSA, 2007, p. 44.

¹⁰⁶ MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigentes no Brasil: 1920-1945**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1979, p. 3.

¹⁰⁷ BARBOSA, 2007, p. 67.

instrumentos na disputa pela hegemonia da sociedade civil¹⁰⁸. No Brasil, esses novos desenvolvimentos tomariam corpo a partir da década de 1930.

A modernização da imprensa possibilitou o avanço dos setores de comunicação que foram instrumentalizados para a propaganda política, em especial, no Estado Novo. O jornalismo político expressava as diversas tendências ideológicas que estavam em disputa apesar da censura varguista. A imprensa brasileira, em processo de popularização no período, foi o canal da propaganda política de variados projetos políticos com a influência das ideologias de Estado sendo decisiva na construção das tendências políticas da direita.

No início do século XX, a doutrina corporativista ganhava vigor em vários países e, aqui também foi discutida pelos intelectuais defensores da “ideologia de Estado” sendo apresentada como alternativa tanto para o capitalismo como para o socialismo. O capitalismo era apontado pelos teóricos do corporativismo como um modelo econômico e social gerador de desigualdades, mas principalmente fomentador de conflitos e lutas entre as classes sociais. A proposta de organização corporativista era apresentada como uma saída intermediária entre os dois sistemas, para tanto o Estado precisaria ser investido de mais poder¹⁰⁹.

Para Maria Helena Rolim Capelato, em decorrência do *crash* da bolsa de Nova York, em 1929, ocorreram mudanças econômicas e políticas significativas no Brasil e em vários outros países latino americanos. Uma das consequências desses acontecimentos foi o fortalecimento das correntes antiliberais que objetivava a destruição das instituições liberais e, com a Revolução de 1930, o terreno estava sendo preparado para germinar uma nova cultura política, por meio da manipulação do conceito de democracia estabelecendo novas representações políticas e de cidadania, ao qual o papel do Estado foi complementado com a figura Getúlio Vargas, tido como um líder que deveria criar na sociedade uma identidade nacional¹¹⁰.

Nesse contexto, o Estado Novo buscou desenvolver uma política de massas e a propaganda política assumiu crescente importância na busca de legitimação do regime junto a amplos setores da sociedade brasileira.

¹⁰⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. X.

¹⁰⁹ BARBOSA, 2007, p. 236.

¹¹⁰ CAPELATO, 1998, p. 39- 40.

2.2 O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP)

A ideologia nacionalista, entre outros processos, foi sendo construída e difundida com o Estado Novo por meio de modernas técnicas de propaganda política. Na década de 1930 o governo investe no financiamento de filmes com temas patrióticos; na comemoração de datas cívicas coroadas por grandes desfiles; na inclusão de cines-jornais durante a programação dos cinemas mostrando as realizações de Getúlio Vargas. Sobre a mira do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigido inicialmente por Lourival Fontes, censurava-se toda a imprensa falada e escrita.

[...] Alguns dos serviços eram administrativos como conservação do Palácio Tiradentes e administração do órgão, porém a extensão da sua ação aumentara muito. O DIP produzia o programa de rádio “Hora do Brasil”, a revista “Brasil Novo”, a coordenação da publicação “Cultura Política”, filmes e conferências, além da edição de livros; realizava a censura de imprensa, do rádio, de teatro, de cinema e de livros; distribuía notícias sobre órgãos do governo e toda a propaganda oficial; mantinha discoteca, filmoteca e biblioteca com fins educativos; fazia estatísticas oficiais sobre cinema e turismo; mantinha sucursais da Agência Nacional nos estados; e organizava festas cívicas¹¹¹.

Anterior a sua criação, outros órgãos governamentais, depois da revolução de 1930 tentaram de uma forma sistemática e coercitiva exercer o controle da informação no país. O Departamento Oficial de Publicidade (DOP), criado em 1931, foi a primeira iniciativa nesse sentido. Apesar de sua maior atuação ser na radiodifusão, fornecia informações oficiais à imprensa. Em 1934, por meio do Decreto-Lei nº. 24.651, o DOP é extinto e pelo mesmo decreto foi criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), cuja direção é assumida por Lourival Fontes. Esse novo modelo estava destinado ao controle da imprensa nacional, dos setores de radiodifusão, cinema, cultura, e filmes educativos, com promoção de eventos e entrega de prêmios¹¹².

Em 1938, no Estado Novo, o DPDC se transforma em Departamento Nacional de Propaganda (DNP), obtendo o controle de todos os meios de comunicação, assim como das publicações nacionais no exterior. Todos estes órgãos estiveram vinculados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O controle da informação tornou-se maior a partir do Decreto-Lei nº. 300, em que Getúlio Vargas estabelecia a isenção de taxas alfandegárias na importação

¹¹¹ BASTOS, Mônica Rugai. **Tristeza não pagam dívidas**: um estudo sobre a Atlântida Cinematográfica S/A. 1997. 211f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1997, p. 58.

¹¹² BELOCH; ABREU, 1984, p. 1830- 1831.

de papel, concedendo autorização, para a compra de papel, apenas aos proprietários de revistas e jornais que estivessem dentro das exigências estabelecidas pelo governo¹¹³.

O DIP foi criado em 27/12/1939, pelo decreto-lei nº. 1915. O seu objetivo era o de verificar as informações divulgadas pelo Estado Novo e elucidar a opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, exercendo a censura antes executada pelo Ministério da Justiça. Desta forma, ocorre à substituição do DNP, não a do seu diretor Lourival Fontes. A exclusividade do controle da informação exercida encontra-se neste momento subordinado apenas pela presidência da República¹¹⁴.

[...] Esta poderosa agência supervisionava os mais variados instrumentos de comunicação de massa, além de encarregar-se da produção e divulgação do noticiário oficial. Suas seis seções – propaganda; radiodifusão; cinema e teatro; turismo; imprensa, e serviços auxiliares – demonstram bem o alto grau de intervenção do Estado Novo nos processos de comunicação social. O DIP, portanto, materializou o grande esforço empreendido durante o Estado Novo para controlar os instrumentos necessários à construção e implementação de um projeto político destinado a se afirmar como socialmente dominante¹¹⁵.

Iniciado os trabalhos do DIP, toda a propaganda e publicidade da administração pública federal, dos ministérios, entidades e departamentos passaram a ser executadas por este órgão, que cumpria a função de organizar as homenagens a Getúlio Vargas, tornando-se o principal instrumento de promoção pessoal das autoridades e porta voz do Estado Novo, assim como do controle da liberdade de pensamento e expressão durante este período. Desta forma e com o objetivo de exercer maior difusão e controle de toda a informação possível, possuía as seguintes divisões: ¹¹⁶

- Divisão de divulgação: setor responsável pelo esclarecimento da opinião nacional a respeito das diretrizes doutrinárias do Estado Novo impedindo a entrada e difusão de idéias tidas como contrárias à união nacional. Esse setor atuava na promoção de artistas e intelectuais nas sessões literárias, nos espetáculos musicais, conferências, livros, cartazes do DIP e mantinha a informação das publicações no país.

- Divisão de rádio: destinados a atrair a atenção das atividades que estavam acontecendo no Brasil por meio da transmissão aos ouvintes nacionais e internacionais da

¹¹³ BELOCH; ABREU, 1984, p. 1831.

¹¹⁴ BASTOS, 1997, p. 55- 56. Sobre o DIP, ver também: CARONE, 1976b, p. 169- 172.

¹¹⁵ GOMES, 1988, p. 206.

¹¹⁶ BELOCH; ABREU, 1984, p. 1831- 1832.

radiodifusão oficial. Deveria organizar o programa “Hora do Brasil”, fazer a censura dos programas de rádio e de letras musicais.

- Divisão de teatro e cinema: responsável pela autorização e interdição de filmes e obras teatrais, devendo publicar no Diário Oficial a relação de filmes e peças censuradas. Destinava-se a promover com recursos econômicos as empresas nacionais e distribuidores de filmes, assim como instituir cines-jornais com notícias nacionais e com imagens do Brasil a serem distribuídas nos cinemas.

- Divisão de imprensa: estava destinada a exercer a censura da imprensa nacional e estrangeira por meio de um arquivo de consulta de todas as publicações, sejam elas jornais, revistas ou livros. Deveria também manter um serviço de fotografia para a distribuição à imprensa, constando à relação de autores brasileiros para a publicação de seus artigos, dentro ou fora do país.

- Divisão de turismo: tinha por objetivo divulgar a imagem do Brasil no exterior por meio de ilustrações, folhetos, exposições; de forma a promover o turismo no país.

O DIP recebia também o apoio de 11 serviços que o auxiliava: comunicações, contabilidade, tesouraria, material, filmoteca, discoteca e biblioteca, garagem, distribuição de propaganda, registro de imprensa e administração do Palácio Tiradentes. Era também responsável pela distribuição oficial das fotografias de Getúlio Vargas, promovia concursos de monografias, concursos musicais e publicações que tinham por finalidade fazer a divulgação do Estado Novo. A ampliação do poder do DIP se configurou em 4 de setembro de 1940 com a criação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), cumprindo as mesmas funções da matriz do Rio de Janeiro, estava concentrado nos vários estados do país. Em outubro do mesmo ano o Ministério da Justiça passou a controlar o DIP¹¹⁷.

A saída de Lourival Fontes do cargo de diretor do DIP foi originada dos acontecimentos decorridos em julho de 1942 quando o Brasil estava dividido quanto à participação na Segunda Guerra Mundial. Os estudantes do Rio de Janeiro organizaram uma passeata para apoiar os países aliados e pressionar a entrada do país no conflito. O Chefe da polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, tentou impedir a realização da manifestação, que se realizou com a intervenção de Vasco Leitão da Cunha, Ministro interino da Justiça.

Diante deste fato, Osvaldo Aranha (Ministro das Relações Exteriores), Lourival Fontes (Diretor do DIP), Francisco Campos (Ministro da Justiça), Ernâni Amaral Peixoto (Interventor do Estado do Rio de Janeiro), fizeram a defesa de Vasco Leitão da Cunha,

¹¹⁷ BELOCH; ABREU, 1984, p. 1831- 1832.

enquanto que Eurico Gaspar Dutra (Ministro da Guerra) ficava do lado do Chefe da polícia. Este acontecimento contribuiu para que surgisse uma crise nas estruturas do Estado Novo e temendo a sua continuidade, no dia 17 de julho de 1942, Vargas demitiu alguns dos participantes no conflito. Primeiramente, os pivôs Vasco Leitão da Cunha e Filinto Muller, seguidos por Francisco Campos e Lourival Fontes¹¹⁸.

“O móvel da crise era banal – a realização de uma passeata antinazista pela União Nacional dos Estudantes (UNE) -, mas seu combustível – a disputa entre correntes simpáticas à Alemanha ou aos Estados Unidos dentro do aparelho de Estado – era explosivo”¹¹⁹.

Com a demissão de Lourival Fontes, o cargo de diretor do DIP passou a ser exercida pelo major Antonio José Coelho dos Reis no período de agosto de 1942 a abril de 1943. Nesta última data, o cargo é assumido pelo capitão Amílcar Dutra de Meneses. Em fins de 1944, quando o Estado Novo entra em um processo de crise, o DIP perde o seu sentido. Esse órgão foi extinto em 25 de maio de 1945, pelo Decreto-Lei nº. 7.582. A sua ação não correspondia mais as finalidades para os quais havia sido formado, sendo duramente atacado pela pressão popular e pelo fim dos órgãos de controle da liberdade de expressão atuantes no Estado Novo¹²⁰.

Veremos no próximo item a estrutura de uma das publicações que esteve a cargo do DIP: a Revista *Cultura Política*. Dentre as revistas que publicava, ela se destacou pelas propostas apresentadas na promoção de uma nova concepção de cultura e do projeto ideológico do Estado Novo, assim como da corrente e número expressivo de autores participantes com artigos. Neste sentido buscamos analisar a seguir as principais características da Revista e as linhas gerais da sua política editorial.

2.3 CULTURA POLÍTICA. A REVISTA DE ESTUDOS BRASILEIROS

A modernização e o nacionalismo foram temas de destaque nos discursos ideológicos do Estado Novo e deveriam expressar a aceitação ao modelo de desenvolvimento econômico. Neste sentido, a imprensa escrita representada por jornais e revistas foram instrumentos

¹¹⁸ BELOCH; ABREU, 1984, p. 1832.

¹¹⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 130.

¹²⁰ BELOCH; ABREU, 1984, p. 1832- 1833. A aproximação do final da guerra causava desarmonia com os outros setores do governo, podendo ser notado quando o Diretor do DIP, pressionado pela permissão de anistia dos presos políticos, autoriza um discurso de Luís Carlos Prestes no estádio do Vasco da Gama em 23 de maio de 1945. Esse discurso, que não aconteceu, teria como principal participante o líder comunista. O General Eurico Gaspar Dutra determinou a suspensão do evento e a demissão de Amílcar Dutra de Meneses do cargo de Diretor, logo assumido por Heitor Muniz.

utilizados para este objetivo, entre as várias publicações, a Revista *Cultura Política*. Conforme Gomes, ela era destinada a esclarecer as mudanças pela qual o país passava, teve início em março de 1941 e foi publicada até outubro de 1945. Durante esse período relatou de maneira específica as realizações governamentais e funcionou como central de informações sobre Getúlio Vargas e o Estado Novo.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) atendia da maneira como vimos no tópico anterior, o órgão do governo responsável pelo controle da informação e da vida cultural do país. Estava dividido em cinco seções na qual a imprensa fazia parte de uma delas¹²¹.

A venda da revista era mensal e acontecia em todo o país, principalmente nas bancas de jornal do Rio de Janeiro e São Paulo, o que possibilitava uma alta tiragem de exemplares. Várias correntes de pensamento com expoentes da intelectualidade brasileira participaram com artigos. Entre os vários autores, além dos que são estudados na pesquisa: Barros Vidal, Nelson Werneck Sodré, Menelick de Carvalho, Graciliano Ramos, Gilberto Freire, Hélio Viana, Rosário Fusco, etc.¹²²

O periódico era dirigido por Almir de Andrade e tinha como funções principais explicar para um grande número de pessoas as transformações que estavam ocorrendo na política, na economia, nas artes, na literatura, de forma a trazer ao debate a discussão dos valores que impulsionavam essas mudanças, formando uma base de sustentação aos ideais de nacionalidade da propaganda exercida pelo Estado Novo.

Para este autor, o objetivo da revista desde o seu lançamento, em março de 1941, era a realização de um programa de governo na publicação de um periódico de cultura que conseguisse reunir em torno de si a colaboração de vários estudiosos de todos os Estados brasileiros, para falar de todos os problemas e transmitir a imagem de um Brasil solidário e unido. Desta forma, seriam depoimentos vivos de tolerância e unidade nacional, de trabalho e realizações do Estado Novo¹²³.

Reunir os intelectuais brasileiros em torno dos problemas nacionais, segundo o autor, implicava não escolher apenas aqueles próximos ao centro, mas de todos os Estados, profissões e categorias sociais e não ter distinções de doutrinas e tendências, pois se pretendia formar um sentido de unidade autêntica. Afirmava que pela primeira vez conseguia-se reunir

¹²¹ GOMES, 1999, p. 126- 127.

¹²² Colaboradores de *Cultura Política* até o número 13. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 4-10, abril, 1942. Esta publicação contém uma listagem de 221 nomes que contribuíram com a revista até o n. 13, ou que tiveram seus discursos e trabalhos reproduzidos entre os quais: professores primários, secundários e do ensino superior de diversas instituições do país, profissionais liberais em geral, além de militares, magistrados e funcionários públicos. Ver também a lista completa (ANEXOS A e B).

¹²³ ANDRADE, Almir. O segundo ano de “Cultura Política”. **Cultura Política**. Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, n.14, p. 1-4, abril, 1942a, p. 1.

nas páginas de uma revista de cultura um número tão expressivo e variado de intelectuais que na sua visão era o de “descrever e compreender o Brasil, numa demonstração sincera e esclarecida solidariedade com a ação do governo”¹²⁴.

O autor define que a função da Revista *Cultura Política* era:

Despertar, robustecer, dilatar essa consciência política, que precisa existir em todo esforço de cultura – é uma das finalidades desta Revista. Se ela procura espelhar o Brasil sob todas as suas faces - sociais, intelectuais e artísticas – é para testemunhar que essa consciência já vai surgindo, como resultante da evolução da nossa mentalidade social¹²⁵.

Para Almir de Andrade, o valor de um órgão de imprensa se media pelo alcance das áreas onde eram desenvolvidos os seus estudos, pelo critério e equilíbrio no foco dos problemas, na variedade e qualidade dos colaboradores e no estímulo e orientação que dão ao leitor. Para o autor, o Estado Novo tentou buscar no esforço de cada homem o que era socialmente útil, além dos interesses particularistas, para expressar o bem comum e a união nacional. Conclui, ainda, que em qualquer esfera que o homem se desenvolva, econômica, técnica, política, armas, artes, ciência, no direito, na moral, a sua finalidade social é que permanecesse na contribuição para as gerações futuras. Este foi para ele o motivo maior que a Revista *Cultura Política* estimulou para a contribuição do mais variado número de colaboradores, de forma que para Almir de Andrade, todos os que pensaram, trabalharam e investigaram o fizeram acima de qualquer outro interesse de partido ou doutrina¹²⁶.

Embora discordemos do autor, essa explicação de Almir de Andrade, quanto ao sentido dado às publicações, nos faça compreender um pouco mais como ela conseguia ter entre os intelectuais colaboradores aqueles mais conhecidos pelas posições de esquerda. Acreditamos que para Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré, por exemplo, a Revista *Cultura Política* representava mais uma condição quanto ao desempenho de suas funções enquanto intelectuais do que uma aceitação ao regime Vargas.

Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha argumenta que, apesar de ter sido um veículo de propaganda para o Estado Novo, a Revista *Cultura Política* trazia vários pontos de crítica naquele momento, aparecendo com temas sugestivos de apreensão dos objetivos do Estado Novo. No entanto, muitos intelectuais da época participaram com artigos sem

¹²⁴ ANDRADE, 1942a, p. 2.

¹²⁵ Ibid., p. 3- 4.

¹²⁶ Id. O Estado Nacional e a missão de “Cultura Política”. *Cultura Política*: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, n. 18, p. 7-10, ago., 1942c, p. 7- 8.

necessariamente estarem ligados a realinhamentos políticos. Também participavam para contornar a censura e a falta de trabalho no período, já que os artigos eram bem remunerados para a época. Os artigos tratados eram de um pensamento nacionalista em formação e sugeria que a Revista trazia uma nova leitura sobre o Estado Novo¹²⁷:

Na sua leitura memorialística, Sodré pontua que os artigos da *Cultura Política* são extremamente ilustrativos de um posicionamento nacionalista em gestação e a revista, era, na sua opinião, feita com muita inteligência, sugestiva de uma outra perspectiva de apreensão do Estado Novo, que não se limitava somente à sua face policial, sua característica mais visível¹²⁸.

Como não era necessário um engajamento político, os artigos podiam conter temas literários e, em um período de intensa reflexão sobre o nacionalismo, a crítica política. Ainda segundo Paulo Cunha, na medida dos acontecimentos em curso, essa crítica política e aparentemente literária, aparecia cada vez mais constante nos artigos da Revista *Cultura Política*¹²⁹.

A participação dos intelectuais dos mais variados segmentos da sociedade brasileira, proporcionava ao governo de Getúlio Vargas a possibilidade de trazê-los para a esfera do Estado Novo. Para Daniel Pécaut, o governo estava destinado a criar um projeto nacional abordando temas nacionais que remetiam à idéia de unidade cultural. Caberia aos intelectuais unir, dentro do nacionalismo, os termos de cultura e política¹³⁰:

Assim, a cultura nacionalista oferecia um terreno de encontro entre os “intelectuais do regime” e os outros. Além disso, não faltavam tentativas de aproximação dirigidas a estes últimos, visando suscitar uma “cultura de consenso”, não no sentido de uma cultura para uso do povo mas sim de uma cultura das elites¹³¹.

A questão da unidade nacional influenciava superar as clivagens regionais. A autora Mônica Rugai Bastos aponta que, para operar a centralização, o governo atuava para modificar a mentalidade regionalista das elites e a imprensa, dentre outros meios, foi utilizada para a difusão e consolidação dessa ideologia. No mesmo sentido, foi utilizado o projeto de educar o povo para a cidadania orientando-o para o nacionalismo¹³².

¹²⁷ CUNHA, Paulo. Rodrigues. **Um olhar à esquerda**: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002, p. 136- 137.

¹²⁸ Ibid., p. 137.

¹²⁹ Ibid., p. 137.

¹³⁰ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990, p. 69- 70.

¹³¹ Ibid., p. 70.

¹³² BASTOS, 1997, p. 4- 5.

A Revista estava dividida em seções e precedida de uma nota de introdução que trazia informações sobre o tema e os autores dos artigos. Estava inserida em pelo menos dois momentos distintos. O primeiro momento vai da sua fundação até maio de 1942, com a publicação dos 15 primeiros números e na qual estava na direção do DIP, Lourival Fontes. O segundo momento é iniciado em 1942 quando do alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e da entrada na Segunda Guerra Mundial. Neste momento, ocorre a mudança na direção do DIP, exercida agora pela liderança do Major Coelho dos Reis¹³³.

No primeiro momento, a Revista *Cultura Política* estava dividida em seis seções: “Problemas políticos e sociais”, “O pensamento políticos do chefe do governo”, “A estrutura jurídico-política do Brasil”, “Textos e documentos históricos”, “A atividade governamental”, e “Brasil social, intelectual e artístico”¹³⁴.

Ela era iniciada a partir de um artigo de construção e legitimação do Estado Novo: “Problemas políticos e sociais” em que, entre outros pontos, eram analisados os conceitos de Nação, Estado e sociedade. Estes artigos eram escritos principalmente pelos intelectuais ideólogos do Estado Novo. Na segunda seção, “O pensamento político do chefe do governo”, estava representado muitas vezes sob a responsabilidade de Azevedo Amaral. Segundo Ângela de Castro Gomes, o objetivo era tornar a revista um “espelho do Brasil” no qual o principal formulador era o próprio Getúlio Vargas e uma das principais tarefas da publicação consistia em interpretar seu pensamento para o leitor¹³⁵. A origem destes textos eram, principalmente, os discursos de Vargas encontrados na Nova Política do Brasil¹³⁶.

Na terceira seção: “A estrutura jurídico-política do Brasil”, em que magistrados, membros do Ministério Público, Ministros do Supremo Tribunal, desembargadores, discutiam as principais diferenças da Constituição de 1937. A quarta seção: “A atividade governamental”, tinha por objetivo informar as realizações mais importantes do governo durante o mês, discutindo também uma diversidade de temas escritos pelos mais variados membros da burocracia militar e civil. “Textos e documentos históricos” estabeleciam por meio da publicação de documentos recuperarem os momentos decisivos do passado brasileiro. Por fim, na sexta seção: “Brasil social, intelectual e artístico”, estava organizado e dividido

¹³³ GOMES, 1999, p. 128- 130.

¹³⁴ VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma Configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 75.

¹³⁵ GOMES, 1999, p. 128.

¹³⁶ **A Nova Política do Brasil** é uma reunião dos principais discursos de Getúlio Vargas e foram publicados pela Livraria e Editora José Olympio, no Rio de Janeiro.

em várias partes que consistia no planejamento básico da publicação em relação à uma “política cultural do Estado Novo”¹³⁷.

No caso de Cultura Política, como já ficou claro, há tanto a presença dos grandes intelectuais/ideólogos do Estado Novo, que atuam em seções específicas e fazem uma discussão programática e sofisticada dessa nova proposta política, quanto a presença de colaboradores “especializados” em determinados assuntos, que podiam ou não ocupar cargos na burocracia dos poderes Executivo e Judiciário¹³⁸.

O segundo momento da Revista *Cultura Política* é iniciado em 1942, devido às circunstâncias políticas e econômicas encontradas pelo Brasil, frente à declaração de guerra, em agosto, ao eixo Alemanha, Itália e Japão. As mudanças na linha editorial da revista foram notadas em setembro, iniciando uma mobilização da sociedade brasileira para o conflito. Entretanto, sem deixar de ser um reflexo do Brasil e mantendo a direção de Almir de Andrade, a publicação passa a programar uma orientação de “cultura militar”, voltada para a defesa nacional, entre outros pontos.

Desta forma, deixa de possuir um número fixo de seções, apresentando 24 novas seções, algumas direcionadas à guerra como “Política internacional”, e “O Brasil e a guerra”. Estas novas seções, contavam com artigos de militares e de profissionais que tinham formação técnica. Um dos pontos mais expressivos dos artigos de autoria dos redatores principais da revista era o de combinar as questões políticas e socioeconômicas do presente à dimensão cultural e histórica da Nação, criando um discurso articulado com o objetivo de fazer a propaganda do Estado Novo.

O ano de 1942 é um marco simbólico para um conjunto de transformações que envolvem as políticas interna e externa brasileiras. O ataque japonês a Pearl Harbour, em dezembro de 1941, mostrara que quaisquer resistências brasileiras a um claro alinhamento com os Estados Unidos estavam superadas. A Conferência do Rio de Janeiro, em inícios de 1942, sancionou o fato e, no mês de agosto, a entrada do Brasil na guerra era uma “exigência” nacional¹³⁹.

Os textos da seção “História” ganhavam cada vez mais espaço de destaque dentro da revista e tinham como objetivo transmitir uma consciência de mobilização. Por meio desta seção, as publicações da revista visavam fortalecer pelos pilares da história, que ela estava fundamentada pela democracia, pela mestiçagem presentes desde o período colonial e nas

¹³⁷ GOMES, 1999, p. 128- 129.

¹³⁸ Ibid., p. 133.

¹³⁹ Ibid., p. 196- 197.

origens de “idéias democráticas”, pelos ideais defendidos pelo povo brasileiro em busca de liberdade e igualdade e por último nos ideais republicanos, em sentido da liberdade política. Tentava-se transmitir também que todos estes conceitos estavam fora dos arcos institucionais do liberalismo.

O discurso estadonovista buscava estabelecer a comunicação com as tradições da nacionalidade brasileira e garantir a legitimidade política. Os ideólogos do Estado Novo trabalharam no sentido de evitar que as informações chegassem ao povo por meio dos partidos políticos e dos sindicatos que passaram a ser controlados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com a utilização de toda uma política trabalhista.

O governo Getúlio Vargas estava alcançando popularidade e resultados na área social e trabalhista, o que proporcionava o crescimento econômico. Entretanto, precisava realizar o mesmo em outras áreas fundamentais, como a da produção cultural. Conforme Castro Gomes, existia certo consenso que o processo social de desenvolvimento de um povo era material e de civilização. Os intelectuais atuavam no sentido de fazer o acordo entre a política e a sociedade, pois tinham melhor capacidade de manifestar uma “consciência coletiva”. A compreensão do sentimento de nacionalidade se fazia mediante hábitos de pensamento e de interpretação comuns aos sociólogos, artistas, filósofos, literatos, historiadores¹⁴⁰.

São estas relações quanto à questão dos intelectuais como porta-vozes do saber e a sua relação com o Estado Novo que trataremos no próximo capítulo.

¹⁴⁰ GOMES, 1999, p. 136- 137.

CAPÍTULO 3. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E OS PROJETOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA NA REVISTA CULTURA POLÍTICA

3.1 OS INTELECTUAIS E O ESTADO

A camada dos intelectuais brasileiros era formada, segundo Daniel Pécaut, principalmente pelas elites dirigentes da sociedade brasileira. Por meio da posição social que ocupavam e dos estudos a que tinham acesso, consideravam-se possuidores de um conhecimento superior em que era possível modificar a realidade e contribuir na construção da Nação¹⁴¹.

Os intelectuais brasileiros autoritários se equiparavam ao Estado e se pensavam acima das estruturas sociais e de poder. No Estado Novo, particularmente, esta camada de intelectuais inovou em termos de organização e corporativismo, gerando profissões com estatuto, identidades e direitos e tornando-se a base de uma profissionalização. As questões formuladas por Pécaut seguem no sentido de revelar as intenções dos intelectuais brasileiros dispostos a militar pela democracia ou de se apropriar do Estado por meio da sua vertente autoritária, na organização da sociedade pelo alto, isto é, sem a participação popular, utilizando de estratégias de um regime de incertezas e contradições das instituições democráticas.

Durante os anos 1925-1940, os intelectuais se preocupavam com o problema da identidade nacional e das instituições brasileiras e, apesar de uma identidade nacional estar representada no folclore, em sua maneira de ser solidária, faltava considerar o povo brasileiro politicamente constituído e, nesse sentido, entendiam segundo Daniel Pécaut, que era preciso eliminar as instituições da República formada pelo liberalismo que queria atingir a modernidade imitando os modelos de outros países.

A organização da Nação, para Pécaut, era papel das elites e os intelectuais foram motivados a participar dela, utilizando de fatores culturais e políticos, eram capazes de influenciar o povo para assegurar a sua unidade. Eles não partilhavam das mesmas concepções políticas, muitos simpatizaram com os movimentos autoritários surgidos após 1930 ou aderiram ao Estado Novo, estabelecido em 1937. Outros se mantinham distantes desta questão e muitos, na sua maioria, se mostravam de acordo quanto ao fortalecimento das finalidades do Estado:

¹⁴¹PÉCAUT, 1990, p. 6-7.

A noção de cultura política destina-se a dar conta do fenômeno: significa, para nós, aderir a uma mesma concepção na formação do social. Desse ponto de vista, implica que tendências diversas, num primeiro momento contraditórias, possam surgir de uma mesma matriz geral; supõe também a difusão de um significado comum; e, enfim, refere-se a formas concretas de sociabilidade e comunicação. A cultura política não diz respeito, portanto, ao conjunto dos membros da sociedade, mas é antes constitutiva da identidade de um grupo¹⁴².

A capacidade dos intelectuais em promover a cultura explica-se pela posição social que eles atribuem a si mesmos, em que a constante desconfiança diante das estruturas da democracia representativa do liberalismo, resultou em buscar de dentro do real a legitimação para a formação de uma unidade da sociedade política com o campo intelectual.

Segundo Daniel Pécaut, para o autor Sérgio Miceli, muitos escritores no período 1920-1945 eram de famílias oligárquicas em movimento de queda, sentindo a perda de status e estilo de vida de camadas cultas, somada às concorrências provocadas com a formação de diversos profissionais das faculdades recém-criadas, reconheceram a necessidade de uma profissionalização e participação nos debates políticos da época. Com o Estado fortalecido, tiveram tendências aos empregos públicos e muitos tornaram seus defensores e dependentes, manifestando o desejo de ampliar o acesso a carreiras e cargos como forma de preservar a capacidade de elite dirigente¹⁴³.

Para Miceli:

Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultou-lhes o acesso aos postos e carreiras burocráticos em praticamente todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança, etc.). Mas no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia, sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma “intelligentzia” e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico¹⁴⁴.

O sistema de racionalização do serviço público foi em parte o resultado da procura do grande número de intelectuais que passaram a trabalhar nele. Os que estavam a serviço do governo Vargas formavam, segundo Sergio Miceli, uma frente governamental que demonstrava autonomia em relação aos interesses regionais e a política dos outros Estados.

¹⁴² PÉCAUT, 1990, p. 17.

¹⁴³ Ibid., p. 19- 20.

¹⁴⁴ MICELI, 1979, p. 131.

Nesse processo, conciliavam os cargos públicos com os seus projetos intelectuais, aproveitando da força do Estado que passou a difundir e consagrar as obras nacionais.

Ainda para Miceli, a centralização autoritária e os canais de acesso aos interesses econômicos regionais estiveram à mercê dos aparatos burocráticos na abertura de ministérios e na formação de instituições ligados ao Estado. Essa burocratização ocorreu tanto em nível administrativo quanto nos diversos setores econômicos com atribuições consultivas de legitimação a crescente influência do governo de Getúlio Vargas. Ela também possibilitou que as camadas dirigentes empobrecidas resgatassem o declínio social a que se viam submetidas. Desta forma, o funcionalismo público federal, militar e civil formou uma das bases social do novo governo¹⁴⁵:

Ademais, verifica-se a abertura de cargos especializados – técnicos de educação, de organização, assistentes e ajudantes técnicos, etc. – que são preenchidos pelos detentores de uma competência estrita em campos do conhecimento que a essa altura não dispunham de um mercado de trabalho próprio. São os economistas, estatísticos, geólogos, cientistas sociais, educadores que, muitas vezes, ingressam em escalões inferiores do setor público mas que de algum modo fazem valer sua presença e ascendem na hierarquia graças à raridade de suas qualificações. Havia ainda aqueles que se incorporam às fileiras estáveis que então se abriam no quadro permanente dos ministérios recentes, os inspetores de ensino, de imigração, do trabalho, etc. Por fim, um contingente apreciável de intelectuais e artistas prestaram diversos tipos de colaboração à política cultural do regime Vargas, aceitando encomendas oficiais de prédios, livros, concertos, manuais escolares, guias turísticos e obras de arte, participando em comissões, assumindo o papel de representantes do governo em conferências, congressos e reuniões internacionais, em suma prestando múltiplas formas de assessoria em assuntos de sua competência e interesse¹⁴⁶.

Para Sergio Miceli, os pensadores autoritários, formularam seus estudos tomando por base o pensamento político determinista da vertente européia do começo do século. Em conjunto com os educadores profissionais, formaram a base intelectual do governo, entre outros pontos, pelo conhecimento e qualidade de suas opiniões, contribuindo e trabalhando como porta-vozes oficiais do regime. O fato dos pensadores autoritários, em geral, serem de antigas famílias dirigentes, permitiu a eles o acesso a um maior desenvolvimento no círculo das relações sociais, facilitando a consagração intelectual. O resultado que seus escritos

¹⁴⁵ Essa burocratização contribuiu na abertura de vários Ministérios como os de Trabalho Indústria e Comércio (1930), Aeronáutica (1941); de Organismos ligados a Presidência da República: Departamento de Imprensa e Propaganda (1939), Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), Conselho de Imigração e Colonização (1938) etc.; na formação de uma rede de departamentos, conselhos, comissões especiais e autarquias. Cf. MICELI, 1979, p. 132- 134.

¹⁴⁶ Ibid., p. 157- 158.

causaram na política criaram as condições necessárias para que se tornassem ideologias que rompiam com os modelos dominantes¹⁴⁷:

A maioria dos pensadores autoritários provinha de famílias de estirpe, cuja antiguidade na classe dirigente remontava aos tempos do Império, ou então, se originava de antigos ramos senhoriais ligados à propriedade da terra. Quando não descendiam de famílias há muitas gerações especializadas no trabalho político e cultural, contando entre seus antepassados com figuras de renome nas profissões liberais, nas letras, na atividade parlamentar e no desempenho das mais altas funções públicas – como era o caso de Azevedo Amaral, Afonso Arinos de Melo Franco e Octavio de Faria -, eram filhos de fazendeiros cujas famílias se encontravam em acentuado declínio material, como nos casos de Oliveira Vianna, José Maria Bello e Gilberto Amado¹⁴⁸.

Para Ricardo Silva, os autores autoritários, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna traziam um pensamento de natureza tecnocrática e desmobilizadora. E, mesmo reconhecendo que esses autores não representavam todas as faces do pensamento autoritário brasileiro, considera que eles formavam o sistema ideológico que estava mais próximo à manifestação que serviu de base da fundação das instituições do Estado Novo. Nessa vertente autoritária, os discursos eram dirigidos às elites, pois acreditava-se que do povo apenas se podia esperar a passividade, de forma que qualquer esforço positivo deveria iniciar-se pelo alto e todos os movimentos sociais autônomos ou populares de contestação, serem desfeitos¹⁴⁹.

Na visão de Daniel Pécaut, o projeto de construção iniciado por volta dos anos 1920, pelos intelectuais, deveria colaborar como sustentação dos aspectos culturais e políticos para que as instituições recebessem uma nova legitimidade: Igreja, Estado, Exército, Instituições de Ensino Superior. Eles se viam diante de uma República incapaz de constituir a Nação e por isso colocavam a literatura para recuperar a nacionalidade e dela fazer um instrumento de transformação social e política.

Neste sentido, Pécaut cita que, Alberto Torres, membro do Supremo Tribunal e ex-Presidente do Estado do Rio de Janeiro publicou em 1914 “O problema nacional brasileiro”, que se traduzia em chamar os intelectuais a se comprometerem com a Nação, tornando na sociedade uma força capaz de planejar a política do país por meio da criação de uma “consciência nacional” para legitimar a organização do Brasil. Foi devido essas formulações

¹⁴⁷ MICELI, 1979, p. 164- 165.

¹⁴⁸ Ibid., p. 166- 167.

¹⁴⁹ SILVA, 2004, p. 22- 26.

que Alberto Torres passou a ser considerado, nos anos que se seguiram, o precursor do pensamento autoritário brasileiro¹⁵⁰.

O nacionalismo espalhou-se pela cultura brasileira e ao avançar pela literatura, segundo Pécaut, causava desconfiança os estudos que parecessem estar distantes a ele, dando origem a associações que contava com a presença dos intelectuais. A referência foi a Liga de Defesa Nacional, fundada pelo poeta Olavo Bilac, em São Paulo e que sugeria entre outros assuntos que ao Exército cabia exercer uma função educadora. O nacionalismo motivou a criação de várias publicações com a finalidade de formação de um núcleo de propaganda nacional.

Segundo Pécaut, o símbolo de transformação da sociedade brasileira foi o ano de 1922. Neste ano aconteceu a Semana de Arte Moderna, produzida por escritores e artistas entre os quais: Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia entre outros, pretendia por meio desse movimento que fossem renovados as formas de manifestação da arte brasileira e o conteúdo das inovações culturais mostrando alinhamento com as novas tendências artísticas europeias futuristas. Dessa forma a sustentação da nacionalidade brasileira seria encontrada na sua diversidade ética e cultural refletidas na maneira de ser do povo brasileiro. A questão nacional permeou o movimento modernista.

Nesse contexto, a organização do movimento católico, que nessa época estava em torno do centro Dom Vital, recebia a orientação de Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, atraindo os intelectuais que tinham tendência a exercer um nacionalismo que se opunha as inovações do campo das atividades humanas. Desde 1916, havia todo um empenho dos bispos católicos de retirar a Igreja da sua sujeição ao Estado, formada durante o Império e conservada na República. Estes intelectuais aspiravam com uma contra-revolução católica de forma que somente a religião poderia assegurar a base da Nação por meio da sua cultura. Alceu amoroso Lima tornou-se o defensor da moral de uma instituição religiosa para a defesa da fé e, após 1930 um protetor da administração da Igreja sobre o ensino público. Tanto ele, como muitos integrantes dessa vertente entraram, em 1933, no movimento integralista.

Com a expansão das universidades a partir desse período, a problemática nacional adquiriu novos contornos. Os intelectuais, cada vez mais, buscavam uma análise científica dos fundamentos da nacionalidade. Esses fatos foram verificados com a fundação, em 1920 da Universidade do Rio de Janeiro, em 1934 da Universidade de São Paulo e, em 1937 da Universidade Federal, que substituiu a do Rio de Janeiro. O intelectual brasileiro, geralmente,

¹⁵⁰ PÉCAUT, 1990, p. 25.

ou tinha a formação jurídica, no qual os de tendência autoritária vinham em grande número; ou a de engenheiro, possuidores, na sua maioria de uma orientação positivista e técnica do poder; ou apresentava-se como homem de cultura¹⁵¹.

O caminho percorrido pelos intelectuais buscava apoiar-se nas representações científicas. Nos estudos dos intelectuais autoritários, tiveram influência os ensinamentos positivistas de Augusto Comte. Enquanto Azevedo Amaral investia nas pesquisas de desenvolvimento dos fenômenos sociais, Oliveira Vianna utilizava os métodos das ciências naturais aplicados as ciências sociais, misturado com as teorias conservadoras mais utilizadas na Europa, entre as quais: O darwinismo social, o evolucionismo de Spencer e a psicologia das massas de Le Bon, formando a base do cientificismo e positivismo dos intelectuais autoritários. Nesse sentido, Azevedo Amaral, descobria em Darwin os fundamentos interpretativos em termos biológicos dos fatos sociais em direção a uma política científica.

A tentativa de engrandecimento da origem tupi foi o foco de autores de várias correntes. Uma delas, a verde-amarela e de direita, provinha do Modernismo que agrupava, entre outros autores: Plínio Salgado, Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo. A partir de outro referencial teórico, Sérgio Buarque de Holanda, que não fazia parte da vertente autoritária, no livro “Raízes do Brasil”, de 1936, no capítulo “o homem cordial”, esclarece a preferência pelas condutas afetivas em relação aos rituais. Desta forma, comprova existir vínculo social não-político que uniam dentro das desigualdades¹⁵².

Segundo Daniel Pécaut, os intelectuais tinham tendência a exercer o papel de guia, porque conseguiam fazer uma leitura da sociedade no sentido de mostrar a existência real da Nação, mesmo privado de manifestações culturais e políticas. Ainda segundo este mesmo autor a iniciativa partia da escolha de parte de um todo que foi quebrado, mas encontrado na cultura do povo tornando-a a estrutura de um desenvolvimento intelectual brasileiro, na literatura, na música e nas artes¹⁵³.

O autor ainda sugere que Mário de Andrade é, por exemplo, aquele que exerceu uma função importante nessas áreas, com o resultado de seu trabalho literário voltado às expressividades familiares, em que recomenda maneiras de viver em sociedade. Designado para exercer, em 1935, a direção do Departamento de Cultura de São Paulo, determinou que se fizesse um estudo das artes e tradições populares brasileiras. Villa-Lobos, depois de 1930, é considerado o compositor oficial do governo Vargas, e teve as suas criações influenciadas

¹⁵¹ PÉCAUT, 1990, p. 25- 34.

¹⁵² Ibid., p. 37.

¹⁵³ Ibid., p. 38.

pela música popular. Gilberto Freyre com o Manifesto regionalista de 1926 e em Casa-grande e senzala, de 1933, faz da mestiçagem uma experiência de união das raças, levando em conta os relacionamentos sexuais como a força que movimenta toda a organização cultural e que formam as relações sociais. Segundo Daniel Pécaut, a conquista da percepção das raízes culturais cria uma tendência para a formação da identidade nacional que os intelectuais autoritários utilizaram para legitimar os saberes que possuíam, principalmente quanto à estruturação cultural e política e quanto a que considerava as “massas cegas”¹⁵⁴.

Ainda na pesquisa de Pécaut, ele conclui que a legitimidade em relação à nação não era um consentimento da maioria e sim de uma elite que promovia as circunstâncias necessárias para o nascimento de uma vontade geral, pois os intelectuais acreditavam que os saberes culturais, sociais e políticos os levariam a ocupar a posição de elite dirigente. No entanto, outra forma de legitimidade direcionada para determinado fim, como a baseada na representatividade, não poderia haver, pois isso daria ao povo o direito de se organizar politicamente.

Oliveira Vianna, segundo Pécaut, ao propor regras quanto à relação entre capital e trabalho já declarava um tipo de projeto corporativista antes de 1930. Desta forma, era possível compreender que as leis que tornariam estável o Estado brasileiro exigiriam controlar as relações sociais, assim como os conflitos entre as classes. O sistema corporativo se configurou a partir do modelo assumido depois de 1930, como a publicação de regras para as profissões, leis trabalhistas e legislação sindical.

Na década de 1930, foram criadas várias instituições profissionais, entre as quais: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1930; a Academia de Medicina, em 1931; a legalização da profissão de jornalista, também em 1931; o Conselho de Engenharia e Arquitetura, fundado em 1933. Esses são exemplos de instituições formadas em torno de um conjunto de regras e deveres para se exercer determinada profissão. Com isso, esses profissionais passaram a ter certas aptidões que os possibilitavam dirigir determinados cargos públicos. Segundo entende o autor, o intelectual foi se constituindo como parte integrante da estrutura social e do poder, estabelecendo uma relação entre a organização das profissões e o nacionalismo enquanto processo de formação do Estado¹⁵⁵.

¹⁵⁴ PÉCAUT, 1990, p. 38- 39.

¹⁵⁵ Ibid., p. 54.

O patriotismo passou a ser divulgado nas escolas, associações desportivas, e as atividades culturais foram observadas mais atentamente. Esse fato resultou em posições contrárias dos intelectuais que não eram favoráveis a propaganda e ao autoritarismo¹⁵⁶.

Conclui Daniel Pécaut que o Estado Novo tinha por objetivo um autoritarismo que combatesse qualquer tipo de contestação na sociedade por meio do acordo com as várias correntes favoráveis a ele, tentando cooptar intelectuais e forjar uma unidade cultural, política e administrativa, unindo a política e a cultura dentro do nacionalismo e nesse sentido foi criada a Revista *Cultura Política*. Ela integrava o projeto de ação direta do Governo Federal no plano cultural organizado em torno do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura nos órgãos da imprensa e meios de comunicação.

O Estado Novo buscava a sua legitimação pela forma que se adaptava às leis que governam a sociedade, favorecendo uma racionalidade que seguisse o caminho do desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto a ciência atuava diretamente ao lado da política, e os intelectuais constituíam o elemento principal desse elo¹⁵⁷.

O término do Estado Novo impediu que as promessas dos intelectuais fossem notadas frente às manifestações que lutavam pela volta da democracia. Em 1945 acontece, em São Paulo, o Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros, em que nesse evento se agrupam grandes personalidades de todas as correntes para exigir uma postura política. Examinando os anos do governo Getúlio Vargas e o comprometimento político intelectual, segundo Daniel Pécaut, embora não pareça, os intelectuais dos anos 1920 alcançaram a finalidade inicial declarada pelo autor Alberto Torres de que eles não eram forçados a compartilhar das mesmas opiniões políticas, mas tinham consciência das condições em que o Brasil se encontrava.

De maneira semelhante, muitos deles haviam iniciado o mesmo caminho pela negação das antigas instituições oligárquicas liberais, levados pela direção do desenvolvimento econômico e político, anunciaram publicamente a prioridade da unidade da Nação em relação às vantagens da divisão da sociedade civil, que passou a valorizar um governo democrático. Segundo Daniel Pécaut, os intelectuais alcançaram, em 1945 o poder que desejavam possuir nos anos 1930¹⁵⁸.

¹⁵⁶ PÉCAUT, 1990, p. 67. Segundo Daniel Pécaut, o regime político de Getúlio Vargas se manteve de 1930 a 1945 com base no autoritarismo sobre o espaço público. Ele se impôs sobre as oligarquias regionais e as tentativas de revoluções organizadas, em 1935 pelo PCB e pela ANL. Ele estruturou-se em 1937, quando se modificou em Estado Novo e libertou-se da competição do movimento integralista, em 1938. Manteve-se contra o eixo Japão, Itália e Alemanha e juntou-se ao campo dos Aliados com um controle intenso sobre a vida política e social, exercendo a censura desde o início e sem limites no Estado Novo, no fechamento dos partidos políticos.

¹⁵⁷ Ibid., p. 69- 73.

¹⁵⁸ Ibid., p. 95- 96.

Se concordarmos com a tese de Ricardo Silva, que a ideologia exerce também função importante para a manutenção do poder, podemos dizer que alguns intelectuais exerceram essa função de manutenção do Estado autoritário a partir de seus escritos. Ricardo Silva reconhece a ideologia como fenômeno pertencente ao universo das idéias e que suas formas simbólicas representam funções na estruturação das relações sociais que seguem um caminho no sentido de dominação:

As crenças que atuam na legitimação do Estado autoritário circulam no mundo social por diferentes meios e de modo mais ou menos articulado. Vão desde fragmentos simbólicos petrificados no imaginário popular até discursos mais articulados e sistemáticos com pretensão científica¹⁵⁹.

Acredita o autor que as ideologias compõem uma força que se constituem em função do poder e podem referir-se tanto às representações que procuram legitimar uma estrutura de dominação já existente quanto as que buscam legitimar uma nova. É desta forma que alguns autores por meio de suas idéias políticas tentaram legitimar um Estado autoritário. Autores como: Azevedo Amaral, Francisco Campos, Oliveira Vianna, entre outros, que representam uma forma de manifestação desta estrutura de dominação.

Nos próximos itens verificaremos o esforço ao qual se entregaram muitos dos escritores autoritários que escreveram sobre o Estado Novo e seus principais projetos para o Brasil expostos em suas obras e nos artigos publicados na Revista *Cultura Política*, constituindo um dos exemplos mais bem acabados da imbricação entre política e ideologia do Estado Novo.

A proposta de fundação de um novo Estado é a grande tônica do discurso político dos anos do pós 1937 e que conferia, na ótica de seus defensores, o estatuto de um novo começo na história do país. Para eles era necessário um projeto nacional que seguisse o caminho do desenvolvimento econômico, político e social. Alguns destes intelectuais entendiam a economia como tema predominante na reorganização da Nação, outros acreditavam na maturidade do mercado nacional para assumir o projeto de desenvolvimento e outros ainda propunham uma nova forma de relação entre Estado e mercado. Passamos, a seguir, a examinar os projetos para a Nação pensados por esses autores.

¹⁵⁹ SILVA, 2004, p. 56.

3.2 ALMIR DE ANDRADE

Com a implantação do Estado Novo, no Brasil, aumenta as discussões sobre os rumos a serem seguidos pela Nação. Almir de Andrade possuía grande facilidade de comunicação com a camada dos intelectuais brasileiros, principalmente quando Diretor da Revista *Cultura Política*. Na sua visão, o Estado Novo representava um reinício perdido durante o pacto republicano quando o Brasil deu elevada importância às teorias de outras culturas e afastou-se de suas raízes culturais. A função do autor era o de vincular os feitos políticos diretamente relacionados ao Presidente Getúlio Vargas com as raízes culturais brasileiras, ligando os motivos das realizações do Estado Novo a um desenvolvimento da sociedade¹⁶⁰.

Em “A Evolução Política e Social do Brasil”, artigo de inauguração das publicações da Revista *Cultura Política*, Almir de Andrade declara que “as instituições sociais e políticas são processos que se desenrolam no tempo, sem saltos e sem paradas”. Nesse sentido nem tudo era possível de ser modificado apenas com o arbítrio humano. Mesmo assim, esperava-se que as instituições do Estado desenvolvessem soluções para os problemas da sociedade¹⁶¹.

Exercer a democracia para o autor era buscar o bem comum pela cooperação entre os homens, desconsiderando as desigualdades sociais e econômicas. O bem comum seria conquistado pelo homem por meio do trabalho, o qual considerava ser a melhor maneira de se conquistar a prosperidade, a cultura, o respeito e a proteção do Estado e nesse sentido a ordem política seguiria na busca desses objetivos.

Afirmava que o trabalho foi no passado associado a uma forma de escravidão, mas com o Estado Novo ele foi valorizado dando ao homem dignidade e respeito. Nessa visão, cada trabalhador deveria orgulhar-se de viver do trabalho e contribuir para o bem comum, de forma que a missão das instituições democráticas modernas era a de garantir a ordem, à distribuição de bens sociais e o fortalecimento dos vínculos de solidariedade econômica e moral entre as classes, disciplinando as forças econômicas e políticas. Dessas medidas era esperada uma aproximação do povo com o governo, servindo não apenas de fins políticos, mas em relação ao bem-estar, à cultura e à felicidade pessoal, de forma que na busca de soluções para o Brasil seriam feitos concessões e ajustamentos¹⁶².

¹⁶⁰ OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p. 31- 33.

¹⁶¹ ANDRADE, Almir de. A evolução política e social do Brasil. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 5-8, mar., 1941a, p. 5.

¹⁶² Ibid., 1941a, p. 7.

A política era entendida pelo autor como a organização das forças sociais e de tudo que se produzia na sociedade, representando a cultura do povo. Ela se expressava na educação, na economia, nas crenças, nas ciências etc., e se refletia nas ações dos homens em consequência da administração dos Estados que representavam o governo¹⁶³.

Para o autor, tudo o que é criado pelo homem tem uma função social e consequentemente intervirá na ordem política. Dessa forma, os governos eram a expressão da cultura popular e continham os elementos da vida econômica e social dos indivíduos. A diferença para ele é que buscamos na cultura a tradução da vida em toda a sua plenitude enquanto na política para se viver a vida é preciso de limites, pois os homens vivem em sociedade e a política a organiza por meio do Estado, das formas de governos e das instituições:

Tudo o que um povo produz pela sua cultura representa suas aspirações e necessidades de vida; a cultura é êsse mesmo povo vivendo, creando obras de arte e de pensamento, costumes e tradições, formas de convivência e hábitos sociais. Mas nada disso subsiste sem a garantia de uma organização capaz de manter a paz, de conciliar interesses, de harmonizar tendências, de ajustar as necessidades de cada um às exigências de todos. E essa organização – que defende, que sustenta, que permite o desenvolvimento de uma coletividade através de todos os seus elementos de cultura – é a ordem política¹⁶⁴.

O autor defendia que a quantidade de consciência política de um povo determinava a sua capacidade de afirmação, em relação ao mundo, da sua cultura. O desinteresse das elites culturais em relação à política é um problema e reflete apenas que esse desenvolvimento intelectual ainda não encontrou um nível superior. Ele considerava que com o Estado Novo buscava-se uma união da cultura e da política que precisavam ser indissociáveis para que a ordem social fosse alcançada para o bem comum.

A soberania internacional da Nação era um reflexo da própria soberania interna. Neste sentido, a ordem política era uma necessidade de organização para o povo e a garantia de sua liberdade e direitos. A diplomacia internacional brasileira estava orientada para atender a defesa da soberania do Brasil e manter uma solidariedade com as nações que estivessem dentro de interesses comuns. O governo buscou, segundo o autor, internamente uma organização política, econômica e social que mais se adaptasse à formação do Brasil, mas que

¹⁶³ ANDRADE, Almir. Política e cultura. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 5-8, abr., 1941b, p. 5.

¹⁶⁴ Ibid., p. 6- 7.

necessitava se adaptar as tendências mundiais, e por isso defendia a mudança da sua forma acontecida em 1937¹⁶⁵.

Considerava que essa necessidade foi nascida das condições históricas e sociais da revolução de 1930 e que não alterou a linha da diplomacia da Primeira República, da mesma forma que a revolução de 15 de novembro de 1889 não alterou a linha diplomática da política imperial. Para ele, a mudança política interna não influi por si mesma na orientação da política externa e essa conduta sempre permaneceu no Brasil. Nessa visão a mudança de regime político não queria dizer mudança de orientação diplomática, ela não envolvia a subordinação de conduta de um país a interesses e compromissos exteriores que deixassem de satisfazer as necessidades internas de seu desenvolvimento econômico, tais como de produção e comércio.

Os povos, segundo o autor, tendem a ser guiados por motivos reais de conveniências e compreensão econômica étnica e social¹⁶⁶.

Um dos pontos mais importantes na organização política e econômica do Brasil estava na situação dos Estados e Municípios em relação ao Governo e a União. Para o autor, a Constituição de 1937 tentou resolver esta questão, cuja reformulação foi obtida na lei orgânica de 1939 e na qual o princípio da centralização nacional teve por objetivo unificar a direção política do país e fornecer, a todas as questões, orientação e fiscalização subordinada a um poder central e, neste sentido, esse Decreto-Lei estava na sua visão de acordo com a Constituição de 1937¹⁶⁷.

Estabeleceram-se em cada Estado dois órgãos administrativos. O primeiro foi o do interventor, brasileiro nato e maior de 25 anos, cuja nomeação era dada pelo Presidente da República e tinha poderes mais limitados do que os antigos governadores estaduais, cuja função principal foi servir de principal instrumento de ligação entre o Presidente Getúlio Vargas e a administração estadual.

O segundo órgão de administração que funcionava em conjunto com o interventor era o Departamento Administrativo Estadual, compostos de quatro a dez membros também brasileiros natos, maiores de 25 anos e nomeados pelo Presidente da República, colaborava com o interventor na direção do serviço público estadual, na fiscalização da execução

¹⁶⁵ ANDRADE, Almir. Soberania internacional do Brasil. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, p. 5-8, maio, 1941c, p. 5- 6.

¹⁶⁶ Ibid. p. 8.

¹⁶⁷ Id. O Brasil e a centralização do governo. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-8, jun., 1941d, p. 5.

orçamentária e da atividade legislativa, de forma que correspondiam com propostas e reformas junto ao governo central¹⁶⁸.

Os interventores nas suas funções administrativas e legislativas podiam baixar decretos-leis em relação aos serviços de sua administração, porém apenas validado mediante aprovação prévia do Presidente Getúlio Vargas. Esses dois órgãos estavam diretamente subordinados a Presidência da República e eram obrigados a apresentar relatórios semestrais de sua administração junto ao Presidente da República e o Ministro da Justiça.

Competia às administrações estaduais, principalmente, a preparação de estudos e trabalhos que interessassem a organização administrativa, econômica e popular, de ordem jurídica e política subordinada ao Governo da União. Em relação à organização dos Municípios, era feita de maneira semelhante a dos Estados em relação ao Governo Federal, ficando à responsabilidade dos Prefeitos municipais.

O art. 5º da Lei Orgânica, procurando articular a administração estadual com a dos Municípios, estabelece que “ao Interventor e ao Prefeito cabe exercer as funções executivas e, em colaboração com o Departamento Administrativo, legislar nas matérias da competência dos Estados e Municípios”¹⁶⁹.

Almir de Andrade definia a Constituição de 1937 como a nova organização federativa do Brasil e que trazia a unificação do poder político pelo Executivo e a nova posição do indivíduo e do corpo social em relação ao Estado. Para o autor, a Constituição de 1934 tentou, pelo Senado, atribuir funções de órgão coordenador dos poderes estatais, porém sem alcançar êxito¹⁷⁰.

A supremacia de poderes alcançados por meio da Constituição de 1937 foi para o autor uma forma de realizar a unidade de ação e coordenação das funções públicas. Outro objetivo alcançado foi em relação ao federalismo brasileiro no equilíbrio das tendências de centralização e descentralização, assegurando a unidade nacional e a autonomia estadual e municipal. Em relação ao indivíduo e o corpo social em face ao Estado, para o autor, reconheceu-se o Estado como uma expressão da necessidade social e de uma verdadeira democracia cultural e econômica de forma que pela oportunidade todos podem realizar conquistas econômicas e sociais de acordo com sua capacidade¹⁷¹.

¹⁶⁸ ANDRADE, 1941d, p. 6.

¹⁶⁹ Ibid., p. 7.

¹⁷⁰ Id. Os grandes traços da Constituição de 10 de novembro de 1937. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.1, n. 5, p. 5-8, maio, 1941e, p. 5.

¹⁷¹ Ibid., p. 6- 7.

O autor acreditava na antecipação do Brasil aos fatos do mundo real, em razão das lições e exemplos aprendidos de outros povos. Os resultados dessa grande revolução intelectual eram sentidos nas novas formas de organização social que estavam se formando no mundo moderno, principalmente pelos conflitos gerados pela guerra na Europa e cujos resultados, embora novos, considerava mais justo e melhor. Nesta perspectiva ele analisava a inteligência brasileira e atribuía a ela interrogar a própria realidade para poder seguir novas diretrizes¹⁷².

Para isso se fazem as guerras: para consolidar a paz. Para isso se cream as desigualdades sociais: para que do seu entrechoque surjam formas mais justas e mais equitativas de cooperação e de trabalho em comum. Para isso se alimentam todas as ideologias: para que da experiencia dos seus erros nasça uma compreensão mais lúcida e mais definitiva dos meios que os povos precisarão utilizar para a conquista de melhores dias¹⁷³.

Ele defendia que a lei da evolução humana ganhava sempre todas as guerras e neste sentido o homem precisava de uma postura mais realista, avaliando melhor os limites de suas ações, as quais interferem no curso dos acontecimentos históricos, evitando precipitações e tomando de exemplo o entendimento da evolução humana.

Nas suas formulações, o Brasil era uma democracia no regime instaurado em 1937. A democracia era mais econômica do que política e, para Vargas, a organização democrática da sociedade deveria estar sob uma base social e econômica que enfatizava os valores da organização do trabalho, o qual representava uma oportunidade que os homens tinham de lutar de forma justa pela vida.

Para Almir de Andrade o trabalho era fonte de riqueza, da produção econômica brasileira, do progresso que transformava a vida social, do desenvolvimento industrial, e que o país continha todos os fatores necessários para este impulso: terra, gêneros alimentícios, clima, minerais etc.; e, com o entrelaçamento das economias americanas, aconteceria uma ampliação dessas riquezas.

Assim, mais do que as formas de organização política interna de cada país, o que deve interessar às Nações Americanas, para consolidarem sua amizade, é a comunhão de interesses econômicos e sociais que as prendem umas às outras num só bloco solidário¹⁷⁴.

¹⁷² ANDRADE, Almir. Democracia social e econômica. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.1, n. 6, p. 160-175, ago., 1941f, p. 163.

¹⁷³ Ibid., p. 164.

¹⁷⁴ Ibid., p. 171.

A política das Nações deveria apoiar-se sobre os problemas sociais e econômicos. Segundo o autor, as condições históricas exigiram mudanças bruscas na vida interna do Brasil e o regime instaurado, com o Estado Novo, foi um sistema que tentou adaptar as tendências mais relevantes do desenvolvimento político do mundo às relações políticas do Brasil sobre novas exigências no trabalho coletivo, de forma a expandir a cultura brasileira no fortalecimento da sua economia e dos direitos do povo¹⁷⁵.

Lembra o autor que na era colonial, o papel da “casa- grande” representava uma sociedade em que se impunham valores culturais, morais, familiares, de obediência às autoridades e a vida nacional que estava sendo representada na figura de uma organização patriarcal e feudal e desde a formação do Império, no início do século XIX e depois na República, era possível notar uma grande invasão de ideais regionalistas¹⁷⁶.

[...] O município, cristalização política desse sistema, tomou parte saliente em todos os grandes movimentos da história nacional brasileira: o movimento da Independência, o movimento federalista que produziu o Ato Adicional em 1834, que proclamou a República em 1889 e em muitas outras rebeliões¹⁷⁷.

Desta forma, os estadistas e legisladores sempre tiveram consciência do importante papel representado pelos municípios na formação dos interesses populares e políticos do Brasil e na contribuição da organização nacional. Retoma o autor a discussão sobre as duas tendências de forças formadas desde o Império e início da República nas instituições políticas brasileiras. Uma dessas forças, denominada de centralizadora, queria maior união nacional e centralização do governo, ao contrário da corrente descentralizadora que reivindicava maior autonomia do município na sua administração política, econômica e social.

Na análise do autor, durante o Brasil Império e o Brasil da Primeira República, estas lutas de tendências acentuaram-se e o governo Imperial foi reduzindo à importância dos municípios, por ter este governo uma tendência unitária. Mesmo assim, o choque entre essas tendências não foi evitado.

[...] O Império resolveu o problema pelo unitarismo e pela centralização; nem por isso conseguiu impedir o abrolhamento das tendências regionalistas sufocadas, que explodiram em vários movimentos, culminando no movimento federalista republicano de 1889. Por outro lado, a Constituição

¹⁷⁵ ANDRADE, 1941f, p. 171- 173.

¹⁷⁶ Id. O conceito brasileiro de “Município”. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 181-189, nov., 1941g, p. 181.

¹⁷⁷ Ibid., p. 181.

Republicana de 1891, dando largas à tendência descentralizadora e permitindo que o município se constituísse em verdadeira organização localista e desagregadora das energias nacionais, sentiu bem depressa os males dessa solução unilateral¹⁷⁸.

Apresenta-nos o autor que outra solução deveria ser encontrada buscando o equilíbrio das duas tendências políticas brasileiras e foi o que se tentou fazer com a Constituição de 1937. Ele defende o novo sistema imposto ao município em que se mantiveram a autonomia financeira, administrativa e política, podendo o município participar do colégio Eleitoral do Presidente da República e na eleição de delegados pelas Câmaras Municipais.

Os municípios, em contrapartida, perderam os instrumentos que os colocavam em postura de desagregação política nacional e tiveram, a partir de leis constitucionais, suas características de organização regionalistas afetadas, conforme consta no artigo 26º.

Art. 26º - Os Municípios serão organizados de forma a ser-lhes assegurada autonomia, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, e especialmente:

- a) à escolha dos vereadores pelo sufrágio direto dos munícipes alistados eleitores na forma da lei;
- b) à decretação dos impostos e taxas atribuídos à sua competência por esta Constituição e pelas Constituições e leis dos Estados;
- c) à organização dos serviços públicos de caráter local¹⁷⁹.

A autonomia política caracteriza-se, para Almir de Andrade, na garantia dos municípios escolherem os membros das Câmaras Municipais pelo voto direto e garantir que o Estado e a União não interfiram em assuntos de privativo interesse dos municípios.

Os recursos econômicos eram advindos da autonomia financeira por meio de taxas e impostos municipais. Porém, a lei limitava a autonomia financeira dos municípios sobre as atribuições tributárias que entravam na esfera dos Estados ou da União. A autonomia administrativa fazia referência aos círculos de organizações de serviços públicos locais e o Prefeito, à frente da administração, será escolhido pelo Governador do Estado de acordo com o artigo 27º da Constituição Federal. Desta forma, mantêm-se equilíbrios entre as tendências centralizadoras e descentralizadoras das instituições políticas brasileiras, pois o Prefeito trabalhava como instrumento do governo. Porém, para conservar a União Nacional e criar

¹⁷⁸ ANDRADE, 1941g, p. 183.

¹⁷⁹ Ibid., p. 184- 185.

uma capacidade econômica capaz de resolver problemas comuns e regionais aos municípios, de forma a ficar dentro da ótica do governo, garantia o artigo 29º da Constituição de 1937.

Art. 29º – Os Municípios da mesma região podem agrupar-se para a instalação, exploração e administração de serviços públicos comuns. O agrupamento, assim constituído, será dotado de personalidade jurídica limitada a seus fins.

§ único. Caberá aos Estados regular as condições em que tais agrupamentos poderão constituir-se, bem como a forma de sua administração¹⁸⁰.

Na formação social, política e econômica do Brasil, os municípios, com a sua força regionalista, aproximavam os interesses populares, porém a sua expansão exagerada comprometia a unidade nacional. A Constituição de 10 de novembro de 1937 procurou resolver esta questão criando equilíbrios de tendências, de forma que ficassem dentro da esfera de administração apenas o que era de interesse municipal. As limitações que foram dadas aos municípios, segundo Almir de Andrade, era para manter a unidade nacional e dar a ele maior eficiência na colaboração da vida nacional por meio da união com outros municípios e adquirir maior equilíbrio dos problemas regionais e dos serviços públicos comuns, participando como membro do governo central¹⁸¹.

Segundo o autor, esse cuidado era necessário devido às paixões regionalistas que se acentuaram depois da Revolução de 1930 e agravaram-se com a Constituição de 1934 que mantinha a mesma máquina política. A necessidade de fundação de um novo regime foi segundo este autor, para trazer equilíbrio e harmonia à nação brasileira. Getúlio Vargas representaria, neste cenário, os valores e sentimentos de que necessitavam o Brasil, no sentido de busca da estabilidade econômica e política em direção ao bem comum e a unidade nacional. Almir de Andrade fazia essa relação da proposta política alicerçada à tradição, a cultura e ao passado.

No artigo “As diretrizes da Nova Política do Brasil”, o autor Almir de Andrade critica a liberal-democracia e atribui a ela as crises advindas do mundo moderno, principalmente pela forma adotada nesse tipo de governo que permitia os excessos na política e na economia, refletindo em desigualdades sociais, por conta dos privilégios e processos de exploração disfarçadas “do homem pelo homem”¹⁸².

¹⁸⁰ ANDRADE, 1941g, p. 187.

¹⁸¹ Ibid., p. 187- 189.

¹⁸² Id. As diretrizes da nova política do Brasil. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 3, n. 23, p. 7-19, jan., 1943a, p. 15.

A liberdade que foi experimentada pela liberal-democracia na visão do autor não trouxe felicidade e garantia da realização dos direitos dos indivíduos. O que eles buscam nos governos é a garantia de um bem estar social. O que o Estado Novo quer dos indivíduos é a convivência pacífica, o cumprimento dos deveres do trabalho e delimitação dos direitos e deveres de cada um. Para atingir esses objetivos se utiliza da autoridade, da lei e da justiça.

A forma de democracia que esteve baseada na liberdade criada pela liberal-democracia, para Almir de Andrade, privilegiava apenas determinados grupos e no Estado Novo a democracia teve sua base formada na justiça social:

Nem por instante, pensou o Brasil em abandonar a senda da democracia. O que sustentamos e o que tantas vezes tem sido claramente expresso nas palavras do Presidente, é que a democracia não pode imobilizar-se nas fórmulas caducas do pensamento liberal. A democracia visa, acima de tudo, o bem-estar do povo, a segurança do trabalho, a justiça social bem distribuída, com a concessão de igualdade de oportunidades a todos na luta pela vida e com a consagração do bem-comum como finalidade do Estado e como princípio de limitação das liberdades individuais¹⁸³.

Para o autor as instituições são mutáveis e precisam seguir os fatos sociais não podendo escapar aos determinismos das forças sociais e as consequências das guerras. Em relação à Segunda Guerra Mundial, ele não sabia que caminhos tomariam as instituições políticas brasileiras, mas considerava que seriam mais justas e melhores pelo trabalho realizado pelo Estado Novo, expresso nos discursos do Presidente Getúlio Vargas e reunidos na “Nova Política do Brasil”¹⁸⁴.

Nesse sentido, defende que a marcha da guerra mundial exercerá influência nas políticas econômicas e sociais de todas as Nações, mas que os resultados da guerra fariam prevalecer a democracia, baseada na justiça social. Para isso, dependeria essencialmente das decisões de homens e chefes democráticos que defendessem esses princípios. Considerava que o Estado Novo e as suas realizações estavam em alinhamento com os princípios de justiça social que o fundaram e nas qualidades do Presidente Getúlio Vargas de: equilíbrio, moderação, patriotismo, entre outras¹⁸⁵.

É dessa forma que defendia as decisões políticas tomadas por Vargas, frente à guerra:

¹⁸³ ANDRADE, 1943a, p. 17.

¹⁸⁴ Ibid., p. 17- 18.

¹⁸⁵ Id. O presidente, o Brasil e a guerra. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, p. 29-33, out., 1943b, p. 29- 30.

Quando as forças políticas aumentavam de volume e ameaçavam chocar-se violentamente, êle procurou sempre amparar o choque, mantê-las distanciadas umas das outras, até que, com o auxílio do tempo, da habilidade e da paciência, conseguisse neutralizá-las e dissolvê-las, não por ação violenta do Estado, mas por esgotamento natural das forças mesmas e pela sua canalização para um objetivo comum de colaboração nacional¹⁸⁶.

Almir de Andrade concorda com a prudência das decisões do Presidente Getúlio Vargas frente a guerra, pois ele observa que os regimes que se fortaleceram com as guerras ou se fortalecem com a guerra atual, são resultados das condições econômicas e sociais do mundo, que causarão reformas internas nos países depois da guerra. O autor espera que as políticas futuras sejam uma continuação do período iniciado em 1930 e reestruturado em 1937, com os reajustes das instituições políticas brasileiras atuais.

3.3 AZEVEDO AMARAL

Os acontecimentos que marcam os anos 1930 foram iniciados a partir de um processo político que tinha por finalidade, entre outros aspectos, a afirmação da autoridade do Estado no combate aos ideais regionalistas e o desmantelamento do domínio oligárquico por meio da submissão das decisões políticas ao Executivo Federal, visando o agrupamento das forças sociais em bases corporativas. Segundo Silvana Maria Corrêa Tótora, Azevedo Amaral considerava que o modelo liberal mostrou não ter capacidade de garantir a união das diferentes forças sociais e ao mesmo tempo incentivar o processo de industrialização do Brasil, não resolvendo os problemas econômicos, políticos e sociais da crise de 1929. A solução para o autor era a formação de um Estado autoritário e corporativo¹⁸⁷.

No livro “A aventura política do Brasil”, Azevedo Amaral formula questões que apontavam para uma desarticulação entre as instituições políticas e a realidade social. É nesse sentido que o autor analisa o passado, reconstitui os processos históricos e a direção do Estado por meio das forças associadas ao trabalho produtivo¹⁸⁸.

Procurando descartar qualquer vínculo do Estado corporativo com algum outro tipo de regime político, pontuava o autor, que o Brasil foi palco desde a sua independência política em 1822, de uma série de experimentos de ordem política, econômica e institucional. O modelo de representação, com base no sufrágio universal adotado na Primeira República

¹⁸⁶ ANDRADE, 1943b, p. 31.

¹⁸⁷ TÓTORA, Silvana Maria Corrêa. **Azevedo Amaral e o Brasil moderno**. 1991. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 122- 123.

¹⁸⁸ AMARAL, Azevedo. **A aventura política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 232.

apenas confirmava a distância que existia entre a realidade social e as instituições políticas. No artigo “Evolução da Política Republicana”, escrito para a Revista *Cultura Política*, o autor faz uma volta ao passado brasileiro para justificar os novos rumos que estavam seguindo o Brasil depois da ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Ele não observa uma orientação democrática coerente durante a formação do regime republicano que culminou em 15 de novembro de 1889, mesmo assim acreditava na existência de uma inclinação republicana no Brasil, por causa da arrancada nacionalista e da reflexão sobre os assuntos políticos¹⁸⁹.

Verifica Azevedo Amaral que entre as famílias dirigentes não havia as que ocupassem uma situação social predominante a se tornarem a dinastia nacional, quando se tornasse real uma independência política. O que observa é que havia um sentimento de igualdade entre as classes que poderiam ser classificadas de aristocráticas, formadas pelos grandes proprietários de terras, em que todos se consideravam possuírem os mesmos direitos. Neste sentido, qualquer ação de organizar a Nação tinha de ter a participação delas, notava-se assim que não era possível uma forma de adaptação com as instituições monárquicas¹⁹⁰.

Em 1850, a economia brasileira já começava seu período de acelerada expansão, principalmente pelas construções ferroviárias que incentivavam as atividades na agricultura e aumentava principalmente a reprodução da lavoura cafeeira para novas áreas indo das regiões fluminenses do Vale do Paraíba para a região de São Paulo, o que repercutiu no seu acelerado desenvolvimento. As preocupações com este novo pólo de riqueza foram formadas a partir de uma maior independência administrativa daquela região. São Paulo, que passava a ser o maior pólo de desenvolvimento econômico do país, passava também a ser o que mais reivindicava autonomia. Essa postura estimulou as províncias mais importantes do país, como a do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, entre outras, a reivindicarem sua autonomia econômica, colocando a Monarquia em difícil situação¹⁹¹.

Essas províncias se transformaram em núcleos de poder político local e com influência reconhecida pelo poder central. Porém elas tinham a sua administração interna coordenada pelo Governo monárquico, o que causava uma situação cada vez mais insustentável devido o seu desenvolvimento econômico e orgulho regionalista que estava sendo formado. O Governo Monárquico se mostrava sem renovação de meios administrativos da política de D. Pedro II, incompatíveis ao novo cenário brasileiro e a necessidade de tornar suas instituições uma organização federativa:

¹⁸⁹ AMARAL, Azevedo. Evolução política republicana. *Cultura Política*: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, p.154-172, maio, 1941c, p. 154- 155.

¹⁹⁰ Ibid., p. 155.

¹⁹¹ Ibid., p. 158.

Para o entendimento claro do processo ulterior de evolução da política republicana é imprescindível acentuar que a incompatibilidade entre a Monarquia e a Nação resultou, não de um antagonismo essencial da opinião pública ao regime monárquico, mas da contradição iniludível entre as novas realidades da economia brasileira e a obsoleta organização administrativa, rigidamente centralizada da Constituição de 1824¹⁹².

Para Azevedo Amaral, a Proclamação da República, em 1889, foi fruto das condições econômicas e não das demagogias que se faziam sentir além dos círculos acadêmicos ou sociais que nas condições da época não poderiam operar uma reforma institucional daquela amplitude. Nesse cenário, a abolição da escravidão e a questão militar tiveram influência de um determinismo que já era apontado:

A necessidade da substituição do trabalho escravo pela atividade economicamente superior do homem livre era tão evidente, que nem mesmo os mais ferrenhos conservadores e os espíritos mais rotineiros se atreviam a defender a instituição servil, justificando-a com argumentos ideológicos¹⁹³.

Segundo Azevedo Amaral o desenvolvimento econômico de São Paulo mediante o impulso da lavoura cafeeira impôs a política imigratória, avançando os cafezais para o Oeste, os paulistas foram recordistas no processo de abolição, pois os trabalhadores europeus recusavam-se a trabalhar ao lado dos escravos negros nas plantações. Nos últimos anos da Monarquia, D. Pedro II ainda tentava sustentação do seu governo por meio do apoio popular, substituindo as eleições indiretas por um processo de eleição direta e assim diminuir as influências regionais. Na esfera social e econômica, os mesmos esforços eram notados em relação ao abolicionismo, na forma com que a “princesa herdeira” declarou a libertação dos escravos¹⁹⁴.

Segundo o autor, afastaram-se da Monarquia as principais forças dirigentes da Nação brasileira, representadas pelos proprietários de terras, que se uniram aos republicanos. Desta forma o advento da República se deu por vários fatores em que um deles foi à ascendência das idéias federalistas sobre as camadas dirigentes do país. Vinculada a isto estava a desorganização em várias regiões do país como efeito da abolição dos escravos e pela questão militar que trazia o Exército à política. As Forças Armadas foram conferidas uma função decisiva na passagem da nova ordem nacional em 1889, a partir da precipitação de Deodoro da Fonseca e outros militares que cercaram D. Pedro II e evitaram uma guerra civil no país.

¹⁹² AMARAL, 1941c, p. 159.

¹⁹³ Ibid., p. 160.

¹⁹⁴ Ibid., p. 160- 161.

Azevedo Amaral compara que a revolução de 15 de novembro de 1889 foi um movimento emergido do subconsciente nacional, pois as condições culturais da Nação na época não permitiam a participação das massas populares, o que, segundo o autor, foi semelhante a 1822 na crise da independência¹⁹⁵.

A preparação da Constituição de 1891 foi efetuada em circunstâncias adversas a um trabalho de construção em benefício da Nação por diversos motivos ao que se refere à formação de novas instituições políticas. Um dos motivos apontados pelo autor foi à falta de uma preparação ideológica e um trabalho educacional da elite brasileira para que ela tivesse capacidade de colaborar com o estado político em alinhamento com a realidade nacional. Outro fator era a influência causada pelos elementos monárquicos que se juntaram ao regime e criaram uma vertente que causava desordem na camada política e institucional, defendendo mecanismos eleitorais tidos pelo autor como não sendo compatível com as realidades sociais do Brasil.

As eleições que escolheram os constituintes em 15 de setembro de 1890 colocavam em prática nas urnas a primeira eleição do novo regime tendo como base a tradição monárquica de se enganar nas urnas. Essa constituinte eleita desta forma iniciava o regime republicano dando continuidade as fraudes eleitorais¹⁹⁶.

Segundo Azevedo Amaral, durante a preparação da Constituição de 1891, duas correntes lutavam pelo domínio do desenvolvimento da política republicana: Rui Barbosa e Júlio de Castilhos. Rui Barbosa com seu conhecimento carregado de espírito jurídico e formação intelectual alinhado com a democracia anglo-saxônica representava as tendências democráticas liberais. Na outra corrente, Júlio de Castilhos, considerado pelo autor, a figura de um grande líder e intelectual político emergido do estágio inicial republicano, defendia de maneira realista os problemas econômicos, a organização estatal e as condições políticas e sociais da população.

Na assembléia que elaborou a Constituição de 1891, preponderaram às idéias de Rui Barbosa, conservando, segundo Azevedo Amaral, os traços de um liberalismo herdado da monarquia e que apresentava despreparo para gerir suas próprias instituições e o federalismo impostos pelas reivindicações das províncias contra o excessivo sistema de centralização do antigo regime¹⁹⁷.

¹⁹⁵ AMARAL, 1941c, p. 162- 163.

¹⁹⁶ Ibid., p. 164- 165.

¹⁹⁷ Ibid., p. 166.

Para o autor, a ação das forças que tinham inclinação a enfraquecer as ligações morais da unidade nacional foi controlada pelo poder de imposição da autoridade militar. Nesse sentido o Brasil passou por uma fase de dificuldades, mas conseguiu superar e conservar a sua unidade nacional, evitando maiores mudanças sociais, econômicas e políticas. Em 15 de novembro de 1894, Floriano Peixoto passou a presidência a Prudente de Moraes, primeiro Presidente civil da República, o Brasil continuava, de certo modo, em uma situação estável da sua estrutura nacional. O Exército que com a Proclamação da República salvara o país dos mais sérios riscos completara seu trabalho controlando os excessos do federalismo e evitando que uma onda de conflitos políticos se propagasse pelo país, garantindo os quatro anos da presidência de Floriano Peixoto.

Apesar das qualidades de Prudente de Moraes, o autor analisa que ele não conseguiu evitar o ambiente de disputas políticas no país, mesmo conseguindo levar até o fim o seu governo devido às demonstrações de comprometimento com a pátria das Forças Armadas. Neste ambiente político foi colocado em destaque sinais que deixavam em alerta os riscos que indicavam o aumento dos ideais regionalistas e prometiam mudar a estrutura federalista da Constituição de 1891 em uma real associação de Estados quase que autônomos¹⁹⁸.

Em 1898, as flutuações cambiais abalaram o crédito brasileiro, principalmente pelos declínios nas cotações do café, e criaram uma situação insustentável para o Tesouro Nacional, tornando impossível o pagamento da dívida externa. Na necessidade de re-erguer o crédito do Brasil foi criado um acordo de apoio ao redor do novo Presidente da República, fazendo com que o Brasil cumprisse os termos firmados junto aos credores externos. Desta forma, assumiu Campos Sales sabendo das dificuldades que teria o seu governo na restauração da estrutura financeira do país.

A indispensável busca pela consolidação da ordem pública e política que permitisse ao governo ter o apoio do Congresso o levou a firmar um pacto de solidariedade com os governadores das unidades federativas, em que cada Governador passava a dirigir o seu Estado, em contrapartida o apoiariam com suas bancadas na Câmara e no Senado. Para o autor, Campos Sales realizou a evolução da política republicana no sentido de tornar o Brasil uma única organização política.

[...] Paralelamente às conveniências da administração financeira, que em uma fase tão crítica seriam certamente atendidas pela coesão disciplinada e dócil das representações no Congresso, aquela política, fortalecendo o poder presidencial em uma escala sem precedente desde o encerramento do

¹⁹⁸ AMARAL, 1941c, p. 166- 167.

período da guerra civil, vinha criar o primeiro elemento de reação eficaz contra as forças centrífugas dos regionalismos dissolventes. Encarada por êste prisma a política dos governadores de Campos Sales marca o ponto de partida de um movimento centralizador, a princípio quasi imperceptível e titubemente, mas que se foi progressivamente definindo, até concretizar-se na ação orgânica desenvolvida pelo Presidente Getúlio Vargas desde a revolução de 1930, para culminar enfim nas configurações do Estado Nacional de 1937¹⁹⁹.

Para Azevedo Amaral a política dos governadores determinou um novo formato ao desenvolvimento do governo fundado em 1891. Nos primeiros vinte anos da criação das instituições republicanas, o poder político se apresentou inserido nas discussões de um sistema oligárquico. Nesse cenário político, segundo o autor, o povo não participava no curso dos acontecimentos, por causa da sua própria ignorância enquanto membro do Estado, sentindo apenas a repercussão do monopólio oligárquico na direção dos negócios públicos que retirava as massas populares da política²⁰⁰.

Segundo Azevedo Amaral, o monopólio do poder das oligarquias entrou em crise nos últimos anos da República Velha. Nessa fase, cresceram as pretensões nacionais por mudanças na ordem política, econômica e social. A Revolução de 1930 foi a expressão dessas pretensões²⁰¹:

Uma inevitável confusão ideológica caracterizou o movimento de Outubro, cujo ímpeto propulsor seguia apenas o rumo traçado pela quasi unanimidade que se formara em torno do reconhecimento implícito da necessidade de uma reforma política radical. A personalidade do Presidente Getúlio Vargas, providencialmente surgida como centro de direção e coordenação desse movimento renovador, impediu a anarquia política, que sem a intervenção desse predestinado chefe nacional teria sido inevitável²⁰².

Segundo Azevedo Amaral, a partir de 1930, foi acentuada a obra de reorganização da Nação. Foram criadas novas instituições e a Constituição de 10 de novembro de 1937 foi uma das maiores expressões da referida obra. A política republicana deveria se adaptar as realidades históricas atuais. O Estado a ser construído estava materializado no Estado Novo e os imperativos econômicos, sociais e políticos apontavam para a necessidade de um Estado de natureza distinta do liberal com funções ampliadas na relação com a sociedade:

¹⁹⁹ AMARAL, 1941c, p. 170.

²⁰⁰ Ibid., p. 170.

²⁰¹ Ibid., p. 171- 172.

²⁰² Ibid., p. 172.

[...] Substituir o Estado político pelo Estado economico, orientado e dirigido exclusivamente pelos órgãos representativos das forças productoras da nação, é preliminar imprescindível ao desenvolvimento de qualquer plano efficaz, para coordenar as energias do Brasil em uma utilização proveitosa dos seus recursos naturais²⁰³.

Esta visão implicava em um Estado com amplo papel de regulação e fomento da atividade econômica, cabendo um papel importante aos intelectuais nesse processo de condução da economia pelo Estado. Eles participariam amplamente da vida política e desta forma, criariam a partir de suas pesquisas um discurso oficial para a ação política, justificando por meio das suas teorias os traços das decisões tomadas pelo Estado Novo.

[...] A função das elites culturais não é propriamente criar uma tábua de valores que sirva de norma à conduta cívica e às atividades sociais e políticas das massas da população. A missão dos intelectuais é mais sutil. Emergidos da coletividade como expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo, os intelectuais são investidos da função de retransmitir às massas, sob forma clara e compreensível, o que nelas é apenas uma idéia indecisa e uma aspiração mal definida²⁰⁴.

Conforme observa a análise de Tótora, para Azevedo Amaral as corporações seriam as bases do poder e da representatividade do Estado fundado na sua identificação com a coletividade nacional. Sobre este aspecto, Azevedo Amaral tenta esclarecer as diferenças entre o conceito de Estado liberal, Estado totalitário e Estado autoritário. O Estado liberal é aquele que se baseia nas funções político-jurídicas, o totalitário e o autoritário estão incluídos nas tendências prático-teóricas do século XX, que liga o Estado a atividade social. No Estado totalitário essa vinculação é dada de forma gradativa em que o Estado exerce as funções da sociedade. O Estado autoritário é aquele que determina a sua vinculação em relação à ordem social, econômica e ideológica, definindo os pontos que dividem a ação do Estado às iniciativas dos grupos que criam a sociedade²⁰⁵.

Ainda segundo a autora, Azevedo Amaral destaca o esforço do poder do Estado autoritário de procurar manter o direito de decisão dos indivíduos e dos grupos sociais, determinado por interesses coletivos. Ele faz essa análise dando um conceito de distinção do Estado autoritário, do Estado liberal e do Estado totalitário para deixar claro o objetivo de manutenção das funções do Estado autoritário em relação à sociedade, sem eliminar as diferenças entre Estado e sociedade:

²⁰³ AMARAL, 1935, p. 236.

²⁰⁴ Id. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Ed. UNB, 1981, p. 158.

²⁰⁵ TÓTORA, 1991, p. 128- 131.

A transformação do Estado político em Estado econômico, isto é, a adoção de finalidades e métodos de governo, tendentes a promover a solução dos problemas práticos que se apresentam no conjunto da realidade nacional, em substituição às atividades que têm caracterizado o exercício do poder público no Brasil, envolve questões que só podem ser apreciadas em função do momento histórico que atravessamos²⁰⁶.

Analisa Tótora, que para Azevedo Amaral, os resultados positivos dessas ações estavam sujeitas a uma mudança na orientação da economia, na conquista de capital necessário e depois na sua organização, tornando mais perfeito os processos técnicos de execução da produção no caminho da industrialização. A República ainda não estava completa no Brasil, segundo o autor, por necessitar de bases industriais, pois uma sociedade forçada ao domínio dos produtos industrializados de outros países e cujos gastos não pode dispensar é privado das exigências fundamentais para a sua organização²⁰⁷.

A organização de um povo só atinge a etapa de desenvolvimento em que se delineiam os traços essenciais de uma nacionalidade, quando no curso do processo sociogênico as formas de produção se tornam suficientemente complexas para permitir à coletividade uma relativa autonomia econômica, habilitando-a a manter a vida civilizada sem estar na indispensável dependência de artigos supridos por outros grupos humanos²⁰⁸.

Azevedo Amaral acreditava que as melhores vantagens encontradas na valorização da Nação eram as que se referiam às relações econômicas de produção, com o Estado assumindo para si a responsabilidade de alavancar o processo de industrialização e controlar as contestações sociais e políticas. Desta forma o Estado autoritário e corporativo que foi sendo formado durante os anos 1930 é diferente do Estado liberal principalmente no papel que exerce sobre a economia. No Estado Liberal as questões econômicas estavam entregues à mercê da sorte, com a economia brasileira se arriscando no livre mercado, cujo modelo vinha sendo abandonado pelas sociedades modernas e em processo de industrialização. Neste cenário o Estado autoritário é bem diferente do Estado totalitário, pois não reduzia os limites de investimentos da iniciativa privada²⁰⁹.

Segundo Azevedo Amaral, dentre as mudanças que estavam ocorrendo na ordem econômica e social das sociedades estava a concentração e centralização do capital, como reação orgânica à anarquia do individualismo liberal, reduzindo os riscos da concorrência e

²⁰⁶ AMARAL, 1935, p. 230.

²⁰⁷ TÓTORA, 1991, p. 133- 134.

²⁰⁸ AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 141.

²⁰⁹ TÓTORA, 1991, p. 135.

aumentando a capacidade de investimento. O autor denomina esse processo de neo-capitalismo²¹⁰.

Tratava-se de conseguir apoiar a idéia de conciliação entre o corporativismo e o regime capitalista, tomando o cuidado em esclarecer que o corporativismo não está em lado oposto com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O autor refere-se à burguesia industrial como a classe que mais tirou vantagem desse processo. Desta forma o Estado tem de ser direto e garantir a segurança do sistema por meio da idéia de planificação econômica²¹¹.

Conforme Azevedo Amaral:

A idéia de planificação pode ser encarada como a mais ampla expressão das tendências do dirigismo econômico. Em outras palavras e exprimindo melhor o pensamento, poderemos dizer que na planificação se sintetizam todos os objetivos para os quais convergem as tendências e os esforços dos que pleiteiam a passagem de uma economia empírica para um regime de sistematização racionalizada na produção da riqueza e na sua distribuição²¹².

No artigo “Realismo Político e Democracia”, Azevedo Amaral retoma as preocupações com a representação política brasileira propondo a substituição da representação democrático-liberal por uma organização corporativa²¹³.

Esta correlação entre a formação de uma classe detentora, não apenas de bens em abundância, mas do controle da economia coletiva e o surto das instituições democráticas, não é um fenômeno acidental. Sem dificuldade, pode-se mostrar como aquela concentração da riqueza, isto é, o que na tecnologia moderna se chama capitalismo, tem forçosamente de refletir-se no plano político em instituições do tipo democrático. Toda a organização estatal é a expressão da vontade de domínio de um grupo social que se impõe aos outros e, na lógica de semelhante situação, procura organizar a sociedade de maneira a tornar mais eficaz, estável e fácil o seu predomínio²¹⁴.

A democracia liberal esteve representada por uma classe que possuía alta ascensão social e predomínio político e econômico sobre as outras classes. Fundaram instituições capazes de elaborar mecanismos de coerção social que se especializaram no exercício do poder, às vezes por meio da força, habituados às armas e a guerras e às vezes por meio da riqueza de oligarquias capitalistas que, impondo costumes e tradições à manipulação das

²¹⁰ AMARAL, 1930, p. 258.

²¹¹ TÓTORA, 1991, p. 137- 138.

²¹² AMARAL, 1981, p. 139.

²¹³ Id. Realismo político e democracia. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 157-173, mar., 1941a, p. 160.

²¹⁴ Ibid., p. 161.

massas, satisfaziam as carências da classe capitalista que estava sendo constituída desde a Renascença da Europa²¹⁵.

O traço característico desse regime foi a substituição dos métodos feudais de dominação das massas por processos que asseguram à nova classe dirigente o exercício do poder e as suas vantagens materiais, sem o emprêgo tão ostensivo da força coercitiva²¹⁶.

Segundo Azevedo Amaral, apresentando-se como uma democracia parlamentar e eleitoral de forma a incutir nas massas que elas estavam exercendo a sua democracia política mediante o exercício do sufrágio universal, o governo imposto pela democracia liberal iludia as massas de que elas estavam realizando as suas necessidades econômicas, políticas e sociais. Segundo o mesmo autor, os partidos políticos eram invenções desta classe por trás das cortinas, pois os rumos políticos e econômicos do país já estavam definidos. O partido que viesse a vencer nas urnas, mesmo sendo o partido a estrutura principal da democracia liberal, serviria apenas de mecanismo para o predomínio dos interesses econômicos e políticos de uma classe.

A difusão da cultura popular, o aparecimento de homens superiores entre as massas, a lição impressionante do insucesso na realização das aspirações populares de ordem econômica e social, apesar do aumento incessante das aparências de poder político das massas, foram outros tantos fatores de esclarecimento do espírito das multidões. Havia evidentemente alguma coisa falsa na estrutura do liberalismo democrático²¹⁷.

Segundo o autor, com o passar do tempo, houve o enfraquecimento no poder de dominação dessa forma de governo e o povo foi se desencantando, principalmente com o aumento da desigualdade social e econômica, seguindo em direção a surtos revolucionários que vinham desde o século XIX e início do século XX. A democracia para ele precisava adaptar-se aos novos tempos e libertar-se do modelo que a liberal democracia levou aos países que a adotaram como regime político. Neste sentido, segundo o autor, no Brasil o nacionalismo do Estado Novo iria se colocar contra a propagação mundial de instituições que seguissem esse modelo²¹⁸.

Neste novo regime ficavam extintos os partidos políticos, pois a forma eleitoral não representava a vontade dos grupos sociais que formavam a Nação e o corporativismo seria a nova forma das instituições representarem e definirem a sua democracia. Para o autor, um

²¹⁵ AMARAL, 1941a, p. 161- 162.

²¹⁶ Ibid., p. 162.

²¹⁷ Ibid., p. 164.

²¹⁸ Ibid., p. 167.

regime verdadeiramente democrático deveria ser intensificado com o Estado investindo em organização corporativa da economia e do poder político representado nos sindicatos que passariam a ter maior poder político, pois aproximava o povo do Presidente Getúlio Vargas.

Com base na orientação política e no pensamento do Presidente Getúlio Vargas, Azevedo Amaral escreve o artigo “A Revolução Brasileira”:

Em 1930 o Brasil havia evoluído social e economicamente, de modo a apresentarem-se condições inteiramente novas e nas quais a associação de elementos de elite que formavam a classe dirigente com as massas da população podia espontaneamente organizar-se, como de fato se verificou nos anos precedente à revolução e no momento da crise decisiva de Outubro. A possibilidade da ação coordenada dos dirigentes de um movimento revolucionário com o povo deu lugar a que se tornasse viável o preparo moral da revolução²¹⁹.

O autor assinala que se não houve preparação educativa às massas, houve preparo moral de forma que elas notassem a atmosfera política e a incompatibilidade das instituições e dos métodos de ação do governo frente à realidade nacional. A revolução de 1930 operou-se, segundo o autor, com o assentimento da quase unanimidade do povo brasileiro e mesmo entre aqueles que permaneciam indiferentes ou resistiam, tinham consciência da necessidade de transformação contra as crises advindas pelas sucessões presidenciais e pelas instituições que não representavam a vontade popular e acabavam manifestando anarquia ou imposições das oligarquias²²⁰.

O conservadorismo impedia o antigo regime perceber as transformações em curso no país. De acordo com o autor, houve a aceleração do processo de industrialização no Brasil, criada pelas condições da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Neste processo, a população de proletários aumentara consideravelmente nos parques industriais ocasionando severas mudanças na estrutura das cidades²²¹.

A revolução de 1930 acontecia depois das circunstâncias mais adversas de uma crise econômica sucedida da desvalorização dos preços de exportação do café, principal produto brasileiro e que nesse momento financiava a industrialização do país. Mediante isso, acontecia a falta de trabalho e aumento do desemprego advindo com a crise de 1929. Segundo o autor, a figura de Getúlio Vargas trouxe soluções para o país naquele momento e a sua imagem estava associada à revolução de 1930 que traria um divisor de águas entre o novo e o velho Brasil:

²¹⁹ AMARAL, Azevedo. A revolução brasileira. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 133-142, jul., 1941d, p. 136.

²²⁰ Ibid., p. 136- 137.

²²¹ Ibid., p. 138- 139.

[...] A situação financeira tornava-se precária com a acentuação da próxima derrocada do plano de estabilização monetária, cujo fracasso já era enunciado pelo retorno para o estrangeiro do ouro que afluía à Caixa de Estabilização.

Não faltavam, portanto fatores de grave complicação da crise política revolucionária. Um elemento entretanto surge, coordenando correntes contraditórias, abordando com eficácia e decisão os problemas que reclamavam soluções imediatas e impondo o ritmo de uma vontade orientadora às forças que tendiam a criar o caos sobre as ruínas do regime demolido. Esse elemento foi à personalidade do Presidente Getúlio Vargas²²².

Para Silvana Tótor, o afastamento de uma orientação para os reais alvos a serem alcançados por meio da revolução foi resultado de um conjunto de fatores que uniram uma diferente natureza de forças sociais na Aliança Liberal. A Primeira República vinha se diluindo pelos resultados de um poder político liberal que vinha se desestruturando de forma contrária a real situação econômica do Brasil. A causa principal, para Azevedo Amaral, e que determinou o fim da Primeira República foi à crise no setor cafeeiro ocasionando a paralisação econômica e a queda da classe social que mantinha o Estado.

O Estado desmoronou porque ficou sem base de apoio e não teve outra força política capaz naquele instante de continuar na sua direção. O autor determina esse fato como vácuo do poder, ocasionado pelo abandono da burguesia cafeeira. A insegurança política que continuou depois da revolução de 1930 constatou a falta de capacidade de outra força social preparada para tomar a direção do Estado e cujo problema foi contornado pela direção de Getúlio Vargas que passou a ter um sentido progressivo sobre a adaptação aos problemas econômicos, políticos e sociais.

[...] Não podemos jamais retornar ao eleitoralismo, ao parlamentarismo, aos partidos, ao predomínio das forças dos regionalismos particularistas ou à ascendência oculta e perigosa dos interesses do super-capitalismo cosmopolita, que nos governava através das assembléias políticas. Para trás não se pode dar mais um passo. E por este motivo, a ordem estabelecida em 10 de Novembro de 1937 é definitiva²²³.

Para Ângela de Castro Gomes, a ideologia formulada pelos autores autoritários é iniciada da ação de uma exposição pública de um fato existente surgido como um acontecimento no processo político e tomado como um meio de ligação para dar origem a fatos do “que se deseja que exista”, constituindo como objeto de projetos políticos²²⁴.

²²² AMARAL, 1941d, p. 140.

²²³ Ibid., p. 141.

²²⁴ GOMES, 1988, p. 205.

Segundo a autora, o novo significado atribuído à democracia social irá resumir o centro do projeto político do Estado Novo. O regime compreendeu essa realidade pela criação de esquemas interpretativos que tornariam legítimo os discursos dos intelectuais que escreviam novamente a história do Brasil. Os acontecimentos que levaram a implantação do Estado Novo tornaram possível seguir um projeto político de mudança do modelo econômico, social e político da Nação. Ainda, segundo Castro Gomes:

Na interpretação de Azevedo Amaral, a primeira tarefa do novo Estado Nacional era a própria recuperação do conceito de revolução. Este conceito havia sido desvirtuado pela liberal-democracia, que o identificava com um “colapso de estruturas” e com uma “transformação violenta de quadros dirigentes”. O conceito de revolução assumia, nesta visão, uma conotação eminentemente destrutiva, desorganizadora. Não era este, contudo, o real significado do fato revolucionário, como o demonstrava a experiência da revolução brasileira²²⁵.

Podemos concluir das idéias de Azevedo Amaral que as condições históricas do período não permitiram ao autor a percepção de todas as potencialidades do Estado, na direção das mudanças estruturais, contudo sem violar os princípios capitalistas, teve consciência de que as potencialidades que estavam sendo formadas no Brasil deveriam seguir o caminho da industrialização como forma de desenvolvimento econômico.

3.4 CASSIANO RICARDO

A atuação de Cassiano Ricardo no Estado Novo tem início a partir da sua aproximação com Getúlio Vargas em 1941, quando levado ao seu encontro, a pedido do presidente, motivado pela leitura de um de seus livros “O Brasil no original”²²⁶. Neste livro, publicado em 1937, o autor sustentava a idéia de democracia social, deixando de fora o comunismo e o fascismo. Getúlio Vargas atraído pelos seus escritos notou que eles mantinham os valores da cultura brasileira no sentimento dado ao povo, podendo ser aperfeiçoados para seus interesses. Neste tempo e já sendo uma personalidade reconhecida como poeta, como membro da Academia Brasileira de Letras desde 1937 e pelos postos que havia ocupado, recebe em 24 de maio de 1941 o convite para dirigir o Jornal “A Manhã”, no Rio de Janeiro²²⁷.

²²⁵ GOMES, 1988, p. 207.

²²⁶ RICARDO, Cassiano. *O Brasil no original*. 2.ed. São Paulo: Coleção Cultural da Bandeira, 1937.

²²⁷ Id. *Viagem no tempo e no espaço*: memórias. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 155-156.

Para Raúl Antelo, Cassiano Ricardo foi um forte influenciador do ataque propagandista de 1941. Cooptado por Getúlio Vargas, lançou o jornal proposto pelo governo que obteve grande tiragem. A sua tarefa era dar a definição de um Brasil nacionalista e original com uma democracia social brasileira e nesse sentido se dispunha a tomar para si um compromisso ideológico no qual literatura e política corriam caminhos paralelos, não hesitando na tentativa de legitimar o regime²²⁸.

Conforme observa Castro Gomes, o jornal “A Manhã” possuía intenção doutrinária e cultural. Estava ligado ao conjunto de propostas do Estado Novo que envolvia os Ministérios da Educação e Saúde, do Trabalho Indústria e Comércio e outros órgãos do governo, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)²²⁹.

Segundo Raúl Antelo, nas análises de Cassiano Ricardo, os acontecimentos de 1930 tinham como idéias centrais força e ruptura, determinantes do grande movimento do Estado que estava sendo formado e na qual a perspectiva de 1937 era a de um Estado novo e bandeirante oposto as ideologias que separavam o espírito de unidade nacional. Neste Estado, a idéia de revolução foi substituída pela noção de adoração às tradições populares, que não se podem mudar e merecedoras de respeito que não implicavam na solução de todos os conflitos, mas retirava os ataques contra a política, cuja raiz era tida como histórica. A forma que coube ao autor enquanto ligação entre o escritor e a realidade era o de determinar a força documental ao que não se apreendia de momento, congelando o tempo e descrevendo a vida social do Brasil, confundindo a literatura com uma imagem da vida habitual do povo²³⁰.

No livro “Marcha para o Oeste”, Cassiano Ricardo busca justificar a necessidade de conquistas dos espaços do sertão brasileiro, visto como um mundo estranho, isolado por imensos territórios vazios, habitados por mestiços e pobres vivendo sem leis e facilidades do mundo civilizado. Cassiano Ricardo irá fundamentar sua obra sobre o bandeirismo baseando-se principalmente nos estudos dos escritores Afonso de Taunay e Paulo Prado, contudo, dando outro significado ao conhecimento que eles haviam elaborado²³¹.

Para Vera Lúcia de Oliveira ao passo que a Antropofagia buscava rever os acontecimentos da história nacional, da vinda de Pedro Álvares Cabral até as décadas iniciais do século XX, o grupo Verde-amarelo, ao qual pertenceu Cassiano Ricardo, se diferenciava destacando um momento específico da colonização, unindo ao movimento das bandeiras dos

²²⁸ ANTELO, Raúl. **Literatura em revista**. São Paulo: Ática, 1984, p. 10- 11.

²²⁹ GOMES, 1999, p. 27- 28.

²³⁰ ANTELO, 1984, p. 60.

²³¹ RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: A Influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil**. 3ª edição, vol. 2, Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1959.

séculos XVI, XVII e XVIII em diversas regiões da América do Sul. O autor transformou-se em um dos historiadores do bandeirismo junto da função intelectual e jornalística²³².

Conforme Oliveira, Cassiano Ricardo considerava que Portugal no primeiro momento não mostrava interesse pela colonização do território encontrado e estava comprometido com os intercâmbios comerciais com as Índias orientais. Os franceses, seguidos pelos ingleses e holandeses viam naquelas áreas um mercado de riquezas naturais, como o pau-brasil, encontrado em grande quantidade na América do Sul. Tratava-se de impedir que as Nações européias estabelecessem as bases de uma vantajosa aproximação de troca com os índios, provocando o alerta da coroa portuguesa seguida da sua posse do Brasil. A colonização portuguesa na costa litorânea brasileira levará a instalação de engenhos, principalmente no Nordeste, levando benfeitorias a essa região²³³.

A região Sul de São Paulo, por um conjunto de caracteres geográficos, não alcançava desenvolvimento, diante da totalidade da ação constitutiva da terra naquela região e a existência da Serra do Mar, formando obstáculos naturais a expansão da grande propriedade. As variações do clima aliado as baixas temperaturas daquela região não ajudava no cultivo da cana-de-açúcar. O latifúndio não apontava como uma decisão realizável para aquela parte do país que não tinha o necessário para viver e era destituído de posses econômicas, em tal intensidade que o governo português por pouco não se livra daquela região. Os habitantes de São Paulo sustentavam-se por responsabilidade própria, dando origem a uma sociedade com traços próprios e uma estrutura de subsistência apoiada na pequena propriedade. Essa sociedade constituída, em numerosa parte por mestiços, tinha sensibilidade e atração pelas terras a serem exploradas. Estimulados pelos contos de riquezas escondidas, e pela própria pobreza em que viviam, os paulistas começaram a sua marcha para o Oeste do continente, conforme observa Oliveira.

Cassiano Ricardo explica que o significado do termo bandeirante era definido como sendo homens independentes, democráticos, desprovidos de preconceitos raciais, com um fundamental e antecipado sentimento de servir a pátria, mesmo sofrendo obstáculos na procura pelos seus sonhos. Ele buscava provar que os bandeirantes, ao oposto do que se havia registrado pelos historiadores, foram homens notáveis pelo feito de ampliarem as fronteiras nacionais, nos séculos XVII e XVIII, formando uma sociedade democrática e rebelde a

²³² OLIVEIRA, Vera Lúcia de. **Poesia, mito e história no modernismo brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 220- 221.

²³³ Ibid., p. 223- 224.

autoridade portuguesa, tornando nesse sentido, o símbolo do Brasil moderno e independente, conforme escreve em seu livro “Pequeno ensaio de Bandeirologia”²³⁴.

Segundo a autora, é distante a interpretação de visão que Cassiano Ricardo tinha em relação a outros historiadores que estudam o mesmo tema, em que os bandeirantes são vistos como ferozes e cruéis sem hesitações morais ou religiosas, em combate com o rei e outras autoridades, preparados para todas as adversidades, reproduzindo uma imagem e uma circunstância questionável da história brasileira. Se não são discutíveis os merecimentos de suas explorações, de outro lado são destacados que muito de seus feitos significam uma triste página da história, sobretudo para as populações indígenas e negras²³⁵.

Estudiosos como Alfredo Ellis, esboçaram esse período da história brasileira reconstruindo o cotidiano dos bandeirantes, suas moradias, educação, costumes, economia, organização familiar, religiosidade, o vestuário, entre outras. Verificaram que as suas situações eram sofridas, suas habitações simples, o grau de seus estudos por pouco inexistentes. Havia além de tudo doenças que matavam populações inteiras. Por meio dessa falta de condições fizeram da caça aos índios uma das suas essenciais atividades econômica. Os moradores do Planalto de Piratininga não tinham outra fonte de renda, por causa da região onde se encontravam. São Vicente estava fora dos ciclos econômicos do pau-brasil e da cana-de-açúcar. Esta Província estava sofrendo a miséria e a falta de condições necessárias de uma vida mais pobre que a do Nordeste, estimulando os paulistas ao comércio de escravos indígena para servirem de mão-de-obra²³⁶.

Vera Lucia Oliveira destaca que esse trabalho estava em nível de reduzida lucratividade por causa dos obstáculos surgidos, principalmente depois do descobrimento do ouro, em várias regiões do interior. O bandeirante tomou para si a direção e conheceu novas formas econômicas, tornando-se menos militarizado e criando ao redor das minas centros econômicos e habitacionais.

Segundo a autora, Cassiano Ricardo assumiu uma postura individual em relação às ações concedidas aos bandeirantes e aos testemunhos, principalmente dos jesuítas, sobre as mortes e devastações terríveis que esses exploradores fizeram pelo interior adentro. O autor ficou a favor dos que insistem em destacar as realizações que esses habitantes, apesar de simples e incultos, tiveram capacidade de fundar cidades e abrir vias de comunicações. Visto por outro ângulo, Cassiano Ricardo tentou modificar os fatos que não se podem contestar,

²³⁴ RICARDO, Cassiano. **Pequeno ensaio de bandeirologia**. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1956, p. 33-34.

²³⁵ OLIVEIRA, 2002, p. 224- 226.

²³⁶ Ibid., p. 226- 227.

pois são históricos em relação a todos os aspectos negativos que representam essas viagens de exploração militar. Ele estava tentando minimizar os choques que, nas formulações do autor, não iam além de conclusões apoiadas em preconceitos que em eventos realmente acontecidos²³⁷.

Uma das mais pesadas responsabilidades em relação aos bandeirantes foi o de destruir e escravizar populações indígenas inteiras. O movimento das bandeiras e a caça aos índios são apontados como as causas deste extermínio e foram colocadas pelo autor no final de todas, quando é clara a pretensão dessa busca.

Cassiano Ricardo se propõe a rever os acontecimentos históricos investigando autores que pesquisaram o período colonial: Pêro Lopes de Souza, José de Anchieta, Jean de Léry, Gabriel Soares de Souza, Fernão Cardim, Simão de Vasconcelos, assim como estudiosos modernos que pesquisaram o período: Serafim Leite, Gilberto Freyre, Teodoro Sampaio, Couto de Magalhães, Jaime Cortesão, Oliveira Vianna, Pedro Calmon, Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Bernardo Ellis, Afonso de Taunay, Basílio de Magalhães, Sérgio Buarque de Holanda, Alcântara Machado²³⁸.

Cassiano Ricardo questiona as pesquisas que focalizavam exageradamente as feições que recusavam o expansionismo presente nos séculos XVI e XVII, ou aqueles que não conseguiam classificar todas as manifestações do contexto histórico, sendo suficiente para apresentar a culpa pela falta de utilidade de métodos confiáveis para se chegar as conclusões estabelecidas, defendendo em sua visão, os paulistas contra todas as acusações. Era a leitura que o autor fazia destes fatos, desconsiderando os estudos a respeito das crueldades em que os bandeirantes conviviam com os milhares de índios escravizados, mesmo aceitando as críticas sobre a violência que exerceram e que são discutidas em várias obras²³⁹.

Segundo Vera Lucia Oliveira, para Cassiano Ricardo os fins justificam os meios, pela junção do intelectual ideológico e político assumindo responsabilidade com Getulio Vargas e com o Estado Novo, transformando-se em um historiador do bandeirismo que em nome do comprometimento com a pátria admitia a violência, bem diferente das poesias que criava²⁴⁰.

Esse olhar dos fatos históricos transformados em mito foi alvo de muitas críticas dirigidas ao autor e ao grupo Verde-amarelo por intelectuais próximos a Antropofagia. Para os antropófagos, era necessária a pesquisa dos fatos do passado para dissolver idéias e mitos

²³⁷ OLIVEIRA, 2002, p. 227- 228.

²³⁸ Ibid., p. 228- 229.

²³⁹ Ibid., p. 229- 230.

²⁴⁰ Ibid., p. 230.

pela falta de concordância com os fatos reais, mesmo aqueles adequados a ideologias. Retornar ao ponto de partida era fazer o caminho desde o início, retirando preconceitos e representações enganosas, sobre o passado de um Brasil que trazia junto a si a lembrança de tantos sofrimentos e angústias acumuladas pelo passar dos tempos²⁴¹.

Para Vera Lucia Oliveira, o olhar de Cassiano Ricardo é a do “branco europeu”. O autor buscou atenuar a separação forçada que existiu entre os três grupos étnicos: branco, negro e índio declarando que com os bandeirantes é observada uma “democracia na mestiçagem”, originada da “multiplicidade étnica” da mistura de raças entre portugueses, negros, índios, espanhóis²⁴².

Os episódios reais contra a população indígena e negra que receberam uma representação forjada de Cassiano Ricardo foram descritos em sua teoria como vivendo em harmonia com os outros grupos sociais, como os portugueses e espanhóis. O autor chegou a apelação descabida de supor que índios, assim como os negros poderiam não ter notado ou sentido a fundo os constrangimentos físicos e morais da escravidão. O intuito era demonstrar uma valorização das raízes culturais, em desconstruir a sua organização cultural, econômica, política, religiosa, entre outras formas de manifestação desses grupos. De forma alguma se pode aceitar que o Brasil moderno demonstre desconhecimento da sua responsabilidade na ação do “extermínio de negros, mestiços e índios”²⁴³.

No artigo que publicou para a Revista *Cultura Política*, Cassiano Ricardo recupera grande parte dessas idéias. Para o autor o Estado Novo realizava o governo forte e democrático, não se limitando apenas a face jurídica, mas retomando o sentido de brasilidade encontrada na marcha para o Oeste. Nesse sentido um retorno as fontes históricas, étnicas, políticas e econômicas e a posição do Brasil face ao mundo moderno buscando comprovar autenticidade e identidade própria do Estado Novo em face às críticas a Constituição de 1937²⁴⁴.

Os três grupos sociais que considerava ter dado início à democracia no Brasil colonial foram formados de acordo com a localização geográfica. O primeiro era a sociedade agrária do litoral, caracterizada pela monocultura constituída por brancos patriarcais e polígamos, por escravos das senzalas, por agregados, e por vassalos das casas-grande o que representam no conjunto o imenso poder feudal.

²⁴¹ OLIVEIRA, 2002, p. 230- 231.

²⁴² Ibid., p. 232.

²⁴³ Ibid., p. 232- 233.

²⁴⁴ RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. *Cultura Política*. Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 110-132, mar., 1941, p. 111.

O segundo grupo formava a sociedade pastoril que estava localizada nos sertões e constituíam o Nordeste, dos vaqueiros e dos currais. A terceira era a sociedade bandeirante, ao Sul e de localização entre as serras, mestiçadas por aborígenes separados de outros grupos sociais pela distância e pela Serra do Mar, entregues ao objetivo de explorar ouro e prata²⁴⁵.

Para Cassiano Ricardo, as duas possibilidades portuguesas eram as descobertas e as minas. O conquistador criou uma forma de feudalismo com base no cultivo da monocultura latifundiária da cana-de-açúcar. Este foi o caso do Nordeste. Nesta região, a propriedade latifundiária levava o senhor feudal a comandar as milícias rurais. No Sul, a falta de apego do planaltino à propriedade explicaria o processo de movimento da bandeira. Nesse sentido, o homem do planalto pode ser bandeirante e se meter no mato à procura dos mitos e das riquezas:²⁴⁶

De um lado, terra a dentro e em marcha para o Oeste – a bandeira; do outro lado, acumpliciado com o capitalismo europeu, a casa grande. Disso resulta que êsses dois grupos sociais teem, inicialmente, direções antagônicas. Um regressa ao feudalismo, como ficou dito; e o outro caminha para fórmulas inaugurais de vida e de economia²⁴⁷.

Segundo o autor no confronto das três sociedades e dos tipos representativos de cada: agricultor, criador de gado, fazendeiro, senhor de engenho, proprietário de latifúndio, nenhum deles se confundiam com o tipo social bandeirante. O bandeirante podia estar travestido de policultor ou criador de gado sem que esta atividade o desfigurasse. Apenas o minerador continuava a ser bandeirante até certo ponto, pois o ouro da mineração era o objetivo da bandeira, organizando “novas bandeiras para a conquista de novos descobertos”. Nesse sentido durante a caça ao índio o bandeirante era mandatário do agricultor, fornecendo braços para o cultivo.

A bandeira segundo Cassiano Ricardo nasce da primeira geração de mamelucos de acordo com a mestiçagem de portugueses com guaianás. No planalto moravam também ingleses, italianos, franceses, espanhóis, africanos trazidos por Afonso Sardinha em 1590. “A policultura e a pequena propriedade marcaram a organização do planalto”²⁴⁸.

Reuniam-se politicamente na tomada de decisões para escolha dos governadores locais predominando a vontade deste povo. São Paulo ficava deserta e paralisada, pois estaria no sertão. Segundo o autor, a formação dessa sociedade bandeirante está confirmada nas Atas

²⁴⁵ RICARDO, 1941, p. 111- 112.

²⁴⁶ Ibid., p. 112.

²⁴⁷ Ibid., p. 112.

²⁴⁸ Ibid., p. 113.

da Câmara do período que relatavam, por exemplo, que a vila ficou deserta pelo motivo dos moradores estarem no sertão ou que a Câmara não poderia se reunir pelo fato dos eleitos estarem bandeirando²⁴⁹.

As duas realidades que se abriam, segundo o autor, depois da expulsão dos jesuítas em 1640, quais sejam: a bandeira em rumo ao sertão e a participação do povo na vida política, o que o autor denominava de “democracia da República de Piratininga”. O povo intervenha na formulação de questões que se abriam, entre as quais a de intervir nas questões da propriedade, na produção, na concessão do campo para a criação de gado em comum, nos preços das mercadorias, nas regulamentações de ofícios. Cassiano Ricardo considerava que a cidade de São Paulo foi no séc. XVI e XVII uma espécie de comunidade em República e neste sentido acreditava que existiu uma República em Piratininga, de um povo livre e independente, relatado nas Atas da Câmara do período²⁵⁰.

[...] Porque a república de Piratininga chegou a ser comentada por historiadores estrangeiros e reinóis e, afinal, proclamada por êsses mesmos historiadores. Não bastasse a linguagem das atas - pois cada ata da câmara é uma proclamação ruidosa de povo livre e independente – e bastariam os atos da governança relativos à expulsão dos jesuítas, à destituição do governador geral, à decretação da moeda local e às eleições de governança “com elementos tirados do próprio povo” para que a república de Piratininga não fôsse um mito e sim uma realidade social e histórica irrecusável²⁵¹.

Para o autor a divisão do trabalho ocorria em função da hierarquização das cores que a colônia mantinha separada uma das outras em aldeamentos. No momento em que se estabelecia a direção, todos marchavam juntos e, em certos pontos segundo o autor, um deixava de ser escravo do outro:

[...] O “comandante” ou “chefe de bandeira” substitúe o senhor feudal. O “índio em movimento” substitúe o índio escravizado. A obediência do negro, e o seu aproveitamento nas horas de sedentarismo corrigem-lhe a escravidão. Formada de todas as raças, três riscos psicológicos bem marcados formam a trama moral de cada bandeira: comando, obediência, movimento. Enquanto é comando, o momento é mameluco; quando movimento, o momento é índio; quando pára, o momento é africano²⁵².

Segundo o autor o bandeirante é o elemento de ordem e proteção. Nesse sentido afirma que a bandeira nasce num meio democrático e a sua mobilidade é explicada pela

²⁴⁹ RICARDO, 1941, p. 114.

²⁵⁰ Ibid. p. 115.

²⁵¹ Ibid., p. 116.

²⁵² Ibid., p. 116.

pequena agricultura que povoa o país e no combate as manifestações indígenas e de negros aquilombados. A bandeira não é o único ponto de irradiação da sociedade colonial, entre outros fatores ele aponta: os aspectos geográficos da região, a desfeudalização dos engenhos para a corrida para as minas de ouro, o povoamento que se inicia com o curral e com a lavoura nos caminhos que levam as minas, o processo das sesmarias que forneciam pequenos lotes de terras para aumentar o povoamento e evitar por meio da pequena propriedade a falta de mantimentos aos mais pobres e o monopólio dos latifúndios, a maior divisão do trabalho nas zonas de ouro, a descentralização do governo e o emprego para milhares de negros, índios e mestiços que se dedicam ao garimpo do ouro, a formação de um maior nivelamento social.

Toda a população da colônia se aglomera em torno dos descobertos em que o minerador podia ser um homem de poucas posses, africanos fugidos dos engenhos e que entram no bandeirismo por conta própria, assim como milhares de negros livres e mulatos que encontram subsistência no trabalho exercido na retirada do ouro das minas²⁵³.

Neste cenário o Planalto estava alheio ao que se passava na Europa de forma que o grupo social que se formara estava governando a si mesmo. Segundo o autor, sem um governo independente não teria havido bandeira, ou seja, este grupo social formado de sentimentos contrários seguindo para dentro do sertão e na mesma direção:

[...] E mesmo quando explode o interesse econômico, em torno de cada descoberto, o que se vê é a eleição de quem os governe “acomodando a todos amorosamente e conservando o povo unido para se entabularem as minas”²⁵⁴.

Para Cassiano Ricardo, o Chefe da bandeira exerce o governo no momento em que ele se desfeudaliza da economia da Casa-grande e, atraído pelas minas de ouro, se afasta da aristocracia rural, exercendo liderança sobre os grupos aborígenes. Desta forma, o Chefe da bandeira exerce o governo pela delegação do Capitão-mor das costas, e por delegação das autoridades coloniais para que substituíssem por vezes as milícias pagas e também por delegação do próprio Capitão-mor de guerra que prefere o exercício seguro do cargo, deixando a direção e a chefia das expedições aos bandeirantes.

[...] Dirão alguns que, nesta hipótese, principalmente, não exercia êle o govêrno por “conta própria” e sim em nome da corôa, mediante uma concessão do rei ou da autoridade reinol. Não se trataria, então, de um caso de self-government e sim de uma delegação do poder - que seria coisa

²⁵³ RICARDO, 1941, p. 118.

²⁵⁴ Ibid., p. 120.

diversa. Enganam-se, porém, os que assim raciocinam. No primeiro caso o govêrno poderia ser apenas um momento de rebeldia contra a corôa, ou de autonomia motivada pela distância, pelo isolamento, pela “ausência de sincretismo” entre a autoridade da terra (nativa) e do litoral (reinol) e tais hiatos poderiam ser corrigidos - como em parte o foram - pela presença do poder português e consequentemente destituição das autoridades locais, que se haviam transformado em “régulos perigosos”. Pois não chegaram os paulistas a expulsar governadores gerais? No segundo caso, abrindo mão do poder militar em favor da bandeira, era o próprio Estado português quem se reconhecia incapaz e se tornava cúmplice de sua destruição²⁵⁵.

Segundo o autor, na formação do nosso “self-government”, se distingue duas fases em que a primeira é a gênese do governo instituída pela massa da população. Na segunda fase era o ataque ao Estado português pela rebeldia, pelo não cumprimento das ordens régias e pelo exercício do poder militar pelo bandeirante e desta forma tinha a colaboração inconsciente do poder da metrópole. Porém o bandeirante, mesmo que quisesse não poderia continuar o Estado português, pois era o tipo menos apropriado para o estilo e cultura européia. Nos dois casos, a bandeira constituiu o “primeiro ensaio de self-government”²⁵⁶.

Para Cassiano Ricardo o cabo de tropa é o governante da República de Piratininga e se torna chefe da bandeira e capitão- mor das minas do governador, tornando-se indispensável aos conquistadores e exercendo um posto de governo e administração no movimento em que se descobrem as minas. Conforme o autor, o poder colonial recua ente 1640 e 1709 perante este poder formado e que podem ser considerados de um poder nascido da terra em contraposição ao litoral e ao reino:

[...] Por fim, cada bandeirante leva um “regimento”, que é uma pequena constituição na qual se lhe traçam as normas de govêrno. Em virtude dessa constituição, o chefe do grupo é um verdadeiro chefe de Estado. Praticam-se atos jurídicos em pleno sertão, para “bem e justiça dos capitães”. Asseguram-se os objetivos e o estilo de vida que caracterizam o agrupamento. Existe um govêrno legal, garantindo a ordem civil. Existe uma “fôrma de govêrno”, que é o germe de uma democracia social interessantíssima, em que todos os componentes, do grupo teem a sua utilidade, uns solidários com os outros e todos integrados numa só alma – obediente à firme unidade de comando²⁵⁷.

Para Cassiano Ricardo os primeiros estudos sobre este período estavam ligados a uma elite paulista que dimensionavam o bandeirante a um símbolo que conclamava seus

²⁵⁵ RICARDO, 1941, p. 120- 121.

²⁵⁶ Ibid., p. 121.

²⁵⁷ Ibid., p. 123.

filhos a lutarem pelas reivindicações de autonomia dos Estados e da federação brasileira contra o poder político de centralização da nação. Entretanto ele propôs outro sentido:

Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que novamente caminha para oeste, realizando o seu imperialismo interno, palmo a palmo. Ainda uma luta em extensão, com os primeiros marcos da profundidade. Estudam-se meios para o início mais vigoroso da nova arremedida. Fala-se nos traçados das ferrovias que possibilitem a avançada, mas os cursos dos nossos grandes rios, como o Amazonas, o Araguaia, o São Francisco e Tocantins não são desmembrados no exame das possibilidades de transporte. Indaga-se do material humano mais conveniente para o povoamento das zonas limítrofes, chamadas “fronteiras guaraní”. Apontam-se as riquezas que o Brasil guarda, quase virgens, pelas terras que confinam com as dos países do oeste²⁵⁸.

Neste artigo, o autor destaca a concentração de poder nas mãos do chefe da bandeira, a expansão geográfica, a miscigenação como instrumento de democratização e a integração territorial proporcionado pelo movimento bandeirista, formando o contorno físico do Estado nacional. Os mesmos símbolos de luta pela autonomia dos Estados mais ricos transformaram-se, mediante suas análises, nos de unidade nacional em que o bandeirante de símbolo paulista se transformou em símbolo nacional. Ele propôs apresentar um projeto de Nação que passasse por um governo forte, liderado por Getúlio Vargas, dotado de qualidades semelhantes às dos comandantes das bandeiras no início da colonização. Na medida em que fosse libertando o país das influências negativas do litoral, a bandeira estaria eliminando o feudalismo e a aristocracia, estabelecendo o confronto entre o sertão, visto como reserva de brasilidade, e o litoral, entendido como portal de entrada de idéias que corrompem a nacionalidade, vindas principalmente da Europa:

Não haverá mesmo surpresa em se dizer que o Estado Novo é várias vezes bandeirante.

Bandeirante no apelo às origens brasileiras; na defesa de nossas fronteiras espirituais contra quaisquer ideologias exóticas e dissolventes da nacionalidade; no espírito unitário, um tanto antifederalista; na soma de autoridade conferida ao chefe nacional: na “marcha para o oeste” que é também sinônimo do nosso imperialismo interno e no seu próprio conceito; isto é, no seu conceito “dinâmico” de Estado²⁵⁹.

O autor considerava que a democracia social era estabelecida pelas bandeiras e suas bases estavam na constituição familiar patriarcal. A bandeira era um Estado em miniatura, origem na formação do Estado brasileiro, em que nela estava incluído o branco, o negro e o

²⁵⁸ RICARDO, 1941, p. 128.

²⁵⁹ Ibid., p. 132.

índio, dando aspecto de democracia racial e de unidade nacional. A bandeira se tornava gênese do Estado Novo e o bandeirante um símbolo nacional²⁶⁰.

Nesse sentido, para Cassiano Ricardo, o ato de marchar para o centro, para o Oeste, significava a integração de milhares de brasileiros à união nacional, aproximando as zonas coloniais aos centros metropolitanos e integrá-los levando assistências às populações sertanejas. A Nação integrada em marcha, compreendida como um movimento orientado e disciplinado pelo encontro de duas partes, convivendo o melhor da materialidade do litoral com a pureza espiritual do sertão, fundadores da nacionalidade.

Ele procurou integrar São Paulo, maior contestador do centralismo de governo e do Estado Novo, utilizando o símbolo que os paulistas defensores da federação haviam criado. Não se tratava de negar o poderio econômico daquele Estado, mas de levá-lo a aceitar os valores impostos pelo sistema de governo, os quais Cassiano Ricardo procurou demonstrar existir desde muito antes. A construção harmoniosa da bandeira que o Estado Novo pretendia consagrar buscava no passado o que era difícil acentuar no presente: a solidariedade, o espírito cooperativo, a mestiçagem intensa e a não-existência de preconceitos, seguindo juntos no mesmo rumo, apreciações muito mais voltadas para o querer do presente do que realmente confirmada historicamente.

Em “Regimes e Rótulos”, Cassiano Ricardo continua a fazer a defesa do Estado Novo por meio da crítica ao regime político do Estado liberal. Segundo o autor, o liberalismo se utilizava das instituições políticas brasileiras por meio de rótulos que se referiam ao exercício da democracia pelo voto. Porém o seu sistema de governo continha fraudes que ocorriam no sistema eleitoral brasileiro. Nesse cenário, os parlamentos não eram órgãos representativos da soberania popular e o país enfrentava disputas regionais e de facções políticas²⁶¹.

Para o autor o Brasil sempre se escondeu por trás dos rótulos que estiveram longe de corresponder a realidade do povo e da nação, pois mantinham sempre a mesma estrutura política. Com o advento do Estado Novo não seria suficiente que as instituições políticas brasileiras apenas se estruturassem frente às situações políticas, econômicas e sociais do mundo moderno, mas que se organizassem em torno de uma nova constituição que representaria uma nova forma de representação democrática e da figura do Presidente Getúlio Vargas.

²⁶⁰ RICARDO, 1941, p. 132.

²⁶¹ Id. Regimes e rótulos. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, n. 11, p. 106-109, jan., 1942b, p. 107.

Foi o que se fez. O Estado Nacional não é um rótulo, para redourar um período de férias, na história do liberalismo dissolvente. É uma escola de disciplina moral, além de ser a própria verdade brasileira em suas linhas harmoniosas e puras. Acabando com a hipocrisia das velhas instituições, que ensinavam o brasileiro a ser falso e falsificavam o Brasil com leis copiadas a outros povos, o atual regime nos traz a sensação de um bem moral de que íamos sendo despojados, restabelecendo o culto do dever e pondo em prática uma democracia que só agora saiu do seu triste papel de viver mentindo ao povo, para ser a única democracia de verdade, ou a mais bela afirmação de justiça social até hoje florescida no mundo²⁶².

Da mesma forma que os outros pensadores autoritários do Estado Novo, Cassiano Ricardo considerava a Constituição de 1937 a configuração da maior expressão de um projeto de desenvolvimento político econômico e social formulado durante o Estado Novo.

3.5 FRANCISCO CAMPOS

Francisco Campos foi lançado na política em 1919, como Deputado Estadual pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) e se destacou também nas duas vezes que foi eleito como Deputado Federal, em 1921 e em 1924, mas é na década de 1930 que a sua atuação alcança maior importância, participando do governo de Getúlio Vargas e ocupando cargos ministeriais, que o possibilitou levar ao debate e à ação administrativa pública os conceitos que objetivava a montagem de um Estado nacional, antiliberal, autoritário e moderno para reconstruir e modificar do alto as estruturas políticas e burocráticas nacionais²⁶³.

Uma das principais preocupações de Francisco Campos era a de organizar o sistema político brasileiro para combater os efeitos do caos e da anarquia que ele considerava ter se instalado no mundo, trazendo irracionalidade ao processo político. O autor propunha um Estado burocrático e desmobilizado, centrado na figura de Getúlio Vargas, na Constituição de 1937 e na reforma dos códigos legais²⁶⁴.

Segundo Martha Rosenberg, Francisco Campos parte do princípio de que cada ordem legal é um reflexo de uma parte da ordem coercitiva do Estado. Os direitos são oferecidos aos homens em troca de sua submissão em que trocam a liberdade pela segurança

²⁶² RICARDO, 1942b, p. 109.

²⁶³ BELOCH; ABREU, 1984, p. 998- 999.

²⁶⁴ ROSENBERG, Martha. **Ariel vencido?** O pensamento político de Francisco Campos. 1979. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1979, p. 24.

garantida pela Constituição. O seu pensamento em relação à política e às questões jurídicas da sociedade brasileira formaram a base da sua proposta de organização²⁶⁵.

Ainda, segundo a mesma autora, Francisco Campos não estabelece relação direta entre organização social e econômica. O seu pensamento traduz a preocupação com o papel do poder político não levando em conta a organização social e a natureza e funções de mercado, diferente dos demais pensadores, como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Ele se preocupa com a organização social e econômica naquilo que possa incidir na política, em que esta última é atingida por meio da lei e da autoridade.

Na análise de Francisco Campos, a Revolução de 1930 inicia a fase final de um ciclo histórico, porém as condições próprias do país impediram que as mudanças ocorridas naquele momento fossem maiores, conservando grandes traços das condições do governo anterior e não conseguindo atingir e produzir em todas as camadas da sociedade alterações políticas, econômicas e sociais mais significativas, segundo entende Rosemberg.

No Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931, no Governo Provisório, ganhou destaque entre as suas principais medidas, o estatuto das universidades brasileiras, no qual estabelecia como exigência para a fundação de entidades universitárias a existência de três unidades de Ensino Superior: Direito, Medicina e Engenharia, ou no lugar de uma delas, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Outra ação importante, na área da Educação, foi o decreto que reintroduziu, em caráter facultativo, o ensino religioso nas escolas oficiais. Segundo o autor, a escola nova iria recuperar os valores que considerava apenas o ensino religioso ter condições de cumprir. Era importante também que o Estado fornecesse um ensino de formação técnica e profissional que permitisse dirigir a economia de forma organizada e racionalizada²⁶⁶.

A Constituição prescreve a obrigatoriedade da educação physica, do ensino cívico e de trabalhos manuaes, e attribue ao Estado, como seu primeiro dever em matéria educativa, o ensino prevocacional e profissional, destinado ás classes menos favorecidas, cabendo-lhe ainda promover a disciplina moral e o adextramento da juventude, de maneira a preparal-a ao cumprimento de suas obrigações para com a economia e a defesa da Nação.

Nos termos em que a carta constitucional define esse conjunto de normas para a educação, a escola integra-se no sentido organico e constructivo da collectividade, não se limitando ao simples fornecimento de conceitos e noções, mas abrangendo a formação dos novos cidadãos, de acordo com os verdadeiros interesses nacionaes²⁶⁷.

²⁶⁵ ROSEMBERG, 1979, p. 25- 26.

²⁶⁶ BELOCH; ABREU, 1984, p. 1001- 1002.

²⁶⁷ CAMPOS, Francisco. **O Estado nacional**: sua estrutura: seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 65.

Francisco Campos considerava o ensino técnico a forma mais democrática das camadas da sociedade brasileira ascender socialmente, por conta das oportunidades, que faltavam principalmente às classes menos favorecidas de não ter condições de frequentar instituições particulares de ensino. É no sentido de possibilitar um mecanismo de ensino vocacional e acessível que o Estado deliberou à indústria e ao comércio participar desse processo por meio dos sindicatos, ensinando e absorvendo novas e futuras gerações de trabalhadores que contribuiriam para o desenvolvimento do país²⁶⁸.

Para Martha Rosenberg, a crítica que ele faz à Constituição de 1934 é de que ela tentava trazer de volta ao poder a política anterior a 1930, de forma a privilegiar a regionalização e criar instrumentos que dificultassem a atividade política do governo. Esse aspecto foi resolvido, segundo Campos, com a nova Constituição e o regime implantado em 1937 que restauraram a autoridade do Estado fundada na lei e na liderança de Getúlio Vargas.

No aparelhamento da Constituição de 1934, da qual uma das peças era o poder Legislativo, argumentava Francisco Campos que o Brasil estava desacreditado e pedia ordem e organização. Ainda, segundo o autor, a Constituição de 1937 não fez mais do que aceitar o fato geral que a maior parte dos eleitores não se preocupa com a política e cada vez mais os problemas aos quais se observa a luta dos partidos políticos tendem a serem problemas técnicos, sendo desta forma, necessário restringir o uso do sufrágio universal.

[...] As questões econômicas e financeiras, as de organização da economia nacional, as do commercio interno e externo, questões sobretudo technicas, e, por sua natureza, incapazes de despertar emoção, passaram ao primeiro plano. Dahi o desinteresse que se observa em quasi todo o mundo pelas campanhas eleitoraes. Nellas o povo não encontra os grandes motivos ou os grandes themes humanos, accessíveis ao interesse geral, que, no século passado, davam á vida política, nas suas phases agudas, a apparencia movimentada e dramatica. Á medida que os problemas em debate se tornam complexos e, pelo seu caráter technico, improprios a provocar nas massas a emoção, a opinião publica passa a desinteressar-se do processo político propriamente dito, só exigindo dos governos resultados que se traduzem effectivamente em melhora do bem estar do povo²⁶⁹.

Francisco Campos considerava que, na Constituição de 1934, o parlamento não exercia uma função técnica, mas era basicamente um órgão político autorizado a servir como expressão da opinião pública para controlar as ações do governo. Regulando questões gerais e simples, o parlamento foi se tornando desinteressante pela maior parte da opinião pública que

²⁶⁸ CAMPOS, 1940, p. 65- 66.

²⁶⁹ Ibid., p. 48.

buscou outras formas de se manifestar. A Constituição de 1937 permitiu a delegação de funções técnicas ao poder Legislativo, o que tornou mais difícil o trabalho dos parlamentos, pois para exercer essas funções foi necessário o seu aperfeiçoamento em vários conhecimentos para o controle de todas as manifestações da vida nacional.

[...] A construção constitucional da machina do governo propriamente dita é simples e prática. Toda ella é construída em torno de uma idéia central, favorável á acção efficaz do governo: o governo gravita em torno de um chefe, que é o Presidente da República. A este cabe dar a impulsão ás iniciativas dos demais órgãos do governo. O instrumento capital do governo é, porém, a administração. Cumpre, pois, que a machina administrativa seja regulada segundo o mesmo methodo que presidiu á organização do governo²⁷⁰.

A administração pública exerceu importante função no Estado Novo, organizando o funcionalismo público e fazendo com que os departamentos se transformassem em órgãos corporativos para o funcionamento do Estado por meio da burocracia.

Em relação à ordem econômica, Francisco Campos considerava que o Estado Novo buscava um compromisso entre a iniciativa privada e a organização corporativa da economia. A legislação social e trabalhista no corpo da Constituição de 1937 proibia as greves e previa a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais, quedas d'água e outras fontes de energia, que como as indústrias eram pontos considerados básicos e essenciais à defesa militar e econômica da Nação.

Conforme Francisco Campos:

[...] A descentralização pelas corporações não implica, pois, indiferença do Estado pela economia. Cada corporação representa um sector da economia nacional. Só, porém, o Estado, que não tem interesse particularista, está em condições de representar o interesse nacional e de exercer, portanto, a arbitragem entre os interesses de categorias ou de sectores. O Estado assiste e superintende, só intervindo para assegurar os interesses da Nação, impedindo o predomínio de um determinado sector da produção, em detrimento dos demais²⁷¹.

Para Francisco Campos, o liberalismo econômico trazia desequilíbrio na economia nacional, pois a livre concorrência não era representada de forma justa e fazia prevalecer o interesse de poucos grupos que passavam a comandar a economia, segundo interesses individuais. É nesse sentido que no setor de produção, por exemplo, podia imperar os interesses do capital e do trabalho acima da capacidade de absorção pelo consumo.

²⁷⁰ CAMPOS, 1940, p. 58.

²⁷¹ Ibid., p. 62.

O interesse do setor financeiro era, segundo o autor, a especulação e os lucros imediatos. Os montantes de crédito não representavam as necessidades do mercado, trazendo desequilíbrios na economia nacional. Nesse processo, o Estado trazia para si essa responsabilidade, por meio dos interesses políticos e eleitorais ligados às finanças²⁷².

No Estado Novo, segundo o autor, a organização econômica que governava a sociedade passou a ser corporativa de forma a garantir que os investimentos nos setores da economia fossem justos e limitados por bases legais gerados pelo Estado autoritário e independente²⁷³.

Francisco Campos, como Ministro da Justiça e do Interior, colocou como metas a uniformização e modernização das estruturas judiciárias em escala nacional, utilizando de métodos de organização e planejamento para o fortalecimento do Poder Central e da concentração e controle das políticas nacionais e regionais. Defendia a padronização da legislação processual, penal, civil e financeira além de um amplo intervencionismo do Estado em toda a vida nacional, gerenciando e criando medidas para o desenvolvimento da economia nacional²⁷⁴.

Nesse processo, o autor considerava como dever do Estado regulamentar as forças sociais e da produção econômica nacional por meio da burocratização, da sindicalização e da legislação trabalhista, criando políticas industrializantes em setores básicos: ferro, aço, carvão, energia elétrica, nacionalização das indústrias essenciais e das riquezas naturais, eliminação das instituições políticas liberais, do sufrágio universal, dos partidos políticos, aumento da censura em relação à imprensa etc.²⁷⁵

A Constituição de 1937, segundo Francisco Campos, reconheceu à imprensa a função de caráter público. Na visão do autor não foi uma medida arbitrária, pois aceitou a complexidade do peso que a moderna imprensa exerce dentro da sociedade, principalmente na formação de opiniões por meio da utilização de técnicas de propaganda e também pelo fato de ser uma instituição privada, lucrativa, industrial e comercial que precisava ser controlada pelo Estado para não exercer funções além dos interesses e das funções públicas²⁷⁶.

Neste caso, o autor demonstra preocupação quanto à natureza econômica exercida pela imprensa que segue o interesse privado e tenta controlar não apenas o público quanto o próprio governo. No seio da sociedade, são formados consensos e opiniões públicas que

²⁷² CAMPOS, 1940, p. 62- 63.

²⁷³ Ibid., p. 64.

²⁷⁴ MEDEIROS, 1978, p. 34.

²⁷⁵ Ibid., p. 34- 35.

²⁷⁶ CAMPOS, 1940, p. 66- 67.

tendem a seguir as formulações de um pequeno grupo de agências de publicidade, no sentido de focar o lucro industrial e comercial e ao mesmo tempo restringir a ação do governo. Segundo ele, nas democracias liberais, não havia o controle específico da imprensa e o que se via era a crescente resistência ao se afirmar a autoridade do poder governamental, bem contrário de outros governos totalitários que tentavam resolver o problema colocando a imprensa como um órgão do governo²⁷⁷.

Para Francisco Campos, o poder dos instrumentos de propaganda como formador de opinião pública sempre fez parte das preocupações do governo no Estado Novo, principalmente por ser um problema complexo e que necessitava solução urgente. Não se desejava, segundo o autor, que houvesse o exagero dos governos totalitários, que fizeram da imprensa um órgão do governo, e nem a complacência das democracias liberais. O que se buscava era o equilíbrio no controle dessas agências de publicidade para que colaborassem com os interesses nacionais e não que visassem simplesmente os lucros de uma empresa econômica²⁷⁸.

Francisco Campos defendia que a unificação do Estado era a unificação da Nação que se encontrava dividida por meio das lutas sociais e políticas e pelos desequilíbrios econômicos em que se fazia prevalecer os interesses privados. Para o autor, a Constituição, que em 10 de novembro de 1937 implantou o Estado Novo no Brasil, instituiu ordem e segurança resultantes de instrumentos criados para que o Estado representasse a unidade nacional e a harmonia entre o povo e a figura do Presidente Getúlio Vargas e não como a fonte geradora de conflitos e divisões²⁷⁹.

Segundo o autor, o Estado Novo teve que por fim aos antagonismos que atrapalhavam a unidade e o desenvolvimento da Nação, sendo autoritário para poder associar força, direito, ordem e justiça, desarticulando e substituindo instituições e sindicatos que não representavam as reais condições do Brasil²⁸⁰.

[...] Á medida que cresce o número dos indivíduos e se torna mais densa e compacta a colectividade humana, a autoridade tem de ser mais forte, mais vigilante e mais effectiva. Os Estados autoritarios não são criação arbitraria de um reduzido número de indivíduos: resultam, ao contrario, da própria presença das massas. Onde quer que existam massas, sempre se encontra a autoridade, tanto maior e tanto mais forte quanto mais numerosas e densas forem aquellas. Á medida que o espaço se povoa e se articula, que deixam de existir areas rarefeitas, de distancia e isolamento, que se apura a technica da

²⁷⁷ CAMPOS, 1940, p. 98- 99.

²⁷⁸ Ibid., p. 100.

²⁷⁹ Ibid., p. 214- 215.

²⁸⁰ Ibid., p. 221.

convivência humana e os instrumentos de actividade postos a disposição dos indivíduos se multiplicam, torna-se necessario, para garantir os bens da civilização e da cultura, dotar o governo de possibilidades de ação rápida e eficaz²⁸¹.

Para Francisco Campos com a Constituição de 1937 e com o Estado Novo foi garantido aos indivíduos todos os direitos da dignidade humana, podendo os brasileiros viver harmonicamente “desde que não coloquem acima do Brasil pessoas, opiniões, credos ou ideologias”²⁸².

O autor Ludwing Lauerhass Junior²⁸³ reconhece que Francisco Campos, entre os intelectuais políticos, foi o que mais contribuiu para a ideologia nacionalista do Estado Novo por meio da Constituição de 1937 que, segundo ele não passou de valor simbólico, pois deveria ser aprovada por meio de um plebiscito nacional, segundo Art. 187. Desta forma, Getúlio Vargas durante os anos do Estado Novo governou por meio de decretos (Art. 186). Porém, a Constituição de 1937 representou um esquema de reforma política, social e econômica em que muitos pontos foram colocados em práticas pelo Presidente²⁸⁴.

3.6 LOURIVAL FONTES

Lourival Fontes apoiou o Estado Novo por considerá-lo necessário à restauração da ordem e ao fortalecimento do nacionalismo no Brasil. O golpe estava representando para o autor uma necessidade moral, para fazer frente à ameaça comunista e uma exigência política, para o desenvolvimento econômico do país.

Durante o período que exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), (1934- 1937), Diretor do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), (1938- 1939) e, logo em seguida, como Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), (1939- 1942), teve o controle sobre os principais órgãos de divulgação da informação no Brasil e os utilizou a favor do governo do Presidente Getúlio Vargas. Acreditamos ser esta a maior contribuição de Lourival Fontes e que aparecem em suas obras e nos artigos publicados na Revista *Cultura Política*²⁸⁵.

²⁸¹ CAMPOS, 1940, p. 222.

²⁸² Ibid., p. 222.

²⁸³ LAUERHASS JUNIOR, 1986, p 135- 136

²⁸⁴ Está descrito nestes artigos: Art. 186. É declarado em todo o país o estado de emergência. Art. 187. Esta Constituição entrará em vigor na sua data e será submetida ao plebiscito nacional na forma regulada em decreto do Presidente da República. Cf. VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: o Estado Novo**. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1938. V. 5, p. 98.

²⁸⁵ BELOCH; ABREU, 1984, p. 2262.

No artigo, “Democracia, eleição e representação”, são expostas as principais razões que o levaram a criticar o regime político da liberal-democracia, assim como a de que não representava a vontade popular. A democracia e o progresso humano em todas as sociedades estavam nesta ótica em sintonia com as direções dadas pela liderança de homens superiores:

Nas horas graves, os povos voltam-se para o general que comandou a batalha, o legislador que instituiu um código, o estadista que acresceu o território, o conquistador que venceu o desconhecido ou o herói puro que se sublimou em renúncia²⁸⁶.

Sendo assim, os homens superiores são capazes de elevar as participações democráticas, pois se movem em todas as esferas da sociedade e têm o domínio sobre as armas, as artes, a política e a economia realizando uma busca na direção da expansão política. É por meio da vontade coletiva que os povos devem eleger a representatividade de um líder que sai e destaca-se de dentro da sociedade. Ainda, segundo este autor, os governos políticos anteriores ao Estado Novo estiveram sobre o comando da liberal-democracia, fundada sobre interesses individuais que suprimia dos indivíduos a sua identidade pessoal, de forma que os protegia contra a ação dos grupos organizados, mas os sujeitou à tirania²⁸⁷.

Nesta visão, conseguiam mascarar falsas miragens de liberdade e de democracia no sentido de permitir que determinados grupos da sociedade consigam trabalhar, prosperar e ter bem-estar social, cuja continuidade é conquistada pelo afastamento das decisões políticas. Ocorre, porém, que tais conquistas não conseguiam ser expandidas para a sociedade como um todo. Não tinham capacidade de resolver as questões internas do Brasil, principalmente às de participação política, de forma que os partidos políticos não davam respostas e não solucionavam os problemas da modernidade.

O regime mais representativo, do ponto de vista nacional, não será o que se apoie no valor absoluto dos partidos, que não passam, sob que forma legal apareçam, da representação de interesses particularistas ou formados ao estimulante das paixões egoístas, - mas o que surja da vida das profissões, das forças sociais organizadas²⁸⁸.

Lourival Fontes queria justificar o regime político do Estado Novo e o sentido de sua fundação por meio de uma base histórica. Neste sentido, considerava que os povos de todas as épocas buscavam, nos homens superiores, direções e soluções para os problemas humanos,

²⁸⁶FONTES, Lourival. Democracia, eleição e representação. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 5-9, 1941a, p. 6.

²⁸⁷ Ibid., p. 6.

²⁸⁸ Ibid., p. 8.

entre outros motivos, por conta dos problemas em relação aos sistemas de representação democrática. Desta forma, o autor considerava como justificativa para o golpe que ocasionou na revolução de 1930 as fraudes ocorridas nas eleições e que não deu nas urnas a vitória a Getúlio Vargas, o representante da vontade popular defendida pelo autor.

Os esforços realizados pelo Estado Novo na mobilização das Forças Armadas foi alvo do artigo “A Imprensa e o Exército Nacional” relatado durante um banquete oferecido pela Imprensa ao Exército, em 25 de agosto de 1941, em que foram feitos agradecimentos às contribuições realizadas na manutenção da ordem e da unidade nacional.

[...] Com a revolução triunfante, de 1930, as forças armadas receberam mandato da mais extensa e profunda significação, diante do país despersonalizado e esterilizado entre sombras de condenação, sobretudo pela sobrevivência e pela pertinácia dos regionalismos desenraizados. Era indispensável e urgente restaurar e fortalecer os elos da existência nacional e o sentido da sua continuidade histórica²⁸⁹.

O reconhecimento pelas contribuições realizadas pelo Exército foi lembrado pelas homenagens à figura do Marechal Duque de Caxias, destacando as suas atuações à frente do Comando do Exército, principalmente nas batalhas da Independência em que foram sufocados os antagonismos regionais em várias regiões brasileiras e, em outro momento, na guerra do Paraguai. Esses feitos, segundo o autor, o fizeram um paradigma a ser seguido dentro da instituição. Os encontros realizados entre o representante da Imprensa, Lourival Fontes, e do comando militar, General Eurico Gaspar Dutra, serviam para fortalecer as alianças do governo Getúlio Vargas na manutenção da ordem²⁹⁰.

Poucos temas mereciam mais cuidado por parte de Getúlio Vargas do que os referentes às Forças Armadas. Observa-se aí um cuidado extremo de sua parte em escolher palavras-chave, em evitar más interpretações, em fazer promessas e garantir direitos, tudo numa prova de que desejava manter com elas relações baseadas no puro respeito²⁹¹.

Para Lourival Fontes, o país estava atravessando um momento de reconstrução no Estado Novo, marcado inicialmente pela Revolução de 1930 e, nesse cenário, a participação do Exército era fundamental, como um reflexo da opinião nacional formada a partir da confiança depositada pelo povo naquela instituição²⁹².

²⁸⁹ FONTES, Lourival. A imprensa e o exército nacional. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.1, n. 7, p. 1-3, 1941b, p. 2.

²⁹⁰ Ibid., p. 1- 2.

²⁹¹ Id. **A face final de Vargas**: os bilhetes de Getúlio. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966, p. 115.

²⁹² FONTES, 1941b, p. 3.

A Constituição de 1937 foi defendida pelo autor no livro “O Estado Novo”, no qual as disputas políticas eram fatores que dificultavam o desenvolvimento do Brasil e neste cenário o momento foi de renovação, primeiramente reconhecendo que a Constituição de 1934 não apresentava em seus textos constitucionais as necessidades jurídicas, políticas, econômicas e sociais à realidade brasileira²⁹³.

[...] Era a própria voz do país, na experiência dos últimos tempos, que se pronunciava pela palavra iluminada de Getúlio Vargas. A inadaptação dos textos constitucionais às circunstâncias da atualidade política, social e econômica; a divergência irreduzível entre os impulsos de progresso da Nação e o seu aparelho controlador; o descrédito das competições facciosas desenvolvidas à margem dos grandes interesses da coletividade e muitas véses em oposição a eles; o surto das ambições, comprometendo, para gáudio de propósitos personalíssimos, o organismo geral da República, tudo isso impunha uma transformação que era uma determinante nas próprias inspirações históricas²⁹⁴.

Para Lourival Fontes, a organização econômica do Estado Novo é corporativa, o que permitiu que os diversos ramos da produção seguissem um mesmo caminho e distribuição equilibrada de oportunidades. Por meio da observação da realidade imposta pelas economias do mundo contemporâneo, a economia nacional foi regulada a partir da produção. O Estado autoritário, de forma racionalizada, utiliza a sua estrutura burocrática para controlar o crédito, o comércio, as funções técnicas, políticas e administrativas.

A organização do crédito resolveria muito dos problemas da economia nacional, pois para o autor, a sua distribuição estava ligada por meio de interesses individuais e financeiros que causavam desequilíbrios da produção e do comércio da economia nacional, no recebimento de mais crédito do que o necessário ou vice-versa. Nesse tipo de organização, eram os bancos de negócios que exerciam o papel de regulador da economia²⁹⁵.

Segundo o autor, a organização corporativa da economia determinada pela Constituição de 1937 não atribuía somente ao Governo a responsabilidade de direcionar e fomentar a economia. Esta tarefa também seria realizada pelo Conselho da Economia Nacional, que congregava representantes dos diferentes setores da economia. Este organismo visava discutir propostas para a economia do país. Este Conselho deveria reunir também os representantes dos sindicatos, para que seus interesses fossem representados. Neste sentido,

²⁹³ FONTES, Lourival. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda (D. N. P.), 1939, p. 8- 10.

²⁹⁴ Ibid., p. 14- 15.

²⁹⁵ Ibid., p. 20.

era permitida a liberdade de participação das associações individuais e das empresas, porém somente por meio dos sindicatos reconhecidos.

A organização das forças econômicas nacionais em categorias de produção e a delegação de poder representativo aos sindicatos de classe abrem um aspecto na vida democrática brasileira. O homem que trabalha e que se vê representado nas câmaras profissionais nada perde dos seus direitos. É dele que provém a força da Nação. Apenas a sua voz, em vez de ser obrigada a se confundir no câo trovejante dos partidos políticos, pôde fazer-se ouvir pura, partida do lar, da escola ou da oficina²⁹⁶.

Ainda, em relação aos sistemas econômicos, afirmava Lourival Fontes:

No regime comunista o Estado absorve completamente a economia e extingue o direito de propriedade; o homem é um trabalhador do Estado.

No regime fascista o Estado permite a economia particular e a posse de bens, mas a sua subordinação ao Estado é completa, dispondo este, na realidade, de todas as riquezas e podendo usá-las diretamente; o homem é um trabalhador para o Estado.

No regime que cremos a iniciativa particular é a fonte da vida econômica, e a propriedade o meio da sua subsistência; o Estado intervém indiretamente na economia, regulando-a e dirigindo-a no melhor sentido; o homem é um trabalhador no Estado.

No regime extinto os fatores econômicos eram livres, desenvolvendo-se anarquicamente, num clima de concorrência agressiva que gerava a exploração dos menos favorecidos pelos possuidores do capital; o homem era um trabalhador sem o Estado²⁹⁷.

Segundo Lourival Fontes, a base econômica construída pelo Estado Novo tinha o intuito de ser moderna e conservar os elementos tradicionais da vida brasileira no trabalho, de forma a torná-lo um direito de todos, determinado pelo Art. 136 da Constituição de 1937:

“[...] O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito a proteção e solicitude especiais do Estado”²⁹⁸.

O autor tinha como objetivo justificar que o trabalho estava na base da economia e a sua prática sob o gerenciamento do Estado, de forma que cada indivíduo tenha liberdade e direito de escolha do trabalho que irá executar. Segundo o autor, a Constituição tentou proteger os direitos do trabalhador por meio do programa de legislação social estabelecendo regras quanto ao salário- mínimo de maneira a satisfazer as necessidades dos trabalhadores²⁹⁹.

Desta forma, é estabelecida uma série de direitos e deveres que devem ser respeitados, entre elas, quanto ao repouso semanal nos domingos e feriados, a jornada de 08h

²⁹⁶ FONTES, 1939, p. 33.

²⁹⁷ Ibid., p. 54.

²⁹⁸ Ibid., p. 55.

²⁹⁹ Ibid., p. 55- 57.

de trabalho, ao trabalho noturno com remuneração superior ao diurno, a proibição de trabalho aos menores de 14 anos de idade, assistência médica e higiênica ao trabalhador e à gestante, assim como, desta última, ter um período de repouso antes e depois do parto sem prejuízo do seu salário; e do seguro de acidentes pessoais a todos os operários e em casos de velhice ou invalidez. As medidas práticas se farão por meio de contratos coletivos de trabalho em que cada trabalhador será incluído na sua categoria profissional em que o Estado se utilizará do uso de leis e regras para regular as relações entre patrões e empregados por meio dos sindicatos³⁰⁰.

A ação do Estado Novo tem, na estrutura jurídica, aspectos decisivos para a política e para a economia submetendo, de forma hierárquica, o poder ao Executivo. Segundo Lourival Fontes, no regime anterior, as forças estaduais se moviam determinando a realidade política e concentrando os interesses regionais de forma que os governadores seguiam sob os interesses das facções em disputa, que determinavam os rumos da administração pública. Os Estados mantinham grande afastamento em relação aos municípios e estes, por sua vez, tinham nos governantes estaduais inimigos, por conta da redução da vida política a que eram submetidos³⁰¹.

Os governos estaduais impediam o desenvolvimento político, econômico e social dos municípios submetendo-os as vontades individuais. Os Estados buscavam alianças junto ao Governo Federal por meio de trocas de benefícios entre os seus dirigentes e conseguiam concessões. Tal situação criava grandes desequilíbrios e desigualdades regionais.

Os partidos, de onde vinha a força das estruturas estaduais, ocuparam falsamente os postos de intérpretes dos sentimentos e aspirações do povo, gerando-se nas lutas o domínio das facções dos grandes Estados. A vida política da Nação passou a ser privilégio dos Estados que detinham maior capital político. Considerando-se por isso maiores exigências podiam fazer à União e mais facilmente eram atendidos, verifica-se que o regime federativo constituía círculo vicioso, no qual os grandes Estados se apossavam dos direitos públicos enquanto os pequenos tendiam para o aniquilamento e a servidão³⁰².

Buscava justificar, Lourival Fontes, as intervenções do Governo Federal, assim como as medidas constitucionais que concentraram o poder nas mãos do Presidente Getúlio Vargas. Neste sentido, o Estado Novo pretendia acabar com o predomínio do poder estadual por meio da extinção dos partidos políticos que davam apoio as oligarquias regionais e, da devolução

³⁰⁰ FONTES, 1939, p. 57- 58.

³⁰¹ Ibid., p. 61- 62.

³⁰² Ibid., p. 62- 63.

ao município do seu sentido de representação de unidade nacional, de família, de participação política indireta, de segurança, ordem, onde segundo o autor, para a população o que importava era a garantia dos seus direitos.

Segundo o autor, foi no sentido de garantir a unidade nacional e evitar o desenvolvimento do espírito regionalista e separatista que a Constituição de 1937 determinou a proibição de emblemas estaduais, hino, escudo, bandeiras que se tornaram sinônimos de oposição a pátria, de forma a permitir no Brasil, apenas um hino e uma bandeira. O intuito do Governo foi sempre no sentido de exercer o controle sobre o poder dos governos estaduais e evitar a sua autonomia excessiva, de forma que a intervenção federal seria para evitar que se transformassem em elementos discordantes e manter o equilíbrio político, e de ordem econômica e administrativa para o controle de suas finanças, ou ainda, de ordem nacional para evitar a invasão do país e fazer cumprir as leis federais:

A ordem social tornou-se resultante complexa de um número de vontades cada vez maior; no plano social onde antes se moviam as vontades dos chefes, dos políticos, dos empreendedores e dos artistas, dando aos problemas coletivos destinos simples, há agora tal acúmulo de forças, de interesses particulares, de idéias individuais, que estes mesmos homens de governo não podem dominar a complexidade da matéria social. A ordem do conjunto é um equilíbrio instável, ameaçado de súbita transformação, conforme as configurações ocasionais que tomam as forças em presença, isto é, conforme as idéias do momento, as paixões e os interesses das massas³⁰³.

Para o autor, a ordem social não pode ser tratada com base sentimental, mas buscar o sentido em que é apresentado cada situação e estruturá-la dentro da nova ordem imposta pelo Estado Novo. As massas humanas, para ele, entraram no plano das decisões, o que ocasionou como resultado a indisciplina e a confusão. Diante de tal situação, dois caminhos se abriam. O primeiro era fazer com que o homem abandonasse o plano social e o obrigasse apenas a preferir o plano familiar, de forma a retirar-lhe os meios de ser influenciado e influenciar, o que considerava não ser possível realizar. A segunda solução é a de aceitar que cada indivíduo tenha direito à ação social, mas coordená-la de acordo com os interesses do Estado, determinando o sentido geral da ação a não permitir que a vontade de cada indivíduo surja contra a nova ordem.

Desta forma, considerava o trabalho a forma comum da ação individual e na qual se concentram as lutas sociais, pois é o grande problema das sociedades desenvolvidas e em processo de desenvolvimento. Nessas sociedades, pelo grau de desenvolvimento dos

³⁰³ FONTES, 1939, p. 72.

mecanismos de produção, o fruto do trabalho individual não é realizado imediatamente, mas é o fruto dos esforços de uma coletividade em que cada trabalhador exerce uma função dentro desse processo produtivo³⁰⁴.

O homem não sente o resultado do trabalho como uma realização sua e busca apenas o pagamento em dinheiro, sendo-lhe retirada a satisfação. O dinheiro, segundo Lourival Fontes, servindo para os interesses de cada um não é mais fruto simplesmente para a aquisição das necessidades a que se trabalha, mas destinado a qualquer finalidade. A ordem econômica da sociedade moderna está baseada no trabalho e nesse regime todos os homens trabalham e é uma condição básica de sua existência, porém recebe pagamento diferenciado pelo o que cada um realiza tornando o trabalho não o fruto de unificação, mas o mecanismo de uma desigualdade. Os mais capazes, segundo o autor, consegue acumular mais dinheiro e criar novos postos de trabalho³⁰⁵.

Seguindo essa visão, o trabalho representa o valor de onde parte a organização econômica da sociedade e o capital está representado no dinheiro acumulado no trabalho indireto o que cria o problema da vida econômica que são as relações entre capital e trabalho. O capital não é apenas dinheiro, mas uma finalidade capaz de submeter o trabalho a seu serviço, dividindo a sociedade em classes que trabalham e classes que possuem capital para colocar outros trabalhando para eles:

[...] Como fator de ponderação, os homens são desiguais, e essa desigualdade só não se poderia demonstrar numa sociedade em que cada qual produzisse para o seu sustento imediato. Desde que, porém, se tente uma obra de contribuição coletiva, a diferença essencial que havia no fundo de cada indivíduo se manifesta e o rendimento será diverso. Essa condição é, pois, natural. A constituição do capital é também natural, como resultado da competição das forças individuais, num terreno de desigualdade que não foi propositalmente criado, mas resulta de condição natural. Dentro dos limites em que se deve permanecer, o capital é legítimo³⁰⁶.

O problema para Lourival Fontes estava nas condições sociais de vida e não na questão da relação entre capital e trabalho que muitos regimes políticos fracassaram na sua avaliação e pioraram a situação. Para o autor, a Constituição de 1937 colocava ao Brasil um regime trabalhista que resolvia, da melhor maneira, as condições morais e econômicas do trabalhador. É neste sentido que critica o comunismo russo, em que para ele na sociedade deste regime político os direitos do homem são os impostos pela coletividade e qualquer

³⁰⁴ FONTES, 1939, p. 75- 76.

³⁰⁵ Ibid., p. 77.

³⁰⁶ Ibid., p. 78.

tentativa de liberdade individual e afirmação pessoal é considerada um ato contra o bem público e passível de punição.

No Estado comunista, segundo Lourival Fontes, se concentram e são distribuídos os deveres de cada cidadão, não cabendo a este outro modo de agir a não ser aquele que lhe é imposto, de forma a alcançar tamanho grau de aceitação e perda da sua individualidade em que é submetido a um conceito materialista da vida, de tal forma que são retirados os seus sentimentos religiosos e os morais são apenas aqueles limitados as conveniências sociais, sempre vigiados por meios repressivos³⁰⁷.

Outro ponto do comunismo, destacado pelo autor, é que o comunismo busca um rendimento econômico máximo do indivíduo, a um grau que possa organizar as classes sociais para que não exista exploração de uns pelos outros. Nesse sistema, a vida coletiva extinguiria todos os ressentimentos por meio da distribuição justa a todos os indivíduos dos frutos do trabalho. Os bens do trabalho pertencem ao Estado, pois não pode existir propriedade particular neste regime político. O autor analisa que o comunismo não conseguindo eliminar o capital que é derivado do próprio excedente da produção, concentra-o no Estado, este faz o papel de capitalista tendo o controle de todos os trabalhadores e da produção.

Neste sentido, o autor observa os erros depois de vencida a revolução russa, em que os princípios comunistas não conseguiram ser implantados, tendo como causa a própria realidade, em que foram violadas as leis naturais e a dos processos econômicos em uma tentativa de moldar os indivíduos como se fosse um material desconhecido de natureza espiritual e de liberdade nas mãos do Estado. Segundo o autor, apenas pela opressão e desvario ideológico pode levar a submeter os indivíduos a ser um objeto sem vontades nas mãos do Estado, o que foi possível na própria Rússia em parte pela campanha ideológica no seio da juventude, principalmente os que clamavam por justiça e perseguições que se faziam calar as massas camponesas e operárias.

Outro erro apontado pelo autor em relação ao comunismo foi a dificuldade de reconhecimento do valor do trabalho ao indivíduo, que é a busca de uma finalidade, que seja entre outros pontos, os da sua satisfação de poder exercer a sua inteligência e a sua capacidade. O comunismo, segundo o autor, fez o homem odiar o trabalho, pois o fazia sentir-se escravizado e, desta forma, a odiar a fábrica ou qualquer outro tipo de trabalho que realizasse, trazendo insucessos por conta dos trabalhadores ao sistema que lhes escravizava³⁰⁸.

³⁰⁷ FONTES, 1939, p. 81- 82.

³⁰⁸ Ibid., p. 84.

A função ideológica do pensamento do autor Lourival Fontes ganha reflexos quando ele tratava do tema da educação. Para o autor, o homem é, em grande parte, o resultado das influências a que foi submetido e das direções que o encaminharam durante o seu período de formação, ou seja, nos seus primeiros anos de vida, o que cria na criança parte de sua personalidade. Esse poder é no primeiro momento exclusividade dos pais que, em geral, seguem a mesma educação que receberam, mas no segundo momento passa a ser principalmente a educação que recebem na escola³⁰⁹.

Segundo o autor, o sistema social imposto pelo Estado Novo, por meio de dificuldades e conflitos para que prevalecessem sobre as consciências já formadas, apenas continuará a existir se perpetuarem em futuras gerações, o que deveria ocorrer desde a educação infantil e, desta forma, a educação fornecida pelo Estado Novo manteria os preceitos relativos à família e a moral, mas colocaria a educação como um dever e um direito.

[...] O Estado, como só pôde resolver a educação pela divulgação de conhecimentos escolares, transformou o problema da educação em uma campanha de alfabetização para dar assim a aparência de que o pôde solucionar. Está claro que não pôde haver educação sem alfabetização, mas contentar-se com dar à criança o simples estudo das primeiras letras e nada mais fazer para conduzi-la a usar em proveito de sua própria grandeza esse novo instrumento posto ao seu alcance, é iludir-se com um expediente que serve para justificar a incapacidade de formação do Estado e criar uma condição de meio social ainda mais grave que a pura ignorância, que é a cultura sem ordem e sem sentido³¹⁰.

Considera o autor que a educação apenas pode definir uma direção quando orientada a sua finalidade de seguir os princípios e os preceitos do código constitucional imposto pelo Estado Novo. Formado o homem brasileiro, este deve estar preparado para enfrentar trabalhos que lhe exijam força, capacidade de luta e inteligência para utilizar os recursos da ciência e da cultura, auxiliando na produção no conjunto de riquezas materiais e humanas do Brasil, com a finalidade de torná-la uma grande Nação.

[...] O cuidado pela educação física é expressão definida na Constituição; nela se diz que nenhuma escola primária, normal ou secundária poderá funcionar sem ter entre os seus objetivos a cultura física dos alunos. No artigo seguinte, está exposto todo o intuito do Estado Nacional em matéria educativa, quando afirma que o Estado deverá dar o seu auxílio e proteção as instituições fundadas por sociedades civís e que por sua conta própria promovem a criação de outras destinadas “a dar à juventude períodos de trabalho animal nos campos e nas oficinas, assim como promover-lhe a

³⁰⁹ FONTES, 1939, p. 97- 98.

³¹⁰ Ibid., p. 103.

disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para a economia e a defesa da Nação”³¹¹.

Segundo o autor, as gerações futuras deverão ter consciência e defender os princípios em que se formaram. Ele destaca que a instrução deve ser intelectual e profissional, e esta última deva ser voltada às classes menos favorecidas, para que sirva de contingentes para as indústrias cada vez mais modernas, em expansão e em variedades de produção, que necessitam de mão-de-obra qualificada, além de existir uma grande oferta e oportunidades em postos de trabalho.

Neste sentido e observando a urgência neste assunto, serão criadas, junto com o Estado, escolas pré-vocacionais e profissionais, em associação com as indústrias e os sindicatos, destinadas à formação de aprendizes em diversas funções, cujas vagas serão de exclusividade dos filhos dos operários e associados dos sindicatos. Já para o ensino intelectual, este será fornecido pelas escolas particulares e pelas do Estado, sendo o ensino primário obrigatório e gratuito e, para os graus superiores, passarão por um plano de reforma da educação traçando novos princípios da escola brasileira³¹².

Ainda, segundo este autor, este tipo de educação não impediria de forma alguma a manifestação da arte e da cultura.

[...] O Estado Nacional não absorve a arte nem a submete às suas necessidades. Deixa-a livre como deve ser e desse modo prepara a melhor condição de seu desenvolvimento. Vai ainda mais longe e prevê na sua Constituição, como dever fundamental do Estado, criar escolas de arte, de música, e divulgar o conhecimento dos escultores e poetas nacionais, dando a todos os brasileiros os meios de conhecer o que produzem os seus artistas³¹³.

As mudanças criadas pelo Estado Novo, segundo o autor, foram necessárias e observadas no campo econômico, social e político. Para isso, contêm em alguns artigos de sua Constituição novos princípios para a organização da sociedade brasileira, conservando antigos princípios da ordem jurídica, mas tornando necessário privar de algum modo os cidadãos de algumas liberdades para não privá-los de todas e nesse sentido alcançar, segundo o autor, o equilíbrio entre os princípios individuais e o bem comum da sociedade.

É por isso, segundo o autor, que a Constituição de 1937 estabelece em seus artigos 74 e 75 as atribuições e competências referentes ao Presidente da República como autoridade

³¹¹ FONTES, 1939, p. 106.

³¹² Ibid., p. 107- 108.

³¹³ Ibid., p. 111.

suprema que tem como função, não a simples representação do Estado, como acontecia nos governos anteriores, mas sua direção, por ser o mais preparado e reunir todas as qualidades e condições necessárias de dirigir o país, assim como as suas mudanças e desta forma tornou-se Getúlio Vargas o Chefe das forças armadas e o orientador da vida econômica e social do país.

Para Lourival Fontes, todas as forças nacionais e todos os homens foram convocados a participar da obra reformadora do Estado Novo e dentro das possibilidades solucionar os problemas do Brasil rumo ao desenvolvimento. Dentro dessa visão ideológica, ele utilizava do argumento de que ao negar a colaboração, trairia a sua própria pátria.

3.7 OLIVEIRA VIANNA

Para Oliveira Vianna, segundo Jarbas Medeiros, o Estado Novo havia modernizado várias instituições brasileiras: legislação social e trabalhista, justiça eleitoral, estatuto dos funcionários públicos, entre outras, por meio de um programa político de modernização em longo prazo. No primeiro momento, consistia no fechamento dos partidos políticos e na centralização do poder Executivo, assim como na descentralização administrativa do país, no sufrágio corporativo ou classista e na garantia da liberdade civil do povo-massa³¹⁴.

Embora Oliveira Vianna fosse um crítico de modelos imitativos para o Brasil, o modelo que considerava ideal a ser alcançado era a democracia anglo-saxônica. Neste sentido, a democracia republicana e federativa dos Estados Unidos e a parlamentar da Inglaterra. Este confronto entre a inferioridade do Brasil e a superioridade dos anglo-saxões percorre a sua obra de forma que autoritarismo, modernização institucional e nacionalismo são as bases de seu pensamento político, segundo Medeiros.

Na função de Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, na década de 1930, ele considerava a preparação doutrinária o que levava a adotar as diretrizes da política trabalhista e social no Brasil. Neste sentido, a solução do problema trabalhista estava na necessidade de preservar a personalidade e as expressões de soberania nos conflitos econômicos, étnicos e políticos³¹⁵.

Ainda conforme Medeiros, Oliveira Vianna, considerava que a Constituição de 1934 avançou no sentido de retirar da vida econômica o seu caráter individualista e ficar em condições de entrar em um regime político de regulamentações e controles alcançados com a Constituição de 1937. Neste sentido, ele considerava que os conflitos trabalhistas e desordens

³¹⁴ VIANNA apud MEDEIROS, 1978, p. 174.

³¹⁵ MEDEIROS, 1978, p. 175- 176.

gerais eram comuns ao Estado da liberal democracia e no regime político do Estado Novo, pelo seu modelo intervencionista e corporativista, as soluções seriam encontradas.

[...] Estado moderno, Estado popular, Estado autoritário, Estado corporativo e Estado nacional equivaler-se-iam no pensamento político de Oliveira Vianna: a “questão social” entre nós teria, assim, uma solução nacionalista, moderna, autoritária e corporativa. Este tratamento da “questão social”, para ele, era uma consequência e uma obra da Revolução de 30³¹⁶.

A questão social, para o autor, estava destinada à repressão nas praças e a Revolução de 1930 a elevou a um problema de Estado justificado na legislação social e trabalhista. Desta forma, o problema social era, segundo Oliveira Vianna, um problema universal, de civilização, em que constituía a política de restauração das massas trabalhadoras na consciência de sua nobreza humana e no sentido de seu trabalho.

Para o autor, não existia lutas de classes no Brasil entre capitalistas e proletariados pelo fato do país não ter alcançado o desenvolvimento econômico dos países capitalistas e ultra-industrializados. O problema social brasileiro não poderia, para o autor, ser colocado em termos de lutas de classe, pois sobrava no Brasil, por conta da pouca densidade demográfica, espaços abundantes para novas frentes de trabalho. O que se desejava não era o fim da propriedade privada, segundo Oliveira Vianna, o objetivo da política social era a elevação do proletariado a de proprietário pela difusão de “imensas possibilidades”³¹⁷.

A nova política social defendida pelo autor foi inspirada no pensamento social da Igreja Católica, com o objetivo de modificar a mentalidade da classe patronal e a do proletariado, e deste último eliminar o seu sentimento de inferioridade e o de repulsa contra a classe patronal. A partir desses parâmetros trabalhar para ressurgir no trabalhador o sentimento de dignidade humana e possibilitar a sua elevação social apoiando as iniciativas do Governo na legislação trabalhista, social e previdenciária, assim como na construção de vilas operárias, colônias de férias, ambulatórios etc.³¹⁸

O corporativismo diminuiria as distâncias sociais com a criação de escolas técnicas e de capacitação profissional que dariam oportunidade de ascensão social ao trabalhador, medidas que, segundo Oliveira Vianna, por meio das estruturas burocráticas, foram implantadas por Getúlio Vargas de acordo com a realidade social e econômica brasileira, aproximando o povo do Governo e dando-lhe estrutura e organização. Assim, os

³¹⁶ MEDEIROS, 1978, p. 183.

³¹⁷ Ibid., p. 184.

³¹⁸ Ibid., p. 184- 185.

trabalhadores proletários, segundo sua ótica, queriam apenas desfrutar das vantagens e confortos advindos com o capitalismo moderno.

Segundo Oliveira Vianna:

[...] Por isso, no Brasil, a “nova política social”, que se apresentara sobretudo como um “imperativo puramente moral” imposto à consciência dos responsáveis pela direção do País desde 1930, e que vinha propiciando às nossas classes trabalhadoras “um conforto, um bem-estar, uma segurança, uma nobreza, uma dignidade de existência privada e social que há dez ou vinte anos nem sequer podiam conceber como realizável”, vinha sendo implantada sem que fosse preciso “atacar ou destruir coisa alguma da nossa velha ordem tradicional e das nossas tradições cristãs; nem a propriedade individual; nem a empresa privada, nem a autoridade patronal. Não coletivizamos a propriedade. Não estatizamos as empresas. Não eliminamos o patronato”, não destruimos a “velha ordem capitalista”³¹⁹.

Segundo Jarbas Medeiros, o corporativismo proposto por Oliveira Vianna referia-se mais aos aspectos sociais, políticos e administrativos e não a ponto de aceitá-lo como política econômica. Para ele, não era conveniente um regime econômico de tão alto grau de controle. Sendo agrarista, Oliveira Vianna defendia a necessidade de se cultivar o espírito bandeirante povoando o território brasileiro que ocupava apenas a metade da sua capacidade.

O uso que fez da etnologia, como uma ciência explicativa dos fenômenos históricos e sociais, sempre o mantinha envolvido com questões da teoria da desigualdade racial, no que tange à supremacia de umas raças sobre as outras. Neste sentido, o termo elite, na sua obra, está relacionado com o de raça superior. Neste panorama, segundo o autor, a alta classe rural brasileira era a representante de uma raça ariana e branca, e a principal representante da mentalidade do povo brasileiro, principalmente por evitarem a miscigenação, o que não acontecia nas outras camadas que se misturavam e não se prendiam a esse processo de “clarificação”³²⁰.

Segundo Jarbas Medeiros, Oliveira Vianna buscava mostrar uma ancestralidade germânica dos primeiros portugueses que fizeram a colonização no Brasil e que, segundo ele, estava ligada a aristocracia rural e tentava fazer uma ligação desta sua teoria da superioridade das raças com as classes sociais:

[...] “Quando duas ou mais raças, de desigual fecundidade em tipos superiores, são postas em contato num dado meio, as raças menos fecundas (em ‘tipos superiores’) estão condenadas... a serem absorvidas ou, no mínimo, dominadas pela raça de maior fecundidade. Esta gera os senhores;

³¹⁹ VIANNA apud MEDEIROS, 1978, p. 187.

³²⁰ Ibid., p. 188- 189.

aquelas, os servidores. Esta, as oligarquias; aquelas, as maiorias passivas e abdicatórias”. Quanto ao “negro puro”, este “nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura ariana” e os mulatos, superiores aos negros, o eram devido ao “sangue ariano que têm nas veias”³²¹.

Conclui Oliveira Vianna:

[...] “a nossa civilização é obra exclusiva do homem branco. O negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes, que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor. Um e outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora da raça branca”³²².

No seu ponto de vista ideológico, Oliveira Vianna coloca o problema das raças de forma que ele se desloca do “campo das ciências sociais para os da ciência naturais” e, neste sentido, conclui que o tipo constitucional determina o temperamento e o tipo de inteligência dos indivíduos de maneira que a raça é tida, por ele, como determinante das atividades e destinos dos grupos humanos³²³.

Pela sua adesão, as teorias das raças, ele utiliza a teoria das elites como forma explicativa da história, tornando a sua obra, segundo Jarbas Medeiros, um elogio às elites dirigentes. Para Oliveira Vianna, não havia incompatibilidade no Estado moderno entre elites e povo. As elites seriam os melhores em capacidade de qualquer categoria, classe ou grupo, uma consequência de ascendência intelectual que exercem poucos homens e, neste sentido, o Estado moderno seria um Estado elitista³²⁴.

Dentro dessa visão do autor, o sistema educacional visava às elites, cabendo a estas orientar as massas que deveriam apenas saber a ler, escrever e contar; ou seja, saíam do Ensino Secundário e Superior as minorias esclarecidas, que transmitiriam às massas os sistemas de idéias melhor para a sua cultura e para a orientação do seu destino. No Estado moderno, elitista e autoritário, as massas são pontos de aplicação da vontade das elites dirigentes, o que o autor declara ser bem diferente do Estado liberal³²⁵.

No Estado liberal, pela democracia dos partidos, o sistema eleitoral impedia a formação do que ele denominava de “elites capazes”, e no qual sugere a substituição dos políticos profissionais e da democracia dos partidos, por elites técnicas, profissionais e

³²¹ VIANNA apud MEDEIROS, 1978, p. 189- 190.

³²² Ibid., p. 190.

³²³ Ibid., p. 191.

³²⁴ Ibid., p. 191- 193.

³²⁵ Ibid., p. 193- 194.

econômicas. Na sua defesa de uma democracia de elites, do povo-massa nada era esperado, pois afirmava que ele não tinha consciência dos seus destinos e não possuía ideais coletivos. Cabia, neste sentido, segundo este autor, uma política de Estado e de re-educação das elites dirigentes à direção da Nação para que o país não fosse sujeitado aos domínios e regulamentações dos povos mais fortes e organizados, conforme a análise de Medeiros.

Ainda segundo Medeiros, Oliveira Vianna era um crítico da burguesia industrial brasileira que para ele não entendia os objetivos do Estado moderno. Segundo sua análise, ela havia se formado e atingido prosperidade historicamente por meio do seu setor de produção, dos mercados ilimitados e da ausência de concorrência, sempre sob a proteção do Estado. Ela se tornou egoísta e individualista e os chefes industriais estavam despreparados para desenvolverem os objetivos do Estado moderno. Nesse sentido e por não ter elites econômicas adaptadas à nova situação mundial e às políticas corporativistas que tornou função do Estado organizar a racionalização da produção de acordo com a demanda dos mercados e, assim, criar nas elites industriais hábitos de cooperação³²⁶.

Para Jarbas Medeiros, em relação às revoluções no Brasil, Oliveira Vianna observava que quando mantinham o caráter militar eram de súbito para colher de surpresa os governantes, mas quando revestidas de caráter popular, apesar de ser dinâmico, era praticado “pela rale”, “pela população” e não pelas formas mais representativas da população que eram a burguesia e o proletariado de forma que causavam como efeito apenas arruaças. Neste sentido, as aspirações comunistas e socialistas no Brasil eram para o autor composta por grupos minoritários e fanáticos.

Para Oliveira Vianna, o que faz a ação modificadora do Estado a ponto de conseguir uma alteração na mentalidade ou na estrutura de um determinado grupo, povo ou nação estavam baseados ou na técnica liberal ou na técnica autoritária. Neste sentido, utilizando a técnica liberal, o Estado deixa a liberdade do povo à execução das políticas que se deseja adotar e, no segundo caso, pela técnica autoritária, o Estado por meios coercitivos obriga o povo a cumprir as medidas determinadas. Nessa sua afirmação, sempre que foi utilizada a técnica liberal, ou ditas liberais: autonomia provincial, democracia, governo de partidos, parlamentarismo etc., elas falharam, seja na autonomia dos municípios, seja na democracia pelo sufrágio universal e governo de partidos³²⁷.

³²⁶ VIANNA apud MEDEIROS, 1978, p. 194- 195.

³²⁷ VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 112- 113.

Porém, para que a técnica autoritária defendida por Oliveira Vianna atingisse os objetivos de reforma social e política a que se destinava, ela precisava levar em consideração certas condições: as de estarem baseadas nas tradições do povo-massa e não obrigarem as massas a atitudes que sejam nitidamente contrárias aos seus costumes. Neste sentido, o autor observa esta falha no governo de Getúlio Vargas, em 1944, quando na tentativa da sindicalização das populações rurais. O processo de sindicalização fracassou, pois foi, segundo Oliveira Vianna, contra as tradições do povo-massa e porque se baseou em uma técnica liberal que não os obrigava à sindicalização, conforme verificado no Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944.

[...] No seu artigo 1.º, diz esta lei, com efeito: - “É lícita a associação, para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos, ou profissionais, de todos os que, como empregadores, exerçam atividades ou profissão rural”³²⁸.

Com esta lei, o Estado Novo tornou lícita a sindicalização rural, mas não obrigatória. Elevar, segundo o autor, as classes rurais a uma solidariedade profissional por meio da sindicalização foi uma tentativa que não deu certo, pois tanto os trabalhadores rurais quanto os fazendeiros viviam no decorrer da história em completo individualismo, sendo um comportamento inerente às suas tradições e por outro lado, a lei não era obrigatória e punitiva, fatores que tiveram como resultado a falta de adesão.

Em relação ao comunismo, Oliveira Vianna retrata que não seria possível que fosse implantado no Brasil, no caso de uma insurreição, pois é um sistema culturalmente diferente. A tentativa de imposição aos brasileiros, no que tange a adotar um comportamento social em alinhamento com os soviéticos, a ponto de provocar uma mudança de conduta tanto nas relações sociais quanto econômicas é para Oliveira Vianna um regime fardado ao fracasso.

Para o autor, o regime comunista trabalhava no sentido de anular o egoísmo do homem a qualquer tendência que fosse contrária aos objetivos nacionais e interesses públicos, de forma a controlar os comportamentos dos indivíduos na sua vida privada e pública e retirar a sua liberdade nos setores sociais, políticos e econômicos. A sociedade soviética estava voltada para a atividade econômica na busca da maior produção de bens materiais possíveis, o que colocava o Estado em posição de realizar grandes ações de interesse material para a coletividade, porém fracassava ao buscar realizar apenas os interesses coletivos e doutrinários que, segundo o autor, estavam voltados para a eliminação das diferenças de classe e

³²⁸ VIANNA, 1974, p. 114.

desigualdades humanas, o que considera não ser possível eliminar, pois as desigualdades eram naturais na sua visão³²⁹.

Essas desigualdades de classe foram observadas, segundo o autor, principalmente pelos próprios dirigentes na sociedade soviética que pagaram altos salários aos homens que exerciam poder: técnicos, cientistas e peritos em várias áreas. Neste sentido, o comunismo seria inviável. A sociedade seria baseada em particularismos e egoísmos:

O egoísmo, por exemplo, é irreduzível na natureza humana. Nenhuma alteração das condições externas da cultura poderá elidi-lo. Salvo numa hipótese: numa sociedade composta exclusivamente de santos ou índole franciscanas. Mas, ainda assim, mesmo nesta hipótese puramente teórica, as mudanças externas não significariam nada e seriam supérfluas, porque não iriam alterar as condições internas – já que estas preexistiam na substância moral dos próprios indivíduos componentes³³⁰.

O autor Oliveira Vianna defende por meio de sua teoria que a sociedade encerra forças incoercíveis que precisam ser consideradas pelo Estado em suas ações de transformação e reforma. Como exemplo, cita a Rússia e o seu sistema econômico expressivo, assim como as mutações das estruturas e dos planos dos dirigentes do Estado Nazista e Fascista que acabaram reconhecendo a existência da sociedade como fator relevante a determinar limites para as ações do Estado.

- “Por maior que seja o poder da compreensão do Estado – continuava eu então – há um ponto, na tensão provocada, em que o equilíbrio se opera e se estabiliza, cessando a influência ou a eficiência da ação do Estado – tal como nas estacas batidas de uma construção, quando atingido o seu limite máximo de penetração. Este poder compressivo do Estado não é ilimitado, nem o povo é uma espécie de massa plástica – à maneira do barro entre os dedos do oleiro, - a que o Estado possa dar a moldagem que entenda, a forma que imagine ou a estrutura que pretenda: a realidade social existe – eis o fato”³³¹.

O autor ressalta, ainda, que o exemplo a ser apreendido saiu a partir das ações dos regimes intervencionistas e totalitários na comprovação da capacidade de resistência das sociedades quanto às pressões do Estado. Sejam elas de ordem intervencionista ou de dirigismo econômico, a um poder que não se vence, e que foi verificado no Fascismo da Itália, no Sovietismo da Rússia, no Nazismo da Alemanha. Segundo o autor, nesses países, a política social e econômica do Estado não chegou a ser implantada totalmente, não chegando

³²⁹ VIANNA, 1974, p. 124.

³³⁰ Ibid., p. 126.

³³¹ Ibid., p. 130.

a atingir os resultados e expectativas, acabaram sofrendo a reação da sociedade. Acredita o autor que o Estado Moderno esteja mais preparado que o Estado Liberal, deste que se mantenham os seus limites.

As tentativas de reformas surgem, segundo o autor, pelas elites que mudam constantemente as Constituições e os regimes de governo, o que considera ter tido durante a história resultados negativos por não terem embasamentos de acordo com as realidades do Brasil, mas principalmente nas do tipo inglês. O problema para Oliveira Vianna é que o mecanismo de construção constitucional do Estado brasileiro foi construído nos clãs, e por isso sempre foi necessário um sistema de freios que tentasse neutralizar a sua ação nociva no organismo político-administrativo e com a formação de complexos fundamentais para a sua eliminação, a liberdade, a democracia, o progresso etc., viriam como consequência³³².

Algumas políticas implantadas pelo Estado foram positiva para Oliveira Vianna, entre elas a da sindicalização profissional urbana, do serviço militar, da legislação trabalhista, que foram modificando velhas tradições e formando outras, sempre por intermédio da coação, de multas, prisões e repressões movidas por um Estado autoritário, não deixando a execução das leis expostas a liberdades e espontaneidades do povo.

Na verdade, o que devemos fazer, para melhorar o teor da nossa vida pública, não é imitarmos os ingleses e querermos ser como eles – nesta vã expectativa de que podemos mudar de natureza a golpes de leis ou de Constituições. O que devemos fazer é aceitar resolutamente a nossa condição de brasileiros e as consequências da nossa “formação social”: - e tirarmos todo o partido disto. Não há razão para nos envergonharmos de nossos clãs, da nossa politicagem e dos seus “complexos” políticos: somos assim, porque não podemos deixar de ser assim; e só sendo assim é que poderemos ser como nós somos.

Para isto, preliminarmente, devemos nos convencer de que não estamos sozinhos no mundo neste particular: o regime de clã, com a sua mentalidade específica, é o regime mais generalizado do mundo. Encontramo-lo em povos bárbaros e em povos civilizados. Existe e domina em sociedades selvagens da Ásia, da África, da Oceania e da América³³³.

Segundo Oliveira Vianna, as determinantes de cada povo são invioláveis e não mudam. Quando os estadistas, reformadores políticos, legisladores etc., as desconhecem ou as ignoram, os esforços de mudanças são inúteis, e o conhecimento destas determinantes nacionais é primordial, segundo o autor, para todos aqueles que exercem na sociedade uma atividade dirigente.

³³² VIANNA, 1974, p. 137- 138.

³³³ Ibid., p. 142.

Para Nelson Werneck Sodré, a obra de Oliveira Vianna não foi particularmente o resultado de uma pesquisa científica e muito menos a aplicação de um método, mas a contribuição apologética a favor dos interesses e vaidades de uma classe rural. Desta forma, utilizou-se de um falso e enganador levantamento do passado brasileiro e buscou uma justificativa para retirar a representação da massa da população, como se ela nada tivesse representado, apenas oferecido condições para que “os aristocratas do interior” formassem o Brasil. Esconder o papel do povo dentro do processo histórico brasileiro refletia, segundo Sodré, por um lado, um problema de erudição e de método e por outro lado, mascarava a questão social, por meio de uma simpatia distante em relação ao povo, marcada por contrastes raciais e falsas teses que se passaram por revisionistas e mesmo por revolucionárias por meio da pretensão científica de Oliveira Vianna, que ainda está longe de ter desaparecido, pois elas deformam a inteligência e passam por muitos como se fossem verdadeiras³³⁴.

Sodré argumenta que Oliveira Vianna cria uma suposta “nobreza fazendeira”, cujos elementos rurais avultam as características arianas, diferenciando-as de uma espécie de camada plebeia e ignorante, ligadas pela mistura de sangue dos povos bárbaros, o que lhes acarretava falta de moral e perdição. Dentro dessa ótica de Oliveira Vianna, a estes últimos nada restava a não ser, dentro dessa sociedade ruralizada, tornar-se uma classe inferior, assalariada, afastados pelos senhores de terras e pelo receio de misturar o sangue bárbaro com o sangue puro de suas famílias, acabando a se transformarem numa ralé absorvente, massa de mestiços aos quais se degradavam pela miséria, pela impureza do sangue e de caráter, constituindo a ralé colonial.

Ao lado da explicação étnica, Oliveira Vianna alinha a questão do latifúndio, que para ele avultava as condições de cultura e de desenvolvimento, dando a vida moral à nobreza puramente nacional e que tinha sua formação na base local assentada sobre o domínio rural do latifúndio agrícola e pastoril, ou seja, na grande propriedade rural e territorial. Segundo Nelson Werneck Sodré, essa seleção dos elementos humanos dispostos nos critérios étnicos por Oliveira Vianna, tinha como função eliminar do terreno político os que não eram proprietários de terras e tornar muito mais difícil a sua aquisição pela forma seletiva e manter a concentração do poder³³⁵.

A apologética de Oliveira Vianna foi travestida de ciência para defender os proprietários de terras disfarçando os seus reais objetivos pelos relativos à raça e seus

³³⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ideologia do colonialismo:** seus reflexos no pensamento brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 170- 171.

³³⁵ Ibid., p. 181- 186.

elementos, colocando os não-proprietários como não-arianos, conforme observa Sodré. Desta maneira, constata-se nitidamente o juízo que Oliveira Vianna fez do povo e como julga a classe que fornece o trabalho e que mais sofre com a miséria.

[...] As suas conclusões são de meridiana clareza – realizou uma escolha pensada e objetiva. Para ele, são os elementos arianos, os elementos superiores, que mantêm, “de posse dos aparelhos de disciplina e de educação”, isto é, do poder, com a polícia, a justiça e todos os demais elementos, que “dominam essas turba informe e pululante de mestiços inferiores”, isto é, o nosso povo, mantendo-a pela “compressão social e jurídica”, isto é, por uma polícia de classe e uma justiça de classe, que lhes defende os preconceitos e regras, impedindo que a referida “turba” apresente suas reivindicações e alcance, depois, um lugar ao sol. E é tudo isso que Oliveira Viana define como tarefa de primeira ordem, que tudo resolve “para nossa felicidade, num sentido ariano”. Não poderia ser mais incisivo, realmente: não há uma dúvida, tudo está bem claro, jamais se formulou no Brasil, uma obra de teor racista, fascista, nazista tão nítido e profundo. E este homem foi, entre nós, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, pertenceu ao grupo elaborador de um texto constitucional, respondeu por vários dispositivos de uma legislação de trabalho apresentada como “a mais avançada do mundo”³³⁶.

Oliveira Vianna foi, segundo Sodré, o autor da obra mais racista escrita no Brasil e utilizou dos fundamentos intelectuais que tinha a favor do domínio do poder. Outros autores como ele levam a cabo essa apologética disfarçando-a sobre termos raciais e de falsa ciência, o que Sodré afirma não haver parentesco entre uma coisa e outra, mas que infelizmente não foi reduzido à completa equação.

O Estado cria a nação e estabelece o predomínio do público sobre o privado, mas não altera os valores fundamentais pertencentes à ordem rural patriarcal, como os grandes latifúndios. A marca do poder é observada nas tentativas do Estado em harmonizar a sociedade por meio da autoridade, da repressão e da sua ideologia, ameaçadas pelo surgimento no cenário político de novas forças sociais que escapavam ao controle, como os industriais, operários e imigrantes.

O corporativismo, o sindicalismo e a legislação social foram políticas adotadas para controlar o país diante da industrialização cabendo o papel de forçar classes e categorias sociais a se organizarem diante de um Estado autoritário. Antes a ênfase era nos direitos civis como condição para o exercício dos direitos políticos, agora os direitos sociais passavam a ocupar o primeiro plano, mediante a incorporação do trabalhador e do patrão pela estrutura sindical e pela legislação social.

³³⁶ SODRÉ, 1965, p. 194- 195.

O novo Estado não deixa de ser o patriarca, assim como não deixa de utilizar dos instrumentos repressivos e ideológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aspectos convergentes e divergentes do pensamento autoritário dos autores citados

Durante a pesquisa, fizemos a leitura de vários textos de diferentes autores que nos mostraram um panorama geral do Brasil da década de 1930 até o final do Estado Novo em 1945. Os textos dos autores autoritários do Estado Novo e os artigos escritos por eles na Revista *Cultura Política* foram o nosso objeto de estudo. A pesquisa procurou mostrar que os pensadores autoritários tinham um projeto para o Brasil, calcado em um Estado forte e centralizado, na organização corporativa da sociedade, no desenvolvimento econômico, na censura, na repressão aos opositores e na passividade das massas.

O pensamento desses autores era marcado por especificidades. Cada um deles tinha concepções próprias sobre o atraso econômico, social e político brasileiro. Os autores estavam movidos a analisar e sugerir soluções de acordo com as mudanças que aconteciam em quase todas as esferas da sociedade. Estes autores elaboraram um projeto para o Brasil, que não pode ser reduzida a modernização da economia, mas que também abarcava mudanças nas esferas política, jurídica e social. A pesquisa nos levou a concluir que a principal expressão deste projeto de desenvolvimento para a Nação foi a Constituição de 1937.

Até onde nos foi possível avançar, consideramos que esse projeto político de desenvolvimento não estava claro durante a formação da Aliança Liberal e da Revolução de 1930, mesmo nos primeiros anos do Governo Provisório, mas acreditamos que ganharia crescente consistência depois da Constituição de 1934.

Nesta pesquisa, constatamos que os intelectuais autoritários do Estado Novo e críticos do Estado Liberal, procuraram justificar um projeto político de desenvolvimento modificando o conceito de democracia e as concepções de liberdade, de igualdade e justiça. Eles seguiram uma orientação teórica traduzida nos postulados elitistas de autores europeus, afirmando a inexistência de uma situação de igualdade de condições reformulada a partir da concepção de uma sociedade de indivíduos desiguais por natureza, e que encontrariam maiores condições da garantia de seus direitos por meio das atuações do novo governo.

Conforme Ângela de Castro Gomes, o Estado Novo surgia, dentro dessa ideologia, em função da desigualdade dos homens que postulavam soluções políticas, econômicas e

sociais e diferentemente das soluções que garantiam o máximo de liberdade e o mínimo de autoridade, estes intelectuais buscavam meios de tornar a autoridade mais eficiente³³⁷.

Almir de Andrade investia na tentativa de manter uma relação entre as tradições culturais brasileiras e as políticas do governo Getúlio Vargas, combinando as realizações do Estado Novo a um desenvolvimento histórico da sociedade. O seu pensamento seguia na linha de construção de instituições políticas e econômicas baseadas na necessidade do bem comum e, nesse sentido, o espírito do homem moderno se alimentaria de grandes experiências da vida real, tornando-se descrente de ilusões. Defendia que com Getúlio Vargas o governo deixou de ter uma base puramente política e continuou a ser uma democracia no regime instaurado em 1937, pautada agora sobre uma base social e econômica na qual a principal diferenciação era a valorização e a organização do trabalho³³⁸.

De acordo com Almir de Andrade, o liberalismo era uma democracia de doutrinas que não possuía o fator de valorização final do trabalho. Essa seria a justificativa para a substituição dos parlamentos e de muitos dos seus membros por conselhos técnicos que refletiriam o objetivo das ações políticas do Estado moderno. Desta forma, para governar, era necessária a mesma preparação técnica que se utilizava no desempenho de qualquer trabalho que representava para o autor a fonte de riqueza, da produção econômica e do progresso, transformando a vida social de forma que o país obtivesse alta capacidade para o desenvolvimento industrial com todos os fatores necessários para este impulso.

Ele considerava que o regime instaurado com o Estado Novo foi um sistema que tentou adaptar as tendências imediatas da evolução política e econômica do mundo à época, principalmente as que se referiam às exigências do trabalho coletivo para o fortalecimento da economia e dos direitos do povo. O Estado Novo, na sua proposta, deveria atuar como um aparelho regulador evitando injustiças sociais. Para isso, precisava ser forte, garantir o trabalho, a distribuição de riquezas e a proteção dos indivíduos, de forma que o gerenciamento das leis garantiria a democracia e seguiria uma evolução natural baseada em princípios culturais³³⁹.

O projeto proposto por Almir de Andrade para o desenvolvimento econômico do Brasil relaciona as tradições culturais à ação política. Ele busca fundamentar a estabilidade política e econômica do regime por meio de um consenso de valores a partir de elementos do

³³⁷ GOMES. 1988, p. 220

³³⁸ ANDRADE, 1941f, p. 160- 162.

³³⁹ Id., *Aspectos da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1939, p. 179- 182.

passado. Neste processo, a figura de Getúlio Vargas aparece representando a mentalidade brasileira, com traços de cordialidade comuns na cultura do Brasil³⁴⁰.

Enquanto que para Almir de Andrade o projeto de desenvolvimento passava pela organização política e cultural do país, Azevedo Amaral vai enfatizar principalmente as questões econômicas. Para o autor, as soluções para as crises econômicas viria com a industrialização e o aumento da capacidade produtiva do país, integrando as forças sociais em um processo político institucional. O Estado Novo seria um Estado corporativo.

As corporações estariam baseadas no princípio econômico e receberiam a contribuição de todas as atividades sociais guiadas pelo processo de modernização. Este objetivo seria alcançado mantendo o controle da classe trabalhadora em organizações sindicais corporativas do Estado e equilibrando o conflito entre capital e trabalho.

As relações do Estado e da economia estariam unidas por um conjunto de determinações históricas, alinhado ao significado doutrinário do dirigismo econômico e do nacionalismo. O Estado liberal, segundo o autor, levanta dados sobre as bases de uma economia agrário-exportadora, com a crise mundial de 1929 e com o colapso da economia cafeeira.

O movimento político de 1930 provocou uma série de alterações na direção do desenvolvimento econômico e social e o Estado assumiu a iniciativa na condução da mudança socioeconômica unindo as suas atividades à organização da economia e das relações no mercado de trabalho. Esse empreendimento resultou em uma mudança na orientação da economia, na obtenção do capital e depois na organização do capital e do trabalho aperfeiçoando os processos técnicos de produção no sentido da industrialização. Nesse sentido, para Azevedo Amaral, o Estado assumiu a função de dirigente da atividade econômica e promoveu a organização política.

Para o autor, o Estado autoritário e corporativo foi constituindo-se no decorrer da década de 1930 em função da organização e da constituição de suas bases nos grupos econômicos e profissionais das corporações. Ele estabeleceu a ligação entre a idéia corporativa e o regime capitalista, sem negar o valor da iniciativa privada para o desenvolvimento econômico. Para o autor, o corporativismo estava em alinhamento com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e neste sentido beneficiando a burguesia industrial.

A idéia de planificação econômica passava pela existência de um Estado na direção econômica, política e social do país, sendo o órgão central que coordenava todos os setores.

³⁴⁰ OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p. 46.

Azevedo Amaral aceita as formulações da Constituição de 1937, porém faz ressalvas críticas no tocante às reservas de mercado para as indústrias de base: indústria pesada, exploração de minas e quedas de água, pois para o autor, o Brasil não contava com um capital privado nacional disponível e suficiente para empreender no setor industrial de base, pois a economia organizava-se no plano mundial em uma internacionalização do capital.

O capitalismo brasileiro, segundo suas análises, já tinha superado o processo de acumulação de capital realizado por grupos individuais nacionais e com recursos próprios que permitiam expandir a sua produção, existindo um capital acumulado internacionalmente e disponível para o investimento. Ao Estado cabia intervir e coordenar as atividades econômicas motivando a iniciativa privada. O capital estrangeiro na visão do autor serviria para impor limites à função do Estado.

Na visão de Azevedo Amaral, o nacionalismo apresentado pelo Estado Novo era a democracia que representava as aspirações das massas. Cada Nação deveria organizar a sua estrutura interna, política econômica e social e neste sentido, este projeto de desenvolvimento seria guiado pelo governo. O Estado deveria estruturar-se em uma organização corporativa da economia e do poder político representado pelos sindicatos de uma democracia forjada pelo Estado Novo. A ideologia formulada para o regime político de 1937, por Azevedo Amaral, tinha a sua origem na autoridade e objetivava a modernização e o desenvolvimento industrial.

Dada a importância da proposta industrializante de Azevedo Amaral, vale a pena um contraponto com Oliveira Vianna, embora não encontrássemos evidências da participação do autor com artigos na Revista *Cultura Política*, ele tinha um projeto distinto para a economia brasileira.

Oliveira Vianna defendia o Estado como promotor do civismo e da paz social. A formação do cidadão devia passar pela implantação de uma sociedade cooperativa e corporativista. Os valores da herança colonial estavam baseados no latifúndio, na influência católica e nas raízes rurais. O ruralismo manifestava-se com seus valores paternalistas, familistas, racistas, pessoalista, encontrados em *Populações Meridionais no Brasil*³⁴¹.

Na sua visão, o corporativismo, o sindicalismo e a legislação social eram políticas que tinham a vantagem de poupar o país dos dramas causados pela industrialização capitalista, e de lançar o Brasil na direção de uma nova sociedade harmoniosa e, segundo ele, democrática, pois envolveria, por meio de sindicatos e corporações, o grosso da população na

³⁴¹ VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

direção política do país. Os direitos sociais passariam a atuar mediante à incorporação do trabalhador e do patrão pela estrutura sindical e pela legislação social.

As doutrinas corporativistas e sindicalistas forneciam a ele a base de análise social e política para pensar valores que não eram substancialmente distintos dos que teriam prevalecido na sociedade agrária do Império. A postura de Oliveira Vianna não é a mesma de Azevedo Amaral. O autoritarismo para Oliveira Vianna era uma técnica, uma engenharia social, um caminho para países como o Brasil chegarem ao moderno capitalismo. Ele defendia a organização, integração, incorporação, cooperação e não era a favor da mobilização, da luta política, dos conflitos que considerava forças desagregadoras.

Na fase social e trabalhista de sua obra, os atores eram coletivos, eram o governo, as corporações, os sindicatos. Seu ideal de sociedade era um corpo orgânico que deveria funcionar por contra própria, articulado por lideranças funcionais que o permeariam de alto a baixo.

Os ideólogos autoritários procuram re-escrever a história do Brasil tendo como ponto de referência o Estado Novo e neste sentido enfatizavam um projeto corporativo de desenvolvimento para a Nação sufocando as organizações independentes. Sejam eles agraristas ou industrialistas, tinham uma proposta de transição para o capitalismo por cima, um programa de desenvolvimento capitalista conservador. Oliveira Vianna, quando da comparação com Azevedo Amaral, possui certa miopia, pois não via como Azevedo Amaral que o futuro da economia estava na indústria.

Apesar das origens rurais e da influência católica, Oliveira Vianna passava longe do modernismo quando tornava central o tema do nacionalismo. O modernismo separa-o de outros pensadores que estavam mais próximo da idéia de ruptura com o passado. A ruptura era a marca do modernismo. Tratava-se de derrubar o construído, de destruir as tradições e os mitos, de refazer o Brasil a partir de uma visão abstrata e romântica das raízes indígenas. Alguns modernistas deixavam-se fascinar pela técnica do mundo moderno, pelas máquinas, pelas invenções, pelas grandes metrópoles.

Cassiano Ricardo defendia o Estado Novo produzindo suas pesquisas e centrando seus estudos nos possíveis elementos definidores da cultura brasileira e suas implicações na esfera política, social e econômica. Ele destacou os valores que serviam para pensar a bandeira como a gênese deste regime político, por meio do conhecimento histórico e produzindo elementos para o momento atual em que destaca a concentração de poder nas mãos do Chefe bandeirante, a expansão geográfica e a integração territorial que o movimento bandeirista proporcionara na formação do contorno do Estado nacional. Revendo

interpretações feitas por historiadores, Cassiano Ricardo tentou encontrar na miscigenação o instrumento de democratização.

As fundamentações da nacionalidade brasileira eram dadas por meio das bandeiras que deveriam legitimar não apenas as aspirações de um modelo político, mas também os interesses da expansão econômica. Desse modo, o Oeste que os bandeirantes tinham conquistado para o território nacional aparecia como um significativo potencial brasileiro. O sentido de marchar para o Oeste e preencher os vazios demográficos explorando todas as suas possibilidades de riquezas tinham como objetivo a formação do mercado interno, integrando as regiões do país. Neste sentido, para Cassiano Ricardo, o Estado Novo representava o movimento da bandeira em busca do desenvolvimento econômico brasileiro e unindo ao seu redor as instituições políticas econômicas e sociais, principalmente dos Estados mais contestadores, como São Paulo. Nesse caminho percorrido pelo Estado Novo, Getúlio Vargas seria o Chefe bandeirante.

Francisco Campos, da mesma forma que os outros ideólogos autoritários que reconheciam na figura da Getúlio Vargas e na Revolução de 1930 a verdadeira revolução brasileira, investiu por meio da formulação de leis contra os regionalismos que considerava descentralizar a estrutura do governo federal, contra o voto secreto e contra o parlamento que deveria sofrer a substituição por sindicatos do governo³⁴².

Tentou impor nas escolas a religião católica, como a principal religião dos brasileiros, pois na sua visão a educação religiosa era a melhor forma de combater o liberalismo. Francisco Campos preconizava a montagem da estrutura do Estado Novo de forma a ser antiliberal, autoritário, moderno, centralizador, modernizando do alto as estruturas políticas e burocráticas brasileiras:

O 10 de Novembro resultou, antes de tudo, da profunda e urgente necessidade de integrar as instituições no senso das realidades políticas, sociais e econômicas do Brasil, num momento em que essa necessidade se impôs com a força inapelável de um imperativo de salvação nacional³⁴³.

Segundo Francisco Campos, a verdadeira educação concentra o seu interesse para as direções do espírito, procurando criar, com elementos constitutivos uma situação de fato em que se abre a oportunidade e o interesse pela investigação e pelo trabalho, como forma de realização pessoal.

³⁴² MEDEIROS, 1978, p. 13.

³⁴³ A PALAVRA do Ministro da Justiça e Negócios Interiores. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.1, n. 9, p. IX, nov., 1941, p. IX.

Neste sentido considerava que o mundo vivia principalmente por meio de medidas econômicas e por isso a necessidade de um ensino de cunho técnico e profissional, que permitisse dirigir a economia, sobretudo a uma economia organizada e racionalizada. Neste panorama, por considerar o sistema de educação menos acessível às massas, essas para ele, não tinha condições de tomar decisões conscientes e continuariam a aceitar as medidas políticas impostas pelo governo.

Já para Lourival Fontes o Estado Novo era um regime político que caminhava para o povo e antecipava e realizava, no campo da cooperação social, os imperativos mais avançados da valorização e igualdade do trabalhador:

Na marcha ascensional para a dominação e para a expansão política, os povos reúnem-se em torno de nomes, de chefes, de dirigentes, de personalidades representativas, de valores típicos, que emergem e se destacam no seio das massas humanas, não por elas escolhidos à sua imagem como na liberal-democracia, mas por elas aceitos como personificações da vontade coletiva³⁴⁴.

Para ele, a democracia e o progresso humano em todas as sociedades estavam em sintonia com as direções dadas pela liderança de homens superiores. Eles eram capazes de elevar as participações democráticas e se mover em todas as esferas da sociedade tendo domínio sobre as armas da guerra, das artes, da política e da economia. Neste sentido, a expansão política, econômica e social poderia representar os objetivos do nacionalismo.

A Constituição de 1937 para Lourival Fontes instituiu no domínio econômico regras para o equilíbrio entre o bem geral e os interesses particulares, baseados na livre iniciativa privada. Neste formato, cada cidadão brasileiro é livre para prosperar e adquirir bens, assim como de passá-los aos seus descendentes, porém a economia privada, como parte integrante dos interesses gerais, poderá passar pela intervenção do Estado, desde a descoberta de riquezas dos solos à gestão de grandes estabelecimentos industriais.

Neste sentido, para Lourival Fontes, o Estado Novo atuaria preservando as condições de vida dos trabalhadores e assegurando-lhes o trabalho e a justa remuneração, de maneira que a forma sindical e corporativa resolveria a questão do trabalho no Brasil, assim como os métodos de produção e circulação de mercadorias por meio do equilíbrio entre a produção e o consumo³⁴⁵.

³⁴⁴ FONTES, 1941a, p. 6.

³⁴⁵ Id., 1939, p. 53.

Apesar dos autores Jarbas Medeiros, Ludwig Lauerhass³⁴⁶, entre outros, afirmarem que a Constituição de 1937 não chegou a vigorar, pois o presidente Getúlio Vargas governava por meio de decretos-leis, eles concordam que durante o seu governo muitas das suas propostas foram indiretamente implantadas, a ponto de estarem presentes ainda hoje, principalmente as trabalhistas.

A propaganda ideológica também se modernizou com a nova atenção dada aos meios de comunicação; felizmente a própria modernidade nos fornece meios maiores de resistência e aglutinação e, ao que identificou o próprio Oliveira Vianna, o maior representante dessa vertente autoritária, a sociedade possui uma força incoercível e quando o Estado a coloca a excessiva coerção essa força de resistência aparece na sociedade e não é possível de ser vencida, pois para ele: “a sociedade existe, encerra forças incoercíveis, com que o Estado – apesar da sua onipotência atual – tem de contar, se não quiser fracassar nas suas tentativas de reforma ou de transformação da sociedade”³⁴⁷.

Embora acreditemos que os autores autoritários criaram uma ideologia de governo ao Estado Novo com projetos políticos, econômicos e sociais para o Brasil, consideramos que ela ainda se mantém, pois o objetivo deles assim como o do capitalista foi o de manter a sociedade sob controle.

³⁴⁶ LAUERHASS JÚNIOR, 1986, p.135- 136.

³⁴⁷ VIANNA, 1974, p. 130.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889- 1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930.
- _____. **A aventura política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.
- _____. Realismo político e democracia. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 157-173, mar., 1941a.
- _____. Evolução da política imperial. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-53, abr., 1941b.
- _____. Evolução política republicana. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.154-172, maio,1941c.
- _____. A Revolução Brasileira. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro,v. 1, n. 5, p. 133-142, jul., 1941d.
- _____. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Ed. UNB, 1981.
- ANDRADE, Almir de. A evolução política e social do Brasil. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, mar., p. 5-8, 1941a.
- _____. Política e cultura. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 5-8, abr., 1941b.
- _____. Soberania internacional do Brasil. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 5-8, maio, 1941c.
- _____. O Brasil e a centralização do governo. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 5-8, jun., 1941d.
- _____. Os grandes traços da Constituição de 10 de novembro de 1937. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 5-8, jul., 1941e.
- _____. Democracia social e econômica. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 160-175, ago., 1941f.
- _____. O conceito brasileiro de “município”. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 181-189, nov., 1941g.
- _____. **Formação da sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941h.

_____. O segundo ano de “Cultura Política”. **Cultura Política**. Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 2, n.14, p. 1-4, abr., 1942a.

_____. Getúlio Vargas e a doutrina brasileira de governo. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p. 7-10, maio, 1942b.

_____. O Estado Nacional e a missão de “Cultura Política”. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 7-10, ago., 1942c.

_____. As diretrizes da nova política do Brasil. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.3, n. 23, p. 7-19, jan.,1943a.

_____. O presidente, o Brasil e a guerra. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, v.3, n. 33, p.29-33, out., 1943b.

_____. O presidente Getúlio Vargas e a imprensa. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.4, n. 39, p. 39-44, abr., 1944.

_____. **Contribuição a história administrativa do Brasil**: na república, até o ano de 1945. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1950. V. 1 e V. 2.

_____. **Força, cultura e liberdade**: origens históricas e tendências atuais da evolução política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

_____. **Aspectos da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1939.

ANTELO, Raúl. **Literatura em revista**. São Paulo: Ática, 1984.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Tradução de Paulo de Almeida Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do eixo**: camisas-verdes e o Jornal Integralista Acção (1936-1938). 2007. 274f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, 2007.

BASTOS, Mônica Rugai. **Tristeza não pagam dívidas**: um estudo sobre a Atlântida Cinematográfica S/A. 1997. 211f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1997.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. (Org.). **Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

CAMARGO, Aspásia et al. **O golpe silencioso**: as origens da república corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMPOS, Francisco. **O Estado nacional**: sua estrutura: seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

_____. A PALAVRA do Ministro da Justiça e Negócios Interiores. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. IX, nov., 1941.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

_____. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARNEIRO, Maria Tucci, KOSSOY, Boris. (Org.) **A imprensa confiscada pelo DEOPS**: 1924-1954. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

CARONE, Edgard. **A segunda república**: 1930-1937. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

_____. **A terceira república**: 1937-1945. São Paulo: Difel, 1976a.

_____. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1976b.

_____. **Revoluções do Brasil contemporâneo**. São Paulo: DESA, 1965.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo**: política externa e projeto nacional. São Paulo: Ed. UNESP; FAPESP, 2000.

_____. **Os rumos da economia brasileira no final do estado novo**: 1942-1945. 1991. 275f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1991.

CUNHA, Paulo. Ribeiro. **Um olhar a esquerda**: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfose**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930- 1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DULLES, John W. F. **Getúlio Vargas**: biografia política. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

ERICKSON, Keneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONTES, Lourival. **A face final de Vargas**: os bilhetes de Getúlio. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

- _____. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda (D. N. P.), 1939.
- _____. Democracia, eleição e representação. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 5-9, ago. 1941a.
- _____. A imprensa e o exército nacional, I. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v.1, n. 7, p. 1-3, set., 1941b.
- _____. Aniversário do “Discurso do Rio Amazonas”. **Cultura Política**: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 155-156, nov., 1941c.
- _____. **Homens e multidões**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1950.
- _____. **Uma política de preconceitos**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.
- _____. **Política, petróleo e população**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1985.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- _____. **História e historiadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- KARL, Marx; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986.
- LAUERHASS JÚNIOR, Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241- 285. V. 2.
- LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas**. Tradução Anna Olga de Barros Bento. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Ferreira. (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39- 61 V. 2.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigentes no Brasil: 1920-1945**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

MOURA, G. Autonomia na dependência: a política externa brasileira (1935- 1942). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de. **Poesia, mito e história no modernismo brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Ferreira. (Org.). **O Brasil republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-37, V. 2. .

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

RICARDO, Cassiano. O estado novo e seu sentido bandeirante. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 110-132, mar.,1941.

_____. As Bandeiras do Século XX. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v.2, n. 11, p. 13-26, jan., 1942a.

_____. Regimes e Rótulos. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v.2, n. 11, p. 106-109, jan.,1942b.

_____. **Viagem no tempo e no espaço: memórias**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970.

_____. **Marcha para oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil**. 3. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1959. V. 2.

_____. **O Brasil no original**. 2. Ed. São Paulo: Coleção Cultural da Bandeira, 1937.

_____. **Pequeno ensaio de bandeirologia**. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

ROSEMBERG, Martha. **Ariel vencido?** O pensamento político de Francisco Campos. 1979. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1979.

SILVA, Ricardo. **A ideologia do estado autoritário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo:** seus reflexos no pensamento brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. **Orientações do pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942.

_____. **Memórias de um escritor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SOUZA NETO, Nilton Soares de. Pequena biografia de Oliveira Vianna. Rio de Janeiro, **Arquivo Casa de Oliveira Vianna**, p. 1- 3, 2007. Disponível em: <WWW.museudoestado.rj.gov.br/cov/pesquisa.htm> Acesso em: 11 jul. 2010.

TÓTORA, Silvana Maria Corrêa. **Azevedo Amaral e o Brasil moderno**. 1991. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

TRUBULIANO, Carlos Alexandre Barros; MARTINS JÚNIOR, Carlos. Patrimônio histórico do século XXI: a marcha para oeste de Cassiano Ricardo: um itinerário para a nação. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. 11., 2008, Jacarezinho, PR. **Anais...** Jacarezinho, PR: UENP, 2008, p. 10. Disponível em: <WWW.cj.uenp.edu.br/ch/anpuh/textos/002.pdf> Acesso em: 11 jul. 2010.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil:** o Estado Novo. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1938. V. 5.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma Configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. Estado novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.71- 108.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionário de 35:** sonho e realidade. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

_____. **Instituições políticas brasileiras**. Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ARQUIVOS CONSULTADOS

ARQUIVO CASA DE OLIVEIRA VIANNA Disponível em:
<WWW.museusdoestado.rj.gov.br/cov/pesquisa.htm> Acesso em: 11 jul. 2010.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO
BRASIL - CPDOC Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:
<WWW.cpdoc.fgv.br> Acesso em: 11 jul. 2010.

ANEXO A - Relação nominal dos que colaboraram em “Cultura Política” do nº 1 (março de 1941) ao nº 13 (março de 1942). **Cultura Política**. Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, [S.n.], n.14, p. 4-10, 1942.

- 1- AZEVEDO AMARAL. Escritor e jornalista.
- 2- AZEVEDO LIMA. Chefe de Distrito Médico- Pedagógico na Prefeitura do Distrito Federal.
- 3- RAUL DE AZEVEDO. Presidente da Comissão de Eficiência do Ministério da Viação e Obras Públicas.
- 4- JAIME DE BARROS. Escritor e jornalista. Do Ministério das Relações Exteriores.
- 5- JOSÉ MARIA BELO. Escritor. Procurador da Fazenda no Distrito Federal.
- 6- BRITO BROCA. Escritor e jornalista. (São Paulo).
- 7- OSVALDO R. CABRAL. Historiador. Membro do Instituto Histórico de Santa Catarina.
- 8- PEDRO CALHEIROS BONFIM. Técnico de Educação, do I.N.E.P.
- 9- FERNANDO CALLAGE. Do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo.
- 10- LÚCIO CARDOSO. Escritor, romancista e poeta (Minas Gerais).
- 11- PÉRICLES MELO CARVALHO. Do Departamento Nacional de Imigração.
- 12- MARIO CASASSANTA. Jurista, professor e Reitor da Universidade de Minas Gerais.
- 13- OSVALDO ALVES. Escritor e romancista.
- 14- AUSTEN AMARO. Escritor (Minas Gerais).
- 15- WALTER MASSON PEREIRA DE ANDRADE. Primeiro Tenente do Exército Nacional.
- 16- ARISTEU AQUILLES. Escritor e jornalista. Do Departamento Administrativo do Serviço Público.
- 17- YOLANDA DE ARAÚJO NOBRE. Professora em Belo Horizonte.
- 18- MURILO ARAÚJO. Escritor e poeta. Do Ministério de Viação e Obras Públicas.
- 19- GILBERTO FREYRE. Escritor e sociólogo (Pernambuco).
- 20- OLAVO OLIVEIRA. Jurista e Professor da Faculdade de Direito do Ceará.
- 21- RAIMUNDO ATAÍDE. Jornalista.
- 22- BASTOS PORTELA. Escritor e jornalista.
- 23- JOÃO BORGES ALVES JUNIOR. Engenheiro mineralogista.
- 24- J. R. LADEIRA. Engenheiro civil.

- 25- HAROLDO MAURO. Advogado.
- 26- R. P. CASTELO BRANCO. Jornalista.
- 27- EDGARD CARVALHO. Jornalista (Ceará).
- 28- MENELICK DE CARVALHO. Diretor da Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais. Ex- prefeito de Juiz de Fora.
- 29- CARLOS CAVALCANTI. Conservador de Museus de Arte do Ministério da Educação e Saúde.
- 30- RAMAYANA DE CHEVALIER. Da Faculdade de Direito do Amazonas.
- 31- DANTE COSTA. Médico e escritor do Departamento Nacional da Criança.
- 32- LUIZ ANTONIO DA COSTA CARVALHO. Professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.
- 33- ALMIR DE ANDRADE. Professor da Faculdade Nacional de Direito e ex- Professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.
- 34- MERCEDES DANTAS. Diretora de Escola na Prefeitura do Distrito Federal. Da Academia de Letras da Baía e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.
- 35- PRUDENTE DE MORAES NETO. (pseud.: Pedro Dantas). Professor, escritor e crítico literário. Do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- 36- GILENO DE CARLI. Engenheiro. Chefe da Seção de Estudos Econômicos do Instituto do Açúcar e do Alcool.
- 37- NOEMI ALCÂNTARA B. DE ANDRADE. Da Diretoria de Educação de Saúde e Higiene Escolar da Prefeitura do Distrito Federal.
- 38- ZOLAQUIO DINIZ. Advogado.
- 39- CANDIDO DUARTE. Chefe da Divisão de Administração do Departamento de Municipalidades do Estado do Rio de Janeiro.
- 40- JOÃO DORNAS FILHO. Escrito, contista e historiador. Da Secretaria da Viação do Estado de Minas Gerais.
- 41- ODORICO VICTOR DO ESPIRITO SANTO. Capitão Veterinário do Exército Nacional.
- 42- ESPERIDIÃO DE FARIAS JUNIOR. Engenheiro agrônomo.
- 43- PAULO AUGUSTO DE FIGUEIREDO. Presidente do Departamento Administrativo do Estado de Goiaz.
- 44- JOSÉ FIRMO. Jornalista. Diretor da União Brasileira de Imprensa.
- 45- ROBERTO PIRAGIBE DA FONSECA. Professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

- 46- VICENTE DE FARIA COELHO. Juiz na Justiça do Distrito Federal.
- 47- NEUSA FEITAL. Professora. Do Departamento de Educação Nacionalista da Prefeitura do Distrito Federal.
- 48- ANIBAL FERNANDES. Ex Diretor do Museu do Estado de Pernambuco. Professor e Jornalista, Diretor do “Diário de Pernambuco”.
- 49- BEZERRA DE FREITAS. Do Gabinete do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.
- 50- ROSARIO FUSCO. Escritor, poeta e crítico literário. (Minas Gerais).
- 51- FRANCISCO GALVÃO. Advogado e jornalista. Ex Deputado no Estado do Amazonas.
- 52- WALTER BENEVIDES CORREIA DE SÁ. Médico.
- 53- RUBEN GILL. Escritor e autor teatral.
- 54- GERREIRO RAMOS. Escritor e crítico literário (Baía).
- 55- ALPHONSUS DE GUIMARÃES FILHO. Escritor, poeta e crítico literário (Minas Gerais).
- 56- HORTA BARBOSA. General do Exército Nacional. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo.
- 57- OSIAS GUIMALHÃES. Engenheiro, do Serviço de Obras Contra as Secas do Nordeste.
- 58- CLOVIS GUSMÃO. Jornalista e escritor (Amazonas).
- 59- MARTINHO GARCEZ NETO. Juiz na Justiça do Distrito Federal.
- 60- NICO GUNZBURG. Antigo Diretor da Faculdade de Direito e Presidente do Instituto de Criminologia da Universidade de Gand (Bélgica).
- 61- LEÃO MACHADO. Sub- Diretor Administrativo do Instituto Agrônomo de São Paulo.
- 62- PINHEIRO DE LEMOS. Escritor e jornalista. Do Departamento Administrativo do Serviço Público.
- 63- JORGE DE LIMA. Escritor, romancista e poeta (Alagoas).
- 64- WILSON LOUSADA. Escritor e crítico literário.
- 65- LUIZ HEITOR CORREIA DE AZEVEDO. Professor catedrático da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil.
- 66- ROBERTO LIRA. Promotor Público no Distrito Federal. Escritor e crítico literário.
- 67- SERGIO D. T. MACEDO. Professor da Academia de Comércio.

- 68- PÉRICLES MADUREIRA DE PINHO. Chefe de Seção na Câmara de Reajustamento Econômico.
- 69- BASÍLIO DE MAGALHÃES. Historiador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor catedrático do Instituto de Educação do Distrito Federal.
- 70- R. MAGALHÃES JUNIOR. Escritor e autor teatral. Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais.
- 71- AGEU MAGALHÃES. Professor da Faculdade de Medicina do Recife (Pernambuco).
- 72- JORGE MAIA. Do Ministério das Relações Exteriores.
- 73- HEITOR MARÇAL. Escritor e romancista.
- 74- ALCIDES MARINHO REGO. Médico.
- 75- SÉRGIO MARINHO. Major do Exército Nacional. Professor da Escola Militar.
- 76- MARQUES REBELO. Escritor, contista e romancista.
- 77- MARTINS CASTELO. Jornalista e crítico de rádio.
- 78- LUIZ MARTINS. Escritor (São Paulo).
- 79- JOSÉ LEAL DE MASCARENHAS. Da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais do Ministério da Justiça.
- 80- AIRES DA MATA MACHADO FILHO. Escritor e professor (Minas Gerais).
- 81- JULIO DE MATOS IBIAPINA. Professor do Colégio Militar. Escritor, jornalista e ex- diretor do “Diário do Estado” de Fortaleza (Ceará).
- 82- J. PAULO DE MEDEIROS. Jornalista.
- 83- MARIO MELO. Historiador. Do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e da Academia Pernambucana de Letras.
- 84- BATISTA DE MELO. Juiz de Direito em Rio Preto (Minas Gerais).
- 85- DJACIR MENEZES. Sociólogo e professor. Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. Membro do Conselho Nacional do Trabalho.
- 86- JOSÉ DE MESQUITA. Desembargador na Corte de Apelação do Estado de Mato Grosso.
- 87- VICENTE CHERMONT DE MIRANDA. Jurista. Chefe da Seção Jurídica do Instituto do Açúcar e do Alcool.
- 88- MONTE ARRAES. Escritor e publicista. Ex Deputado Federal pelo Estado do Ceará e ex- Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Ceará.
- 89- OLIVIO MONTENEGRO. Escritor e crítico literário (Pernambuco).

- 90- DEODATO DE MORAES. Médico, escritor e Chefe de Distrito Educacional na Prefeitura do Distrito Federal.
- 91- EDMAR MOREL. Jornalista (Ceará).
- 92- ALBERTINO G. MOREIRA. Escritor (São Paulo).
- 93- JOÃO PEDRO MULLER. Professor de Escola Técnica Secundaria na Prefeitura do Distrito Federal. Neiva Arthur Hehl. Membro do Conselho de Imigração e Colonização. Diretor Geral do Expediente e Contabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal.
- 94- RUBEM NAVARRA. Escritor e crítico de arte (Pernambuco).
- 95- ARTHUR HEHL NEIVA. Membro do Conselho de Imigração e Colonização. Diretor Geral do Expediente e Contabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal.
- 96- TOMAZ NEWLANDS NETO. Técnico de Educação, do I. N. E. P.
- 97- ALTAMIRANO NUNES PEREIRA. Tenente-Coronel do Exército Nacional. Professor Catedrático da Escola de Intendência do Exército e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro.
- 98- CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS. Juiz, na Justiça do Distrito Federal.
- 99- ELEUTERIO DE OLIVEIRA. Professor de Escola Secundária (Petrópolis).
- 100- D. MARTINS DE OLIVEIRA. Escritor e romancista. Da Polícia Civil do Distrito Federal.
- 101- JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA. Jornalista.
- 102- DECIO PACHECO SILVEIRA. Escritor e crítico literário. Diretor da Rádio Difusora São Paulo.
- 103- CARLOS PEDROSA. Do Conselho Nacional de Geografia.
- 104- SILVIO PEIXOTO. Escritor e historiador.
- 105- PEREGRINO JUNIOR. Médico. Professor da Faculdade Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil.
- 106- UMBERTO PEREGRINO. Primeiro Tenente do Exército Nacional, da Inspetoria da Arma de Cavalaria.
- 107- ARMANDO PEREIRA. Jornalista. Redator-Chefe do “Correio da Noite”.
- 108- RAIMUNDO PINHEIRO. Jornalista. Ex-Inspetor de Ensino no Estado do Pará.
- 109- JOÃO PINHEIRO FILHO. Ex-Deputado Federal.
- 110- OTO PRAZERES. Secretário- Membro da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais do Ministério da Justiça.

- 111- MARIA PORTUGAL MILWARD. Escritora e crítica de arte.
- 112- ULYSSES RAMALHETE MAIA. Inspetor-Chefe do Ensino Secundário. Profissional e Técnico no Estado do Espírito Santo.
- 113- GRACILIANO RAMOS. Escritor e romancista (Alagoas).
- 114- ANTONIO SIMÕES DOS REIS. Bibliógrafo e historiador. Do Instituto Nacional do Livro e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
- 115- CASSIANO RICARDO. Escritor, poeta e jornalista. Da Academia Brasileira de Letras. Diretor de “A Manhã”.
- 116- JOSÉ DA ROCHA LAGOA. Professor da Faculdade Nacional de Filosofia. Da Universidade do Brasil.
- 117- NEY CIDADE PALMEIRO. Professor no Colégio Universitário da Universidade do Brasil.
- 118- LYSIAS A. RODRIGUES. Tenente-Coronel Aviador. Chefe da Seção de Mobilização do Ministério da Aeronáutica.
- 119- LUIZ DIAS ROLLEMBERG. Escritor e jornalista. Ex Deputado Federal pelo Estado de Sergipe.
- 120- ALVARO F. SALGADO. Escritor e crítico literário. Da Rádio-Ministério da Educação.
- 121- MARIO SETTE. Escritor, jornalista e romancista. (Pernambuco).
- 122- MOACIR F. SILVA. Engenheiro-Geógrafo. Consultor Técnico do Ministério da Viação e Obras Públicas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 123- BEATRIZ MARQUES DE SOUZA. Da Divisão de Organização do Departamento Administrativo do Serviço Público.
- 124- SEVERINO SOMBRA. Capitão do Exército Nacional. Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da Comissão Diretora da Biblioteca Militar.
- 125- NELSON WERNECK SODRÉ. Escritor, sociólogo e crítico literário. Capitão do Exército Nacional.
- 126- JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA. Jornalista (Santa Catarina).
- 127- ALOISIO MARIA TEIXEIRA. Juiz na Justiça do Distrito Federal.
- 128- OSCAR TENÓRIO. Juiz de Direito na Justiça do Distrito Federal.
- 129- MARIO TRAVASSOS. Coronel do Exército Nacional. Instrutor Chefe do Curso de Preparação da Escola do Estado Maior do Exército.
- 130- ORLANDO VALVERDE. Chefe do Arquivo Corográfico e Secretário Assistente do Conselho Nacional de Geografia.

- 131- EDGAR DE VASCONCELOS BARROS. Professor na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais.
- 132- FRANCISCO VENANCIO FILHO. Presidente da Associação Brasileira de Educação. Professor catedrático no Instituto de Educação do Distrito Federal.
- 133- INACIO JOSÉ VERISSIMO. Tenente-Coronel do Exército Nacional. Do Estado-Maior da 2ª Região Militar.
- 134- JOSÉ VERISSIMO FILHO. Presidente da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho (São Paulo).
- 135- ADEMAR VIDAL. Escritor e publicista. Procurador da República no Estado da Paraíba.
- 136- BARROS VIDAL. Escritor e jornalista. Secretário de “A Manhã”.
- 137- HELIO VIANA. Historiador. Professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.
- 138- NEWTON VICTOR. Jornalista (Pernambuco).
- 139- OLDEGAR VIEIRA. Professor no Ginásio da Baía.
- 140- ALVARO VIEIRA PINTO. Professor na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e ex- Professor de História das Ciências na Universidade do Distrito Federal.
- 141- J. J. VIEIRA FILHO. Médico. Inspetor-Técnico da Assistência dos Hospitais da Beneficencia Portuguesa.
- 142- MIGUEL ELIAS-ABU-MEHRY. Médico da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal.
- 143- ANTONIO MACIEL DO BONFIM. Economista (Baía).
- 144- BELFORT DE OLIVEIRA. Jornalista.
- 145- AFRANIO CORREIA. Jornalista (Mato Grosso).
- 146- A. GUIMARÃES DRUMOND. Do Ministério da Viação e Obras Públicas.
- 147- JULIO PIRES. Jornalista (Pernambuco).
- 148- JETTRO SARAIVA. Redator da Agência Nacional.
- 149- ALFREDO PESSOA. Diretor da Divisão de Divulgação do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Colaboração Acadêmica:

- 150 – REINALDO BASTOS. Da Faculdade de Direito de Niterói.
- 151 – JOAQUIM DE ALMEIDA JUNIOR. Da Faculdade Nacional de Direito.
- 152- PEDRO MANES. Da faculdade Nacional de Direito.
- 153 – HENRIQUE DE CARVALHO SIMAS. Da Faculdade Nacional de Direito.
- 154 – MURILO ALECRIM TAVARES. Da Faculdade Nacional de Direito.
155. MURILO VIEIRA SAMPAIO. Da Faculdade Nacional de Direito.

ANEXO B - RELAÇÃO DE AUTORES, QUE TIVERAM SEUS DISCURSOS, ARTIGOS, AUTÓGRAFOS OU TRABALHOS REPRODUZIDOS NA REVISTA DO Nº 1 AO Nº 13

- I- Presidente GETÚLIO VARGAS.
- II- Ministro FRANCISCO CAMPOS.
- III- Ministro GENERAL EURICO GASPAR DUTRA.
- IV- Ministro GUSTAVO CAPANEMA
- V- Ministro ARTUR DE SOUZA COSTA.
- VI- Ministro SALGADO FILHO
- VII- Ministro OSVALDO ARANHA
- VIII- Ministro JOSÉ DE MENDONÇA LIMA
- IX- Ministro ALEXANDRE MARCONDES FILHO
- X- Ministro Interino DULPHE PINHEIRO MACHADO
- XI- Ministro Interino CARLOS DE SOUZA DUARTE
- XII- LUIZ SIMÕES LOPES. Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público
- XIII- LOURIVAL FONTES. Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda.
- XIV- General MARIO ARÍ PIRES
- XVI- Desembargador JOAQUIM RODRIGUES DE SOUZA. (Textos e documentos históricos).
- XVII- OLIVEIRA LIMA. (Textos e documentos históricos).
- XVIII- MELO MORAIS FILHO. (Páginas do passado brasileiro).
- XIX- ALBERTO TORRES. (Textos e documentos históricos).
- XX- JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA. (Textos e documentos históricos).
- XXI- NUNO PINHEIRO. (Textos e documentos históricos).
- XXII- MANUEL ANTONIO DE ALMEIDA. (Páginas do passado brasileiro).
- XXIII- Comendador DOMINGOS TEODORO DE AZEVEDO (Textos e documentos históricos).
- XXIV- Tenente- Coronel AUGUSTO DE MIRANDA JORDÃO. (Textos e documentos históricos).
- XXV- FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO, Conde da CUNHA. (Textos e documentos históricos).
- XXVI- FRANÇA JUNIOR. (Páginas do passado brasileiro).

- XXVII- JOSÉ FAELANTE DE CAMARA. (Textos e documentos históricos).
- XVIII- Imperador D. PEDRO II. (Textos e documentos históricos).
- XXIX- FUSTO CARDOSO. (Textos e documentos históricos).
- XXX- ALCANTARA MACHADO. (Páginas do passado brasileiro).
- XXXI- FREI JOAQUIM DO AMOR DIVINO CANECA. (Textos e documentos históricos).
- XXXII- Senador NICOLAU PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO. (Textos e documentos históricos).
- XXXIII- AFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO, Visconde de OURO PRETO. (Páginas do passado brasileiro).
- XXXIV- Presidente da UNIÃO DOS SINDICATOS DOS ESTIVADORES, (Entrevista).
- XXXV- Presidente do SINDICATO DOS DISTRIBUIDORES E VENDEDORES DE JORNAIS E REVISTAS (Entrevista).
- XXXVI- Presidente da UNIÃO BENEFICIENTE DO CHAUFFEURS DO RIO DE JANEIRO. (Entrevista).
- XXXVII- Presidente do SINDICATO DOS PESCADORES. (Entrevista).
- XXXVIII- Major NAPOLEÃO DE ALENCASTRO GUIMARÃES. Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. (Entrevista).
- XXXIX- Diretor da FUNDAÇÃO ANCHIETA. (Entrevista).
- XL- EDUARDO PRADO. (Páginas do passado brasileiro).
- XLI- D. JOÃO, Rei de Portugal. (Textos e documentos históricos).
- XLII- JOAQUIM NABUCO. (Páginas do passado brasileiro).
- XLIII- JOSÉ MALCHER, Interventor do Estado do Pará. (Entrevista).
- XLIV- ABELARDO CONDURÚ, Prefeito de Belém. (Entrevista).
- XLV- HUGO CARNEIRO, Ex-Governador do Acre. (Entrevista).
- XLVI- ARAUJO LIMA. (Entrevista).
- XLVII- GENARO PONTE E SOUZA. (Entrevista).
- XLVIII- AFONSO MAC-DOWELL. (Entrevista).
- XLIX- J. G. ARAUJO JORGE. (Entrevista).
- L- Prof. GUILHERME DE AZEVEDO RIBEIRO. (Entrevista).
- LI- Prof. ANTONIO PERIASSÚ. (Entrevista).
- LII- LEOPOLDO CUNHA MELO. (Entrevista).
- LIII- NELIO REIS. (Entrevista).
- LIV- FRANCISCO PEREIRA DA SILVA. (Entrevista).

- LV– FRANKLIN BELFORT. (Textos e documentos históricos).
- LVI– RAUL POMPEIA. (Páginas do passado brasileiro).
- LVII– Conde MAURICIO DE NASSAU. (Textos e documentos históricos).
- LVIII– Visconde de TAUNAY. (Páginas do passado brasileiro).
- LIX– Padre MANOEL DA NÓBREGA. (Textos e documentos históricos).
- LX– SUMNER WELLES, Sub-Secretário de Estado dos Estados Unidos.
- LXI- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool. (Entrevista).
- LXII- General HORTA BARBOSA. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo. (Entrevista).
- LXIII- RUI BARBOSA. (Textos e documentos históricos).
- LXIV- AFONSO ARINOS. (Páginas do passado brasileiro).
- LXV- Padre SIMÃO DE VASCONCELOS. (Textos e documentos históricos).
- LXVI- JOSÉ DO PATROCÍNIO. (Textos e documentos históricos).